Acervo ISA

Rondônia Relatório

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ____/____/____
Cod. ____

PROJETO IEA-ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA

(RESEx do Rio Ouro Preto, FEE do Pacaás Novos e área do Rio Novo)

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE AS ATIVIDADES DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Consultor: Mario A. Menezes - Agrônomo

Bady Bassitt-SP, 15 de março de 1995

Acervo ISA

ACRÔNIMOS

ASGM - Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim
CEE - Comisão das Comunidades Européias
CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
COMAI - Comitê de Avaliação Independente do PLANAFLORO
CPAF - Centro de Pesquisa Agroflorestal
CTA - Centro de Trabalhadores da Amazônia
CVP - Cernambi Verde Prensado (tipo de borracha natural)
ECOSCÂMBIO - Apoio à Realização de Experiências de Desenvolvimento Sustentato em Diferentes Realidades Críticas Brasileiras
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE - Floresta Estadual Extrativista
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEA - Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
ITERON - Instituto de Terras e Colonização de Rondônia
OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia
OXFAM - Associação Recife-Oxford para Cooperação ao Desenvolvimento
PAE - Projeto de Assentamento Extrativista
PBD - Placa Bruta Defumada (tipo de borracha natural)
PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
RESEX - Reserva Extrativista
SASOP - Serviço de Assessoria à Organizações Populares Rurais
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Gov.de Rondônia)
SIG - Sistema de Informações Geográficas
UNIR - Universidade Federal de Rondônia

Acervo ISA

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

Nivelamento sobre o Projeto IEA-ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA e planejamento das atividades de implantação do Projeto - Salvador-BA

Articulação com o CNPT/IBAMA, com vistas à ação compatibilizada nas áreas de atuação do Projeto - Brasília

Atividades desenvolvidas junto à OSR, com vistas ao estabelelecimento de um processo sistemático de criação de novas áreas extrativistas protegidas - Porto Velho

Atividades desenvolvidas em Guajará-Mirim

Considerações complementares e outras recomendações

Documentos consultados

Anexos

Acervo ISA

Apresentação

1. O presente relatório técnico consubstancia as ações desenvolvidas pela consultoria contratada pelo Projeto IEA-ECOSCÂMBIO a Mario A. Menezes, conforme contrato específico de prestação de serviços, firmado em 18 de janeiro último, para um período de 60 dias e termo de referência respectivo, parte integrante do mesmo contrato (Anexo I).

2. As atividades previstas foram implementadas em cinco diferentes etapas: a) nivelamento sobre o Projeto e planejamento das atividades de implantação, em Salvador; b) articulação com o CNPT/IBAMA, em Brasília, tendo em vista a ação compatibilizada nas áreas de atuação do Projeto; c) discussão e início dos trabalhos, junto à OSR, voltados à criação de novas áreas (RESEx, PAEs e FEEs), em Porto Velho; d) encontro com a direção da ASGM, da OSR e lideranças locais, em Guajará-Mirim, visando o nivelamento de informações sobre o Projeto e o levantamento e discussão de propostas (ações) voltadas à implementação das atividades priorizadas, e e) sistematização de informações e elaboração do relatório técnico, em Bady Bassitt-SP, cidade domiciliar do consultor.

Introdução

3. O Projeto IEA-ECOSCÂMBIO -RONDÔNIA apresenta duas linhas de atuação básicas. Uma, de nível macro, visará o apoio à criação de novas áreas extrativistas sob proteção, em todo o Estado de Rondônia, onde 29 (vinte e nove) delas já foram estudadas com essa finalidade, no âmbito do PLANAFLORO, encontrando-se todas em condições técnicas de se tranformarem em áreas protegidas; outra, em nível local, aportará apoio ao desenvolvimento da FEE do Pacás Novos, área do Rio Novo e RESEx do rio Ouro Preto, que no conjunto formam um único polígono de, aproximdamente, 500 mil Km², localizado no extremo oeste do Estado de Rondônia, na bacia do rio Mamoré.

4. Conformando grande parte do entorno da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, as áreas do Pacaás Novos e Rio Novo constituem uma faixa "tampão" de grande importância para a viabilização da RESEx. Apesar disso, a quase totalidade dos aportes e financiamentos carreados para a região tem se destinado ao rio Ouro Preto, num processo que pode tornar a Reserva um polo de atração para as populações circunvizinhas e de outras regiões do Estado, levando-a a uma densidade populacional acima da capacidade de suporte dos recursos naturais de que dispõe, com riscos para sua viabilização

5. Considerando esses aspectos, o Projeto estará orientando suas ações com maior ênfase às áreas do entorno, atuando no rio Ouro Preto mais em complementação às atividades do Projeto RESEx, em desenvolvimento no âmbito do Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras, sob a gerência do CNPT.

Acervo ISA

6. Todas as atividades do Projeto trabalhadas neste relatório encontram-se programadas desde o 2° semestre de 1994, quando uma equipe de coordenação do mesmo, acompanhada de um técnico do IEA, esteve na área em contato com liderancas locais, discutindo as demandas das comunidades locais e priorizando os setores a serem atendidos. São elas: apoio à organização comunitária; avaliação do setor educação e proposta de um modelo pedagógico voltado para as especificidades locais; apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas; apoio ao desenvolvimento de pequenos projetos técnicos (micro-projetos), através do trabalho de extensão; assessoria à elaboração do Plano de Utilização da RESEx do Rio Ouro Preto, e implantação de um SIG-Sistema de Informações Geográficas.

Nivelamento sobre o Projeto IEA-ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA e planejamento das atividades de implantação do Projeto - Salvador-BA

7. Foi nesta etapa de planejamento que decidiu-se pela atuação do Projeto em duas vertentes: uma em nível do Estado, ou nível macro, voltada para a criação de novas áreas e outra em nível local, ou apoio ao desenvolvimento das áreas especificamente. Originalmente, o Projeto visava a atuação apenas localmente, mas o potencial e a grande demanda que as populações tradicionais de Rondônia têm pela criação de novas RESEx, PAEs e FEEs levaram a que mais esta vertente viesse a ser trabalhada.

8. Também nesta etapa decidiu-se que o critério para abordagem das questões relativas à implantação do Projeto teria que necessariamente passar pela mais ampla representatividade possível das comunidades locais - um procedimento normal em qualquer projeto - particularmente pelo fato de este, proposto para 3 anos, estar se iniciando num periodo de final de mandato da diretoria da Associação (a ASGM), que as representa e é a interlocutora privilegiada junto à instituição financiadora.

9. A idéia trabalhada era a de que todas as forças representativas locais - os membros da atual diretoria, os componentes da chapa de oposição que pretende concorrer nas próximas eleiçoes (previstas para início de abril), lideranças locais e os membros da diretoria da OSR - tivessem participação efetiva em todas as fases de discussão do Projeto, em Porto Velho e em Guajará-Mirim. A adoção dessa estratégia foi proposta também ao CNPT, que igualmente começa a implementar, neste mês de março, um projeto com vigência de 4 anos, tendo sua diretoria se disposto a estar com o IEA-ECOSCÂMBIO nesse processo.

10. Em Salvador também foi negociada com o CNPT a possibilidade de a remuneração do consultor ser complementada por aquele Centro, tendo em vista a não disponibilidade de recursos suficientes para cobrir a consultoria e as demandas que a mesma viria a atender no âmbito do Projeto RESEx, no trabalho a ser desenvolvido em Guajará-Mirim, por solicitação da própria coordenação daquele projeto. Feitos os

Acervo ISA

contatos intermediários e assegurado que o CNPT contava com recursos disponíveis para tanto, essa participação solicitada levou, então, à necessidade de o consultor fazer uma escala em Brasília para definir os pontos que em conjunto ou completamente seriam desenvolvidos no campo.

11. Além do nivelamento específico sobre o Projeto em Rondônia, foi dado a conhecer ao consultor os demais projetos que o IEA/ECOSCÂMBIO está desenvolvendo ou começa a desenvolver na Bahia (Parque Municipal de São Bartolomeu, em Salvador e Chapada Diamantina), no Piauí (Parque Nacional da Serra da Capivara) e em São Paulo (Lagoa do Guarapiranga).

12. No caso da Bahia, como as atividades de planejamento aconteceram em Salvador, o consultor visitou o Parque Municipal de São Bartolomeu e conheceu algumas atividades que a associação de moradores do entorno desse parque estão desenvolvendo ou pretendo desenvolver. Além disso, também pôde conhecer algumas atividades que vêm sendo desenvolvidas pela Faculdade de Geo-Ciências da Universidade Federal da Bahia, na Baía de Camamu, localizada ao sul de Salvador, mais ou menos a meio caminho de Ilhéus, onde ocorrem importantes áreas de mangue com bom potencial extrativo, tendo em vista a criação, ali, de uma área protegida pelo poder público.

13. No Parque São Bartolomeu, hoje sob controle de marginais e onde só se entra protegido por forte aparato policial, os moradores do entorno começam a exercer pressão sobre a área protegida, sendo necessária a adoção de alternativas na própria área do entorno para que o Parque deixe de sofrer essa ameaça. A associação de moradores não tem ainda bem definidos o que fazer e que estratégia adotar na busca dessas alternativas. Ao que parece, o movimento social que ali começa a desenvolver-se deve mais ao esforço de assessores e algumas pessoas comprometidas com os problemas sociais em Salvador, do que propriamente à iniciativas locais. Meritória sob todos os pontos de vista, essas iniciativas dependem, entretanto, de uma base mínima de organização comunitária para que produzam resultados de bom alcance. A consultoria sugere, para discussão junto à associação local, que o Projeto apoie ações na área do desenvolvimento comunitário, principalmente no que se refere ao planejamento participativo e à capacitação de lideranças. O trabalho do IAC, instituição com larga experiência nessa área e com a qual o IEA vem trabalhando no Amapá e possivelmente venha a contar com sua cooperação em Rondônia, através do próprio Projeto, pode ser uma forma de ajuda importante.

14. Quanto à Baía de Camamu, o consultor participou de uma reunião na Faculdade de Geo-Ciências, da qual também participaram Maria Raquel Mattos, coordenador do Projeto e os professores Antônio Fernandes de Souza Queiróz e Luiz Lima Barbosa. O objetivo do encontro era discutir o conceito de Reserva Extrativista, para verificar a possibilidade de sua adequação àquela área, ou, a partir dele, buscar-se outra

Acervo ISA

alternativa para colocar essa baía ou parte dela sob proteção do Estado (governo federal ou estadual).

15. área da Baia de Camamu que pretendem proteger é constituida de mangues e terra-firme, em domínios da Floresta Atlântica. Nela há plantios de cacau (**Theobroma cacao**) (em declínio) seringueira (**Hevea brasiliensis**) e guaraná (**Paullinia cupana**). A piaçava (**Attalea funifera**) (fibra natural utilizada na fabricação de vassouras), também é explorada. O dendê (**Elaesis guineensis**) e o mangostão (**Garcinia mangostana**) também começam a ser introduzidos. Na área da produção animal destacam-se a do caranguejo e de muitas espécies de peixes de valor comercial, sendo a baía de grande importância na reprodução dessas espécies. Grande parte da área está sob domínio de pequenas propriedades e há problemas fundiários que certamente serão potencializados com a a bertura da "Via Verde", no sentido sul, alcançando a região. Daí a premência em prepará-la para receber o impacto do turismo e da valorização de suas terras.

16. Em frente a essa baía está localizada a Ilha Grande, onde há importante ocorrência de barita, um minério que em princípio pode ser explorado por garimpagem. Confirmada essa possibilidade, valeria a pena verificar a viabilidade de vir a ser desenvolvoda pela própria comunidade, em integração com a coleta de mangue, pesca marinha e agricultura de terra-firme. Nesse caso, o Projeto poderia mediar o intercâmbio das experiências desenvolvidas pelos índios Waiãpi, do Amapá, que hoje garimpam de forma "sustentada" o ouro que possuem em suas terras.

17. O problema maior dessa área, como também ocorre com a maioria das áreas extrativistas na Amazônia, está na sua organização de base. Todo o trabalho até agora desenvolvido nessa baía, no sentido de torná-la sob proteção ou controlada pela comunidades que lá vivem, está sendo feito por pesquisadores ligados à Universidade, que tomaram essa iniciativa por falta de mobilização comunitária voltada para esses objetivos. De todo modo, as comunidades locais já definiram como prioridades a superação do precário quadro sanitário lá existente, bem como o da pesca predatória, que a cada dia se agrava. A SASOP é a única instituição com atuação mais permanente na área, que conta em seus quadros com um agrônomo e um técnico agrícola, devendo começar a atuar na área o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, sediado em Ilhéus.

Articulação com o CNPT/IBAMA, com vistas à ação compatibilizada nas áreas de atuação do Projeto - Brasília

18. O CNPT, como já mencionado, tem a atribuição de gerenciar o Projeto RESEx, que visa o desenvolvimento das Reservas Extrativistas já criadas, em implantação no âmbito do Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras. Além disso, o Centro responde pela fiscalização e controle das normas administrativas para criação,

Acervo ISA

regularização e consolidação da Reservas Extrativistas, responsabilidade que lhe é conferida pela Portaria IBAMA/ nº 118, de 31/10/94 (cópia no Anexo II), que em seu Art. 13, parágrafo 2º, prevê: "Sem a anuência do IBAMA/CNPT não poderá ser iniciada qualquer atividade ou projeto dentro da área da Reserva Extrativista, sempre que envolva participação de terceiros, seja com recursos próprios ou externos".

19. Essa portaria reforça ainda mais a necessidade de compatibilização das atividades do Projeto a serem desenvolvidas na Reserva, com aquelas previstas no Programa Piloto. Assim, não se trata exatamente de um trabalho de parceria entre o IEA-ECOSCÂMBIO e o CNPT, mas da harmonização de ações, tendo em vista a não sobreposição e desperdício de esforços e recursos, para melhor atender os interesses das comunidades locais. Do mesmo modo, compatibilizadas devem estar as ações do Projeto com as de outro projeto financiado pela OXFAM, na RESEX, fazendo necessário, inclusive, um encontro de planejamento executivo com participção de todas as instituições financiadoras e executoras desses projetos, coisa que é proposta mais adiante, em item específico.

20. O CNPT repassará os recursos do Projeto RESEx diretamente para a ASGM, o que implicará em capacidade gerencial e administrativa que, de todo, para dizer o mínimo, a Associação ainda não possui. Seria necessário capacitar com urgência os quadros da ASGM, assim que contratado o pessoal previsto: 1 gerente de atividades produtivas, 1 técnico contábil, 1 secretária, 1 técnico extensionista, 1 técnico em finanças e 1 funcionário de apoio. A consultoria sugeriu ao CNPT que entrasse em contato com a coordenação do Projeto IEA-ECOSCÂMBIO, em Salvador, para traçar um plano de assessoria que possibilitasse essa capacitação o quanto antes; a sugestão parece ter sido bem recebida, mas não teria havido desdobramentos mais consequentes.

21. Das atividades previstas no Projeto RESEx (não foi possível ter acesso a toda sua programação), uma parte bastante considerável é complementar às ações do Projeto IEA-ECOSCÂMBIO e vice-versa. Na área da organização comunitária, por exemplo, o Projeto RESEx prevê recursos para encontros e treinamento, complementando as ações de apoio à organização previstas pelo Projeto, pensado mais no sentido do desenvolvimento comunitário (planejamento participativo e métodos de organização). A Educação é outro exemplo: enquanto o CNPT visa basicamente o treinamento de professores, o Projeto prevê a realização do diagnóstico do setor e a elaboração de uma proposta de modelo pedagógico ajustado às especificidades dessas áreas. Em outros setores, essa complementaridade também é possível, havendo casos em que os recursos previstos são maiores no Projeto do que os programados pelo CNPT.

22. O Projeto RESEx conta com recursos para financiar toda a infraestrutura necessária no rio Ouro Preto, da compra de linha telefônica à aquisição de carros, barcos, etc. Há no orçamento do CNPT, inclusive, importância da ordem de R$ 50 mil para edificações dentro da área, tendo a consultoria proposto que esse dinheiro seja

Acervo ISA

empregado na construção de um centro ou sede da ASGM em lugar estrategicamente escolhido, para apoio às atividades sócio-comunitárias, de comercialização, apoio logístico de modo geral, apoio à atividade de extensão agroflorestal prevista em ambos os projetos e para o atendimento de tantas outras demandas que as comunidades podem ter satisfeitas a partir da existência de uma área construída dessa natureza. Essa proposição foi acatada pelo CNPT, que no segundo semestre de 94 construiu uma "barraca" (construção simples, constituída basicament4o de um grande salão para encontros e cozinha) dentro da RESEx, na localidade do Sapezal.

23. De outra parte, o Projeto RESEx padece de uma limitação importante: suas ações estão voltadas especificamente para o rio Ouro Preto, não podendo estendê-las para outras áreas. Condição imposta pelo Banco Mundial, segundo o CNPT, essa característica do projeto RESEx torna mais difícil o trabalho de complementaridade no Pacáas Novos e Rio Novo. No entanto, um pouco de criatividade, mais as gestões que as lideranças locais dizem dispostas a fazer junto ao CNPT, para minimizar essa dificuldade, podem levar à flexibilização desse quadro um tanto incompreensível. Nas atividades de capacitação e nos encontros comunitários, por exemplo, nada impede a participação de lideranças e trabalhadores de outras áreas. Do mesmo modo, infraestrutura movente como embarcações também podem estar a serviço das comunidades do entorno. O quadro de pessoal - os extensionistas, principalmente - também podem estender suas atividades além dos limites da Reserva. Como a ASGM contará com um quadro próprio, contratado no âmbito do Projeto RESEx, a flexibilização de recursos humanos no campo parece menos complicada. De toda a maneira, o razoável seria que essa flexibilização partisse do próprio CNPT e, nesse caso, o Projeto IEA-ECOSCÂMBIO pode (e mesmo deve) estar nesse processo, ajudando na discussão da abertura para as demais áreas - até porque o trabalho do Projeto seria grandemente facilitato por essa flexibilização.

24. Com relação à criação de novas RESEx, o quadro também não se mostra muito favorável. A chefia do CNPT diz ter recebido instruções da presidência do IBAMA de somente finalizar um processo de criação de Reserva quando os recursos necessários à regularização fundiária da área criada (desapropriação, etc.) já estiverem assegurados no orçamento do órgão. Essa postura contradiz a própria portaria baixada pelo IBAMA em outubro de 94 (Anexo II), que dispõe sobre as normas administrativas para ciração, regularização e consolidação das Reservas Extrativistas. Em seu Capítulo II - Da Regularização das Reservas Extrativistas, Artigo 4°, essa portaria prevê ser da responsabilidade da Coordenação Geral de Orçamento do IBAMA a alocação dos recursos necessários para o depósito em juízo, dentro do prazo máximo dos dois próximos anos fiscais, contados a partir da criação da Reserva Extrativista (portanto, depois de criada). Descabida por ferir um dispositivo legal baixado pelo próprio órgão, essa postura é um importante indicador das dificuldades que o Projeto poderá enfrentar no nível de atuação macro, como já referido, aqui, na introdução do relatório, mais especificamente quanto à criação de RESEx.

Acervo ISA

25. Em nível local, a Superintendência do IBAMA vem exigindo da OSR uma declaração dos órgãos de terras que atuam em Rondônia - INCRA, pelo governo federal e ITERON, pelo estadual - sobre a situação fundiária da área, para, a partir daí, dar início ou não a qualquer processo de criação, procedimento que também a portaria regulamentadora não prevê. Enfim, esses são motivos bastante fortes para adoção também de alternativas como os PAEs e FEEs, coisa, aliás, que a OSR está tratando de viabilizar, já com o apoio do Projeto.

26. Outro ponto tratado com o CNPT foi o da implantação do SIG-Sistema de Informações Geográficas. O CNPT possui o computador e algum equipamento periférico. O Centro deve implantar o sistema até abril deste ano, com entrada em operação prevista para maio. O sistema a ser adotado é o ARC-INFO e o CNPT tem toda a disposição de acolher o do IEA-ECOSCÂMBIO. Toda a parte de material como papel, imagens, etc. poderá ser adquiridas pelo Centro. Segundo informações, o senhor Georgio teria boa memória de cálculo sobre a programação dos recursos previstos para a implantação do sistema e a direção do CNPT aguarda um contato do senhor Franchesco para os acertos necessários ao início do trabalho conjunto.

27. Todos os ajustes e deliberações relacionados com a compatibilização das ações programadas foram encaminhados durante esta etapa de Brasília, seguindo o consultor para Rondônia. Lá se reuniu com a representação do CNPT estadual para encaminhamento das questões inerentes a essa compatibilização, em nível local, com quem se deslocou até Guajará-Mirim para o encontro com as lideranças das áreas, estabelecendo um início de processo que pode dar bons resultados durante o desenvolvimento do Projeto. Além disso, por solicitação da chefia do Centro, algumas gestões foram realizadas junto à OSR e ASGM com vistas à assinatura do convênio necessário à liberação dos recursos do Projeto RESEx, bem como a definição do melhor processo para seleção do pessoal a ser contratado pela Associação, no contexto desse projeto. A remuneração complementar do consultor não foi viabilizada pelo CNPT, que decidiu postergá-la para uma próxima oportunidade (sic) de consultoria junto ao órgão.

Atividades desenvolvidas junto à OSR, com vistas ao estabelecimento de um processo sistemático de criação de novas áreas extrativistas protegidas - Porto Velho

28. No primeiro dia da missão em Porto Velho, foi realizada uma reunião do consultor com o presidente (senhor José Maria dos Santos), membros e assessoria da OSR e o presidente da ASGM, senhor José Wilson Nunes, mais conhecido por "Boneco". Nessa oportunidade, foi colocada a preocupação do IEA-ECOSCÂMBIO com relação à coincidência dos períodos de início das atividades do Projeto e final do mandato da atual direção da ASGM, relativamente à importância da participação das comunidades, a mais representativa possível, através de suas lideranças, na definição

Acervo ISA

das ações e estratégias a serem desenvolvidas. Muito de pronto, todos se dispuseram a viabilizar essa participação, tendo a missão de consultoria partido para Guajará-Mirim com encontro de dois dias marcados para acontecer na própria cidade e todo um esquema de mobilização das lideranças locais das áreas do rio Ouro preto, Pacaás Novos e Rio Novo, planejado e em parte posto em prática. Todas as demais atividades desenvolvidas em Porto Velho giraram em torno da criação de novas áreas extrativistas protegidas.

29. Como já referido anteriormente, o Estado de Rondônia tem 29 áreas extrativistas estudadas e prontas para serem colocadas sob proteção do Estado, através da criação de RESEx (da esfera do governo federal, gestionadas pelo IBAMA), PAEs (também da esfera do governo federal, gestionados pelo INCRA) e FEEs (da esfera do governo estadual, gestionadas pela SEDAM).

30. Essas áreas foram trabalhadas por um grupo de instituições não-governamentais, membros do Fórum ONGs de Rondônia, em convênio com o ITERON, órgão estadual de terras, no âmbito do PLANAFLORO. Em conjunto somam 2,6 milhões de hectares de florestas, representando, aproximadamente, 70% dos 3,5 milhões de hectares com potencial para o desenvolvimento extrativista no Estado (seringais e castanhais; com predominância dos primeiros). Do total estudado, em torno de 80%, ou 2,0 milhões de hectares, não são titulados em definitivo, o que implica menores dificuldades e menores custos financeiros para criação das respectivas áreas.

31. Se houvesse disposição política para tornar essas áreas Reservas Extrativistas, o processo seria grandemente facilitado e mais seguro, por dois motivos: primeiro, porque ainda que a maioria das áreas estudadas não seja titulada, sempre há problemas fundiários a superar, pela existência de outras modalidades de documentos possessórios com valor jurídico, o que dificulta a criação dos PAEs, que exige prévio regularização fundiária da área a ser criada; segundo, porque a RESEX é regulamentada por decreto, que depende do Congresso Nacional para ser revogado ou sofrer alterações profundas, enquanto o PAE tem sua normatização baseada em portaria, um dispositivo legal mais frágil, que pode ser revogado pela presidência do INCRA (embora hoje sua revogação seja politicamente complicada e muito desgastante para o órgão).

32. Com relação às FEEs-Florestas Estaduais Extrativistas há também dois probemas: um deles - talvez o mais importante - é que 98% das terras estaduais estão sob jurisdição da União, gestionados pelo INCRA; o outro é que essa figura ainda não foi regulamentada pelo Estado.

33. O fato, todavia, é que as três formas de tornar uma área extrativista protegida pelo poder público, colocando-a sob domínio de seus ocupantes, podem (e devem) ser evocadas pelo movimento social dos extrativistas, havendo várias razões para isso. Entre outras possibilidades, a portaria do INCRA que regulamenta a modalidade de

Acervo ISA

assentamento extrativista (a de nº 627, de 30/07/87) pode ser transformada em decreto, colocando-a, do ponto de vista jurídico, em pé de igualdade com a RESEx. A estratégia pode ser a seguinte: criam-se PAEs, enquanto gestões políticas são desenvolvidas para transformar essa portaria e as de criação, especificamente, em decreto.

34. Quanto à situação fundiária das áreas a serem criadas, que no caso das RESEx não condiciona sua criação, os procedimentos oficiais têm mostrado que na prática essa pré-condição vem sendo considerada, e muito, pelo IBAMA, visto que três das nove RESEx criadas até hoje - duas no Maranhão e uma no Tocantins -tiveram seus decretos de criação caducados no aspecto da regularização fundiária, por serem áreas não desembaraçadas juridicamente, e seus respectivos processos de criação dificilmente reverterão. Além disso, a postura da presidência do IBAMA, em Brasília, e da sua superintendência, em Rondônia, mencionada anteriormente, também mostra o quanto a situação jurídica da propriedade das áreas, previamente à criação de RESEx, não é tão irrelevante como deveria ser. Portanto, concretamente, a tendência tem sido de aproximação da RESEX ao PAE, relativamente às características que de forma vantajosa as diferencia deste.

35. No caso da FEE, igualmente os problemas são contornáveis. Com a assinatura de um convênio que entre o Governo do Estado de Rondônia e o INCRA deve estar sendo celebrado brevemente, parte das terras estaduais - ainda não se sabe quanto - deve estar sendo repassadas pela União ao Estado, o que torna juridicamente consistente suas ações sobre essa parte de seu território, fazendo mais consequente a criação de FEEs. De outra parte, do mesmo modo que há de se gestionar para transformar a portaria do INCRA em decreto, também será necessário fazer com que o governo estadual regulamente a figura da FEE, o que não impede, também como caso dos PAES, que essas Florestas Estaduais Extrativistas sejam criadas desde já.

36. Em verdade, tudo isso poderia ser resumido em duas palavras: criar fatos. A mesma estratégia, aliás, adotada na criação das primeiras Reservas Extrativistas, por falta de disposição política para implementação de um processo sistemático de criação dessas áreas. A diferença daquela época para esta, é que, agora, esse processo está se dando num contexto diferente do de então, dada a dinâmica do processo como um todo e até mesmo as mudanças políticas que regional e localmente têm ocorrido. Hoje, portanto, criar fatos é mais um instrumento a ser considerado no bojo de uma estratégia maior, como a aqui colocada - de gestão, pressão, negociação, de, enfim, incorporar essas figuras e procedimentos no conjunto de políticas públicas para o Estado e para a região.

37. Nesse sentido, é mais do que justificável o apoio do Projeto à OSR e associações de extrativistas, na busca e viabilização da melhor alternativa para colocar as áreas extrativistas de Rondônia sob domínio da população extrativista. A demanda maior é de uma assessoria especializada em PAE e RESEx, tendo em vista as negociações a

Acervo ISA

serem desenvolvidas junto aos órgãos governamentais, particularmente o INCRA e IBAMA/CNPTC, para o estabelecimento de um processo de criação de novas áreas, ou de criação de algumas delas, caso o processo não se estabeleça.

38. Em direção a essa estratégia, alguns encaminhamentos foram feitos durante a missão da consultoria, em Porto Velho. Depois de uma discussão sobre o quadro geral do processo de criação de novas áreas, sistematizando o que a OSR já vinha discutindo com o consultor desde outubro de 94, foi marcada uma reunião com o superintendente local do INCRA, para tratar de questões relacionadas com a criação dos PAEs.

39. Nessa reunião, o superintendente se disse disposto a viabilizar a criação de PAEs em algumas áreas, todas relativamente fáceis de serem trabalhadas, em face da situação fundiária relativamente tranquila nelas predominante: rio Cautário (vale do Guaporé) e rio Jaciparaná (tributário do Madeira) e 17 reservas em bloco do Projeto de Colonização do Machadinho. A de Jaciparaná está sendo objeto de questionamentos por parte de algumas instituições-membros do Fórum de ONGs, em função da desapropriação nela iniciada pelo INCRA, e que estaria beneficiando conhecido grileiro do Estado, tendo como justificativa a criação de um PAE, reivindicada pela OSR. A polêmica gira em torno da possível legitimação que a OSR estaria dando a esse processo. A organização dos seringueiros, por sua vez, se diz apoiada pelas comunidades extrativistas locais e também por algumas ONGs.

40. No mais, episódios como este poderão ocorrer mais vezes, se o processo de criação de PAEs avançar. É que, independentemente de reivindicações do movimento social dos extrativistas ou outro qualquer, o INCRA poderá continuar usando do mesmo expediente para justitificar desapropriações, como ocorre desde há muito, sem que a destinação dada a área desapropriada seja a utilizada na fundamentação da justiticativa. A diferença, neste caso da reivindicação da OSR e nos próximos, se acontecerem, é que a destinação pode realmente ser a criação do PAE, se a OSR e o movimento de modo geral mantiverem posição firme e coerente no sentido dessa criação. Ou, por outra, não é a reivindicação da OSR que pode estar levando à distorção do processo de desapropriação dessa área; ao contrário ela é fator de diferenciação da forma usual de desapropriar, porque a Organização pode fazer o INCRA cumprir o objetivo maior da desapropriação, criando o projeto.

41. Problema maior está na postura da superintendência do INCRA em não querer criar ou se mostrar propensa a adiar a criação de PAEs em áreas extrativistas sob domínio do latifúndio, cujos moradores estão sendo fortemente pressionados para deixá-las, num processo de intervenção antrópica incompatível com a destinação dessas áreas, prevista no Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado. Esse é o caso do Seringal São Pedro, no município de Pimenta Bueno, onde os seringueiros estão para perder sua área para latifundiários-madeireiros. Desde já, o movimento social terá que ser firme em suas reivindicações, nesse processo de criação de PAES,

Acervo ISA

sob pena de terminar criando as áreas "mais fáceis" para o INCRA, geralmente aquelas onde as demandas internas pela criação desses projetos, ou outras modalidades de proteção, são mais frágeis e, por conseguinte, também o nivel de organização mais baixo ou até mesmo inexistente. E isso tem tudo a ver com a gestão e consolidação da área, depois de transformada em PAE, RESEx ou FEE. É importante notar que essa tendência do INCRA é a mesma que vem adotando o IBAMA: as duas instituições não querem (ou resistem em) tocar nas áreas onde exatamente sua intervenção é mais relevante para o desenvolvimento sócio-ambiental da região e concorreria para o redirecionamento do desordenado processo de ocupação nela em curso. Esta constitui uma das evidências de que o Estado brasileiro não tem entre suas prioridades mexer no status quo do setor fundiário, mantendo intocado um dos mais graves problemas estruturais do país. Vale lembrar, no entanto, que o movimento social dos seringueiros se diferenciou dos demais por ter conseguido algum avanço nesse processo, colocando sob domínio dos trabalhadores extrativistas quase 1% da floresta amazônica - ou uma extensão equivalente ao tamanho do Estado de Alagoas -, através da criação de 4 RESEx e 9 PAEs, num período de apenas 3 anos (1987/90).

42. A Superintendência do INCRA decidiu ainda criar um grupo interno ao órgão, para trabalhar a modalidade de assentamento extrativista, que embora regulamentda desde 1987 não foi até agora implementada em Rondônia. O consultor, que coordenou há anos atrás o processo de institucionalização da modalidade de assentamento extrativista, no INCRA, em Brasiília, forneceu para a pessoa encarregada de coordenar a equipe, agrônoma Maria de Lourdes Cortêz, uma coletânea completa sobre o PAE - registro histórico e documentos básicos - antes de seguir para Guarjnará-Mirim, onde cumpriria a última etapa da missão de consultoria.

43. Na volta de Guajará-Mirim, outro encontro foi realizado com a coordenadora e mais um agrônomo, membro da equipe, Dr. José Lopes de Oliveira (um terceiro membro não estava presente, Dr. Altemísio, que com os demais completa o grupo). A documentação repassada estava sendo lida e discutida pelos técnicos, que se manfestaram ainda não inteirados de todo o processo que agora começam a conhecer. Acompanhando o senhor Manduca, um dos membros da diretoria da OSR, o consultor colocou-se novamente à disposição para contribuir no entendimento dos aspectos conceituais e juridicos da proposta que estavam estudando. Ficou decidido que qualquer das parte, INCRA e OSR, tomaria a inciativa de marcar outra reunião, assim que os aspectos mais relevantes dessa proposta estivessem assimilados pela equipe, com vistas a definir im programa de trabalho objetivamente voltado para a criação de PAEs. Infomações repassadas pela OSR dão conta de que membros dessa equipe se deslocaram para o Estado do Acre, para conhecer os PAEs lá criados.

44. Da parte da OSR, o consultor foi solicitado a verificar junto à coordenação do Projeto IEA-ECOSCÂMBIO a possibilidade de um retorno seu por volta de 15 de março, para assessorá-la nesse processo por um período de 15 a 20 dias. Essa

Acervo ISA

demanda foi repassada à coordenação, em Salvador, através de um fax datado de 21 de fevereiro, contendo algumas outras questões emergenciais discutidas com a OSR e ASGM.

45. Em Porto Velho, o consultor também se reuniu com o representante do CNPT em Rondônia, Dr. Melanias Vieira Neto, para detalhamento das deliberações tomadas em Brasília, junto à chefia desse Centro e à coordenação do Projeto RESEx/Programa-Piloto. Ele se mostrou disposto e aberto ao trabalho conjunto no rio Ouro Preto, se propôs a ir ao encontro de lideranças em Guajará-Mirim, para os encaminhamentos necessários à compatibilização de ações e estratégias a serem implementadas. Persiste, todavia, a resistência à ampliação das açoes às demais áreas. Assim, cada vez mais se confirma a necessidade de buscar formas negociadas de estender algumas ações do Projeto RESEx, como treinamento, encontros e uso de embarcações, para o Pacaás e Rio Novo, enquanto não se viabiliza sua incorporação àquele Projeto.

46. Apesar das dificuldades em se viabilizar política e institucionalmente a criação de RESEx nas áreas estudadas em Rondônia, o CNPT local está empenhado na criação de uma Reserva Extrativista numa área localizada no extremo norte do Estado, na divisa com o Amazonas, cortada pelo Igarapé Cuniã, à margem esquerda do rio Madeira. Trata-se de uma área já destinada à criação de uma estação ecológica, que levaria o mesmo nome do igarapé que a serve, pretendo o Centro transformá-la em RESEx.

47. Com a ressalva de que poucas informações tem o consultor sobre essa área, ela parece interessante do ponto de vista de suas características naturais e do uso social da floresta. É um seringal de várzea e terra-firme, onde vivem 40 famílias, com ocorrência importante de castanheiras. Além disso, ela é particularmente interessante por abrigar lagos em sua parte mais setentrional, de grande importância para a reprodução do pirarucu e do tambaqui - talvez das mais importantes da região - apresentando elevado potencial pesqueiro para essas espécies e outras de valor de mercado. Seria a primeira RESEx em área onde os recursos pesqueiros constituiriam uma das principais - senão a principal - base de sustentação econômica. No entanto, esta não é uma das 29 áreas já estudadas para esse fim, o que vem causando surpresa às instituições e pessoas envolvidas no esforço conjunto de transformá-las em áreas protegidas. A avaliação da OSR é de que iniciativas dessa natureza, tomadas à revelia do próprio movimento, dispersam esforços e não contribuem para a viabilização de um processo sistemático e participativo de criação de reservas, o que realmente acontecerá se o CNPT adotar esse procedimento como regra.

48. Por outro lado, embora não pareça ser uma proposta originária da ação programática do CNPT estadual e, sim, nascida do interesse pessoal de seu representante, que já trabalhou junto à comunidade local, sua concretização não exclui a criação das demais áreas. Não se pode perder de vista a perspectiva de que criar uma RESEx de base pesqueira pode abrir caminho para outras de igual característica, além

Acervo ISA

de poder vir a facilitar as negociações para o estabelecimenteo do processo de criação pretendido. Ao Projeto talvez coubesse um pouco o papel de mediador no encaminhamento da questão relacionada coma a criação do Cuniã, na medida em que pode vir a cooperar no apoio à organização social nessa área. Para o CNPT, uma das limitações para a ciração da RESEx, ali, está exatamente no baixo nível de organização de sua comunidade, e para mudar esse quadro solicita a cooperação do Projeto. Como recomendação, a consultoria propõe que seja dada continuidade à conversações já iniciadas nesse sentido, durante esta missão, com a OSR, que se mostra disposta a conhecer melhor a proposta e até mesmo a própria área. O próximo passo seria ajudar a estabelecer um diálogo entre a Organização e o CNPT estadual, em busca de um consenso sobre a iniciativa governamental, incluindo o Cuniã no elenco das 29 a serem criadas, elevando-o para 30, em troca da inserção efetiva do CNPT no processo de criação que começa a ser desencadeado pelo movimento social dos extrativistas. Do ponto de vista técnico e logístico não haveria maiores problemas ao Projeto para atender à consulta de cooperação feita pelo CNPT, porque trabalho de igual natureza será realizado na área de sua atuação, como se verá mais adiante, podendo ser programada sua extensão ao Cuniã.

49. Ainda em Porto Velho, o consultor esteve em contato com dois técnicos da OXFAM, instituição que atualmente financia um projeto na área de organização comunitária, no rio Ouro Preto, que, por feliz coincidência, estavam a serviço no Estado. Convidados a participar do encontro de Guajará, com vistas à compatibilização das atividades do Projeto, com as que atualmente financiam na área, os técnicos acederam ao convite e se fizeram presentes no primerio dia do encontro.

Atividades desenvolvidas em Guajará-Mirim

50. A principal atividade desenvolvida em Guajará-Mirim foi o encontro de dois dias realizado com lideranças das três áreas em que o Projeto irá atuar. No dia anterior ao primeiro dia do evento, o consultor participou de uma reunião com membros da diretoria e funcionários da ASGM e o representante do CNPT. Nessa reunião foram abordados alguns aspectos que podem balizar o desenvolvimento do Projeto. Os mais importantes foram a atual situação da produção e comercialização da borracha - um dos principais produtos da área - e a infraestrutura da ASGM nas diferentes áreas.

51. Em 1994 foram comercializados pela Associação 65 toneladas de borracha, contra 75 toneladas em 1993, o que representaria 50%da produção dos três rios. Para comprar essa produção, a ASGM recebe adiantado o valor correspondente à venda que em seguida faz às usinas de beneficiamento compradoras - duas são as principais, a Máquina São Paulo, de Cacoal e a Quirino do Norte, de Jaru, ambos municípios de Rondônia. Na compra aos seringueiros da área, a Associação paga um preço ligeiramente inferior ao preço de tabela estipulado pelo governo federal. Como o

Acervo ISA

tabelado é o preço-mínimo a ser pago ao produtor, por lei ninguém poderia praticá-lo abaixo do fixado pelo governo. Apesar de receber o dinheiro antecipadamente, a Associação deve 14 toneladas de borracha para a Máquina São Paulo, relativas ao exercício de 94 e tem borracha para receber de 80% dos seringueiros.

Preços de Comercialização da Borracha na Área do Projeto

Preços (R$)	Tipos de Borracha		
	PBD	CVP	Pela
Preço de tabela	1,04	0,78	0,92
Preço praticado pela ASGM	1,00	0,75	0,88

52. Quanto à infraestrutura física, a ASGM possui o seguinte patrimônio: mais de 30 motores de popa (não foi precisado quantos), 2 dos quais foram roubados - 4 no Pacaás, 2 no Rio Novo e o restante na RESEx; 5 chatas (embarcações para transporte de carga) - 2 na RESEx, 2 no Pacaás e 1 no Rio Novo (também já roubada); 5 voadeiras - 3 na RESEx, 1 no Pacaás e 1 no rio Novo; 3 motores de rabeta diesel - 1 na RESEx, 1 no Pacaás e 1 no Rio Novo; 3 motores de rabeta de 45, 25 e 15 HPs, ainda na sede da Associação. Há, ainda, 1 Toyota (concessão do IBAMA), 5 peladeiras de arroz , 1 delas ainda não instalada (2 na RESEx, 2 no Pacaás e 1 no rio Novo); 11 animais de tração (8 cavalos e éguas na RESEx e 3 burros no Pacaás); 1 cantina (posto de revenda de mercadorias) no Rio Novo; 5 balanças de 150 kg (1 em cada peladeira de arroz); uma barraca de 7m x 12m, no Sapezal (RESEx), de localização estratégica segundo o pessoal da ASGM; sistema de radiofonia, com 2 rádios transceptores - 1 no Lago do Pompeu, na entrada da RESEx e outro em Guajará-Mirim , na sede da Associação. A sede da ASGM, em Guajará, é própria, necessitando de urgente reforma.

53. O encontro com as lideranças locais durou 2 dias e teve participação predominante do pessoal da RESEx. Ao todo, estiveram presentes 30 pessoas, entre líderes, funcionários da Associação e representantes do CNPT, OXFAM e IEA-ECOSCÂMBIO (lista de participantes no Anexo III). Presente, também, Brent Millikan, geógrafo que coordenou vários projetos do IBA na área, com grande conhecimento e experiência sobre a problemática local. A mobilização das lideranças programada desde Porto Velho terminou não sendo feita no rio Pacaás Novos, porque o presidente da ASGM, que ficou de realizá-la, teve um problema de saúde, não escalando outra pessoa para subir o rio em seu lugar. Em função disso, o consultor chegou a discutir com líderes e membros da ASGM e OSR a possibilidade de ir até as comunidades da área, mas nas discussões a respeito chegou-se à conclusão de que o resultado da iniciativa tinha grandes possibilidades de frustração, em função da dispersão das pessoas na área, além das dificuldades normalmente impostas à viagem neste período de chuvas intensas. Ficou o compromisso dessas lideranças de levarem até às comunidades do Pacaás o resultado do encontro, tendo o consultor organizado o

Acervo ISA

que considera a parte mais operacional do Projeto, discutida no evento - as propostas de ações a serem desenvolvidas dentro de cada atividade prioritária - para apresentação e discussão junto àquelas lideranças locais. Isso deverá acontecer durante os próximos encontros comunitários que acontecerão na área logo em seguida à realização da Assembléia Geral da ASGM, programada para este mês de março.

54. O primeiro dia do encontro foi dedicado ao nivelamento e discussões sobre as atividades que cada uma das intituições presentes está realizando ou programando realizar na área. A OXFAM, por sua vez, deu início ao apoio à organização dos seringueiros, em 1990, através de um projeto que visava melhorar o nível de organização local, aquisição de algum equipamento e infraestrutura para o escritório da Associação. O mesmo projeto visava também o intercâmbio de experiências e a canalização de demandas junto ao poder público e ao próprio movimento social dos seringueiros, na figura do CNS. A instituição deverá fazer em breve uma avaliação do atual patamar de organização alcançado pela ASGM. O CNPT tem financiado ações como a ampliação da sede da Associação, construção de escolas, acompanhamento das atividades do PLANAFLORO, treinamento em PBD e mobilização dentro da RESEx. Através do Projeto RESEX, financiará, principalmente, atividades nas áreas de saúde, educação, organização comunitaria, produção, comercialização e infraestrutura. Para tanto será firmado um convênio com a ASGM, para repasse dos recursos, com o compromisso de que, antes, os quadros da Associação serão capacitados com vistas ao gerenciamento administrativo e financeiro do Projeto. O Centro, que manterá na área um coordenador técnico, um assistente técnico e um assistente financeiro, especificamente para operacionalizá-lo, diz não estar recebendo demandas por parte das comunidades tradicionais do Estado.

55. Outras instituições atuaram na área, algumas das quais com projetos ainda em fase de finalização, como é o caso da Embaixada da Suíça, Miserior e do PLANAFLORO. De um modo geral, a atuação desses projetos se voltava também para setores como organização, produção, infraestrutura, educação e saúde. O IDRC, que atuou através do CNS, apoiou atividades nas áreas da organização comunitária e da produção; o IEA apoiou o primeiro encontro de seringueiros da região, em 1989 e a criação da ASGM, em 1991 O Instituto também atuou na área através de um projeto da CEE e da Lega Per L'Ambiente, nas áreas de saúde, agricultura e educação.

56. Em decorrência das discussões havidas sobre os projetos já desenvolvidos, os que agora se iniciam e os que estão em fase de finalização, foi proposta a realização de um seminário de planejamento executivo, para os ajustes necessários à operacionalização harmônica entre os diferentes projetos. Em princípio, ficou acertado que o evento deve acontecer depois da Assembléia Geral da ASGM e da posse da diretoria nela eleita, com os respectivos quadros já contratados e no desempenho de suas funções. O consultor avalia ser esta uma forma adequada de realizar os ajustes necessários à execução articulada dos diferentres projetos.

Acervo ISA

57. Também no primeiro dia do encontro decidiu-se pela constituição de uma comissão, representativa das comunidades locais e das instiuições financiadoras - no caso o IEA-ECOSCÂMBIO e o CNPT - para seleção do pessoal a ser contratado nos diferenstes niveis, na composição dos quadros dos dois projetos. De inicio pensada para selecionar somente o pessoal da ASGM e do CNPT, o consultor propôs que também o coordenador local do Projeto IEA-ECOSCÂMBIO viesse a ser escolhido pela mesma comissão, tendo em vista a importância da afinidade dos perfis profissionais entre o pessoal técnico-administrativo das instituições envolvidas no processo. Depois de algum tempo de discussão sobre o número de membros da comissão, que o consultor propunha fosse de 6, em contraponto ao de 5, todos institucionais, proposto pelo presidente da OSR, para que um dos membros fosse um técnico independente com conhecimento bastante sobre a problemática local, prevaleceu a proposta da OSR, ficando assim composta a comissão recém-criada:: CNS, OSR, ASGM, CNPT e IEA-ECOSCÂMBIO. Deliberou-se que um 6° membro poderá ser convocado, se os 5 membros originais assim decidirem. Cada uma dessas instituições será representada por apenas uma pessoa, tendo ficado estabelecido que o dia 25 de fevereiro seria a data limite para indicação dos respectivos representantes. Pelo que está informado o consultor, a coordenação do Projeto em Salvador já cumpriu com esse mandado, nomeando Brent Millikan seu representante na comissão. Uma proposta de termo de referência para o coordenador local do Projeto está no Anexo IV.

58. Durante o segundo dia do encontro foi realizada uma intensa "chuva de idéias" sobre cada uma das atividades a serem desenvolvidas pelo Projeto. Essa foi a forma que pareceu mais apropriada ao consultor para possibilitar maior entendimento e participação das lideranças presentes no nivelamento e discussão da proposta. Através dela, todos e cada um puderam manifestar-se a respeito das ações que vêm como necessárias para o alcançe dos objetivos implícitos nas atividades já priorizadas. O resultado parece ter sido satisfatório.

59. Na área da organização social, tem-se adotado como parte importante da estratégia de abordagem às questões comunitárias "reuniões de base" periódicas nos três rios. Outras atividades promovidas pela ASGM) tem incluído treinamento de lideranças, reuniões da diretoria e Conselho Fiscal e Assembléias Gerais da Associação. Já foram realizados eventos específicos para treinamento em produção de PBD, agentes de saúde e reuniões técnicas em atividades agrícolas. Na RESEx, inclusive, os moradores das diferentes comunidades já escolheram suas lideranças para representá-los junto à ASGM e outros foros (**Millikan, Brent, 1994**, pp. 77 e 78). Para o desenvolvimento dessa área, as lideranças locais propõem: realização de reuniões de base, trabalho conjunto (mais união), capacitação de lideranças, participação de mulheres e jóvens, comunicação mais rápida (radiofonia e correio comunitário) e assessoria técnica ao movimento. No que se refere à assessoria técnica, atividade que permeia todas as demais, a consultoria recomenda levar adiante a idéia de viabilizar o trabalho do IAC nas áreas do Projeto, a exemplo do que está sendo

Acervo ISA

desenvolvido pelo IEA nos PAEs do Rio Maracá, e agora também na RESEx do Rio Cajari, no Estado do Amapá. Trata-se de um trabalho de treinamento em desenvolvimento comunitário, que vem possibilitando avanços importantes na organização comunitarias daquelas áreas do Amapá (ver síntese da metodologia utilizada no Anexo V). O consultor já tratou dessa possibilidade de cooperação com membros da diretoria e assessores da OSR e ASGM, que foram receptivos à proposta. Contatos preliminares já foram feitos com Dejanira Fialho (Fone (011) 66-6309 e Fax (011) 66-4953), consultora do IAC, que tem disponibilidade para iniciar os trabalhos nas áreas no próximo mês de junho.

60. No setor educação, as ações propostas são a melhoria e adequação do ensino (estudo e proposição), educação de adultos, capacitação de professores e ensino de 1° completo dentro das áreas. Até bem pouco tempo, os moradores do rio Ouro Preto não tinham acesso ao ensino formal. Por um convênio firmado com o CNPT, a ASGM viabilizou a construção de 7 escolas na área, em locais estratégicos escolhidos por suas comunidades (pelo mesmo convênio construiu-se 4 no Pacaás e 1 no Rio Novo). Um diagnóstico inicial do setor já foi realizado na RESEx, pelo CTA e professores da UNIR. A recomendação é a de que esse trabalho seja retomado pelas duas instituiçoes para o aprofundamento do diagnóstico realizado, estendendo-o para os dois outro rios, e elaboração de uma proposta de ensino que englobe, principalmente, as necessidades de contratação, treinamento, supervisão, material didático, calendário escolar, alfabetização de adultos e articulação das iniciativas de educação com organização social, saúde, agricultura e comercialização, entre outras demandas. (Idem, pp. 92 e 93). Contatos iniciais já foram mantidos pela consultoria, com o CTA, na pessoa de Manuel Estébio, coordenador da área de educação (Fones (069) 224-8231/6329 e Fax (069) 224-1234). Há possibilidades de iniciar-se os trabalhos na área a partir do próximo mês de maio; um resumo da metodologia adotada pelo CTA pode ser vista no Anexo VI. Da UNIR, o consultor entrou em contato com o professor Nilson (fone (069) 221-9648, residencial), que já realizou trabalho de consultoria para o COMAI, sobre a educação no Estado, no âmbito do PLANAFLORO, mostrando-se muito receptivo à idéa de vir a participar desse trabalho conjunto.

61. Quanto ao desenvolvimento de alternativas econômicas para as áreas, as iniciativas mais reivindicadas pelas lideranças são: instalação de mini-usinas de beneficiamento borracha e de castanha, instalação de pequena indústria de produção de artefatos leves de borracha, abertura de novas "colocações", cultivo da seringueira, apoio à produção de subsistência, desenvolvimento da piscicultura, beneficiamento e semi-beneficiamento domésticos, criação de mercados para novos produtos extrativos, desenvolvimento da atividade madeireira e fomento à pequena criação de gado. Nenhuma iniciativa mais "agressiva", digamos assim, foi até hoje empreendida na busca de alternativas (de transformação, de comercialização, de mercado, etc) para os principais produtos dessas áreas. O CNPT deverá financiar mini-usinas no rio Ouro Preto ou em Guajará-Mirim. No caso da borracha, por exemplo, a verticalização da atividade gomífera pode ir além da produção da PBD e

Acervo ISA

da folha (defumada, melhorando em muito sua performance como atividade de sustentação econômica. A sugestão do consultor é de que o Projeto discuta com a OSR e ASGM uma estratégia, que quase certamente incluirá a parceria do governo estadual, para atrair uma pequena indústria de artefatos leves de borracha para a área (calçados, luvas, preservativos, cânulas hospitalares, etc.). No Brasil, de um consumo atual em torno de 135 mil toneladas de borracha natural, esse segmento da indústria consome 20% desse total ou 27.000 toneladas do produto, anualmente. Para funcionar, esse segmento depende em grande parte da borracha importada pela indústria de pneumáticos, que a ele repassa parte da cota de importação que realiza para auto-abastecer-se. Isso ocorre porque o consumo da maioria das empresas que trabalham na fabricação de artefatos leves movimenta quantidades de borracha consideradas pequenas para o mercado exportador, o que as coloca em desvantagem dentro de um setor que consome grandes volumes dessa matéria-prima. O resultado desse quadro é que a indústria de artefatos leves funciona condicionada por considerável grau de dificuldade na aquisição da borracha de que necessitam, além de arcarem com sobre-preços no repasse de parte das cotas de importação das pneumáticas. De outra parte, o potencial produtivo dos rios Ouro Preto, Pacaás e Novo - de no mínimo 150 t - poderia suprir pelo menos uma fábrica de artefatos leves de pequeno porte, que estimulada a investir na região poderia garantir mercado para essa produção, de onde sairia industrializada, gerando ali o emprego, a renda e as divisas que termina por gerar fora de suas fronteiras, em detrimento de melhores condições de vida para os seringueiros locais. A indústria de artefatos leves de borracha consome borracha natural de alta qualidade, o que exigiria esforço considerável da produção regional para atender a uma demanda dessa natureza. Em contraposição, essa exigência funcionaria como estímulo à melhoria da qualidade da borracha natural da área, objetivo que desde há algum tempo vem sendo perseguido pelo movimento social dos trabalhadores extrativistas, liderado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros. Vale lembrar que indústrias desse ramo vêm se instalando em áreas onde não se produz borracha natural, como é o caso de Uberaba e Brasília. A Luso-Consult, instituição que trabalha com produtos alternativos, pode ser um contato interessante nessa área. No momento, ela estaria negociando uma parceria com a Botinas Zebu, de Uberaba, para produção de 25 a 30 mil pares de sapatos de borracha, que demandariam 50t/ano (1,5 kg por sapato). Maiores informações sobre a Luso-Consult e seus empreendimentos nessa área podem ser fornecidas por Fernando Allegretti (Fone (096) 212-4100 - Macapá-AP).

62. No desenvolvimento de micro-projetos, as principais reivindicações das lideranças são: implantação de sistemas agroflorestais, fomento à piscicultura e apicultura, produção de pequenas embarcações e móveis simples, aquisição de animais de transporte e desenvolvimento do artesanato e de outras formas de beneficiamento doméstico (doces, farinhas, óleos, etc.). Durante os últimos anos, um conjunto de atividades de apoio à produção agroflorestal foi implementado no rio Ouro Preto, com a colaboração do IEA, INPA e CPAF/EMBRAPA. Na produção agrícola, as atividades tem sido desenvolvidas através da assistência técnica e fomento ao cultivo

Acervo ISA

de espécies frutíferas, hortaliças e culturas anuais; implantação de unidades de observação e demonstração em sistemas consorciados; implantação de viveiros para produção de mudas de fruteiras; aquisição de máquinas de arroz e animais de transporte. Recentemente, essas atividades vêm-se desenvolvendo de forma mais lenta, em face das dificuldades organizacionais e dos problemas financeiros vivenciados pela ASGM (Ibidem, p. 54). É fundamental que a implementação dos micro-projetos se dê através da extensão e desenvolvimento rurais, de caráter agro-florestal. Para isso, é necessário que o extensionista, com formação agro-florestal, resida na área, trabalhando com e não apenas para a comunidade. Como não está prevista contratação de técnico de campo nesta sua primeira fase, o Projeto terá que contar com os dois técnicos que o CNPT e a ASGM estão contratando para o trabalho de extensão a ser desenvolvido na RESEx. Para tanto, será necessário negociar formas de viabilização dessa cooperação - iniciativa que deve ser tomada o quanto antes, para ser concluída no seminário de planejamento executivo - e, caso o CNPT não seja demovido da posição de restringir suas atividades e a atuação de seu pessoal à Reserva, seria necessário antecipar a contratação de um técnico com perfil adequado para o desenvolvimento das atividades de extensão nas áreas e viabilização dos micro-projetos.

63. Com relação ao apoio ao Plano de Utilização da Reserva do Rio Ouro Preto, como programado originalmente, o Projeto deverá apoiar a elaboração do Plano de Utilização da FEE do Rio Pacaás Novos, por já encontrar-se concluído e em fase de aprovação o da RESEx. Para formulação e adoção do plano de Pacaás, algumas ações terão que ser ainda desenvolvidas, para as quais as lideranças esperam apoio do Projeto: a) conclusão do levantamento sócio-econômico da área (falta uma parte de trabalho de campo, sistematização das informações e elaboração do relatório final), b) elaboração de um esboço do plano (encontros comunitários, reuniões de trabalho, troca de experiências com outras áreas), c) viabilização da assembléia que deve se reunir para aprovar o plano, e d) divulgação do plano, tendo em vista sua execução.

64. Durante as discussões sobre as ações a serem desenvolvidas no âmbito das atividades priorizadas, os membro da direção da ASGM e outras lideranças questionaram a não-priorização da saúde dentre os setores a serem atendidos. Garantem eles que a missão de outubro assumiu o compromisso de apoio nessa área, o que pode ser confirmado na memória sobre essa missão. (Ministério das Relações Exteriores da Itália, 1994, p.2). Como os três rios vêm enfrentando graves problemas na área de saúde (intensa incidência de malária, diarréias e verminoses, e falta de assistência médica e de medicamentos, entre outras carências), esse é realmente um setor que necessita grandemente de apoio para superar as dificuldades presentes. Dentre as ações propostas na memória mencionada estão: capacitação de agentes de saúde (diagnose e tratamento, vigilância epidemiológica e sanitária); viabilização de um trabalho de prevenção e educação sanitária (incluindo dieta e nutrição); produção de material gráfico, orientação e demonstração do uso de ervas medicinais; integração e colaboração com o setor público ou privado-filantrópico para

Acervo ISA

garantir serviços básicos e especializados,. abastecimento de remédios, entre outras ações. Assessores e lideranças do movimento recomendam que o Projeto procure contar com a colaboração de Ana Maria Ramos (fone (069) 225-1968), uma tecnica em saúde que já vem desenvolvendo muito bom trabalho na área. Ela tem previsto um curso de capacitação para mulheres em geral e parteiras, na região de Guajará, a partir de maio próximo. Contatada pelo consultor, mostrou-se muito interessada em colaborar com o Projeto..

65. Como última atividade do encontro, discutiu-se o encaminhamento de alguns pontos considerados emergenciais pelas lideranças, já tratado em um primeiro relatório breve elaborado especificamente para dar conhecimento dos mesmos à coordenação do Projeto (Anexo VII). Dentre os pontos discutidos incluem-se ajuda-de-custos a três lideranças locais, que membros da diretoria da ASGM também asseguram ser um compromisso assumido pela missão de outubro de 1994 e contribuição à ASGM para regularização de problemas trabalhistas (ver COCIS - LEGAMBIENTE - IEA, 1994, p.7).

66. O desejável seria que nesse encontro já pudéssemos ter ampliado as discussões que subsidiassem de maneira mais profunda programas de trabalho específicos e a definição da atribuição de cada instituição envolvida (quem faz o quê, como e onde), mas o momento não era dos mais indicados para avançar nesses processo, tendo em vista não contar-se, ainda, com quadros contratados e estar a ASGM num período de final de mandato de sua direção. Daí a proposta de realização de um seminário de planejamento executivo, depois da eleição de diretoria da Associação, já tratado em parágrafo anterior. Além dessas discussões, tratou-se da forma de gestão do Projeto, com a decisão unânime de que o processo deve seguir os moldes do adotado pelo IEA na administração de projetos já executados sob sua coordenação na área: liberação dos recursos diretamente para a ASGM, mediante planejamento prévio das ações a serem desenvolvidas e prestação de contas da etapa anterior. A proposta é de que o Projeto faça uso da mesma infraestrutura e se valha dos recursos humanos com que contará a Associação, salvo necessidade de complementação em caso de impossibilidade irrecorrível de colocá-los à disposição ou de alguma necessidade específica do Projeto. A remuneração do pessoal do Projeto será feita diretamente pelo IEA-ECOSCÂMBIO..

Considerações complementares e outras recomendações

67. Criado em 1986 e bastante conhecido no meio ambientalista e entre os que vêm trabalhando com a questão sócio-ambiental na Amazônia - de modo particular com a criação e consolidação das RESEx - o IEA não suscitou dúvidas por desconhecimento sobre sua origem e do seu papel institucional, nas abordagens realizadas junto às instituiçoes interlocutoras, no âmbito do Projeto.

Acervo ISA

68. Quanto à (ou ao?) ECOSCÂMBIO, além de recém-surgida, seu caráter de rede torna-a um tanto problemática para o entendimento das pessoas e instituições quanto à sua origem e finalidade. Rede parece ser algo ainda um tanto indefinido e etério, quando ainda não com personalidade jurídica. Por outro lado, até mesmo o significado da sigla - ao que parece não bem estabelecido, ainda - também confunde um pouco as pessoas sobre o que seja exatamente ECOSCÂMBIO. Há um documento em italiano - sem título, sem local de origem, sem data e apócrifo, mas o que mais se aproxima do que costumamos denominar de projeto técnico - sobre ECOSCÂMBIO, onde estão arrolados os 5 projetos da rede, que, todavia, lhe dá tratamento de programa e o conceitua como sendo de "Apoio à Realização de Experiência de Desenvolvimento Sustentado em Diferentes Realidades Críticas Brasileiras" (tradução literal do consultor, que pode não estar correta). Embora bastante preciso, apesar de longo, é de difícil entendimento para as pessoas não familiarizadas com o tema, além de não ter implícita a idéia de intercâmbio, que seria o objetivo maior da rede (ou programa?). Nas discussões havidas em Brasília e Rondônia, era mais inteligível referir-se à ECOSCÂMBIO como uma "rede de intercâmbio de experiências em desenvolvimento sustentato" ou, ainda, " de intercâmbio de experiêriências ecologicamente sustentáveis", com a ressalva (sempre feita) de que essas não eram as denominações oficiais da rede. No entanto, essas denominações parecem traduzir, com aproximação razoável, o objetivo da rede. O fato é que, do que foi dado a notar, um nome curto e objetivo facilitaria o entendimento e a divulgação da idéia implícita na ECOSCÂMBIO.

69. Outro aspecto que merece destaque é a inexistência de um projeto técnico específico para Rondônia, como normalmente se faz na implementação de projetos de modo geral. O documento apresentado em versão italiana, referido no item anterior, permite conhecer os objetivos do ECOSCÂMBIO como um todo e constitui uma boa síntese das intenções do Projeto para a área, mas falta um documento básico detalhado que contemple objetivos, estratégias, recursos previstos e cronograma para seus três anos de vigência, tendo em vista a necessidade de sinalização das atividades a serem desenvolvidas. A falta de um projeto técnico específico, com base em que as discussões e encaminhamentos possam ser referenciadas, dá origem a desentendimentos e inconsistências programáticas de diversas ordens, pelo fato de não conhecer-se, afinal, a proposta definitiva. O documento em italiano, por exemplo, e a memória sobre missão à Rondônia, de junho de 92, fazem referências explícitas à ações na área de saúde, ao passo que as atividades priorizadas em relatório elaborado pela última missão italiano à área, em outubro de 94 - e que à consultoria foi passada como uma espécie de "versão definitiva" do elenco de atividades priorizadas - não contempla nenhuma ação nessa área. As lideranças locais cobram essas ações específicas, e a falta do projeto específico pode continuar produzindo mais inconsistência na programação trabalhada.

70. Um ponto também importante relativamente ao projeto técnico é o de que a liberação de recursos se dará mediante o planejamento prévio das ações, forma pela

Acervo ISA

qual o IEA sempre atuou na área e com a qual concordam todas as lideranças consultadas no encontro realizado em Guajará-Mirim (mais detalhes no item específico). Esta constitui uma estratégia fundamental para garantir a implementação do Projeto, segundo sua concepção, mas o planejamento antecipado das ações exige que se conheça, também prévia e explicitamente estabelecidos, as metas e os recursos a serem alocados em cada período (trimeste, semestre, ano e período total de vigência).

71. Por fim, é imprescindível que coordenação do Projeto considere o "Levantamento Sócio-Econômico da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto", realizado pelo IEA/RO, em 1994, coordenado por Brent Millikam, como base de informações para implementação do Projeto. Desse trabalho, constam importantes análises e recomendações sobre o quadro situacional de cada um dos diferentes setores da atividade produtiva e social da Reserva, incluindo algumas informações também sobre Pacaás e Rio Novo.

Bady Bassitt, 15 de março de 1995

Mario A. Menezes

Acervo ISA

Documentos Consultados

Millikan, Brent, 1994. "Levantamento Sócio-Econômico da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto". Relatório Técnico. Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais (IEA). Porto Velho, nov.

Ministério das Relações Exteriores da Itália, 1992 - Coordenação dos Projetos de Saúde no Brasil. Fax nº 71/393 3563. "Memo Sobre Missão em Rondônia para Preparação do Projeto ECOSCÂMBIO", jun.

COCIS - LEGAMBIENTE - IEA, 1994. Progetto ECOSCÂMBIO. "1. Proposta di piano indicativo del primo anno; 2. Proposta di piano operativo fase di avvio; 3. Proposta di impiego cooperanti", out.

?. "Titolo del programa: ECOSCÂMBIO: sostegno alla realizzazione di esperienze di sviluppo sostenibile in differenti realta' critiche brasiliane". Sem local e sem data.

Acervo ISA

Anexo I

Termo de Referência do consultor

Acervo ISA

INSTITUTO DE ESTUDOS
AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS
PROJETO ECOSCAMBIO - RONDÔNIA
APOIO CE, MAE E LEGAMBIENTE - ITÁLIA
MARIO ASSIS MENEZES

TERMO DE REFERÊNCIA

O contrato em anexo, do qual faz parte integrante este Termo de Referência, tem como objetivo geral a implementação das atividades de implantação do Projeto Ecoscambio, nas áreas da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto e Pacaás Novos, no Município de Guajará Mirim e na cidade de Porto Velho, todas as áreas no Estado de Rondônia.

- Organização Comunitária

* Nivelamento de informações;

* Identificação das atividades desenvolvidas e/ou em curso;

* Discussão com a Asssociação dos Seringueiros de Guajará-Mirim/ASGM e a Organização dos Seringueiros de Rondônia-OSR sobre as demandas específicas na área da organização comunitária;

* Articulação interinstitucional e identificação de assessoria especializada com vistas ao fortalecimento da organização comunitária na Reserva Extrativista do Rio Ouro e Rio Pacaas Novos;

- Plano de Utilização

* Apoio à elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto;

* Nivelamento de informações, avaliação, discussão e proposição de critérios para elaboração do plano;

- Modelo Educativo

* Discussão com ASGM e OSR sobre demanda educacional;

* Identificação de assessoria específica para avaliação e proposição de um modelo educativo/educacional compatível com a especificidade e realidades locais;

Acervo ISA

- Alternativas Econômicas

* Discussão e nivelamento de informações, com a ASGM, OSR, CNPT e IEA (Luzo Consult), sobre os projetos em desenvolvimento na área econômica com vistas à articulação e compatibilização de ações;

- Sistema de Informações Geográficas

* Gestão junto ao IBAMA/CNPT sobre os procedimentos e prazos a serem adotadas na implementação de um SIG/RO;

* Nivelamento e repasse de informações (IEA/ES), com vistas ao desenvolvimento de trabalho conjunto na área;

- Micro Projetos

* Nivelamento de informações sobre atividades desenvolvidas e/ou em curso na área de pequenos e micro projetos (SAFs, piscicultura, apicultura, enriqueciomento de capoeiras etc) a serem implementadas através de atividades de desenvolvimento e extensão agro-florestais;

* Discussão com a ASGM e OSR sobre as demandas específicas no âmbito dos Micro Projetos;

- Recursos Humanos

* Identificação de um técnico (agrícola ou florestal) para prestar assessoria técnica à ASGM, bem como coordenar, executar e acompanhar as atividades relativas ao projetos locais;

* Elaboração do Termo de Referência do coordenador do Projeto Ecoscambio para os projetos locais;

- Criação de Reservas Extrativistas

* Articulação com o Fórum de ONGs e a Organização dos Seringueiros de Rondônia/OSR com vistas ao estabelecimento de uma estratégia e assessoria técnica para a criação de novas áreas extrativistas protegidas no Estado de Rondônia;

- Resultado Esperado

* Apresentação de um relatório organizado a partir dos itens apresentados neste Termo de Referência.

Acervo ISA

Anexo II

Portaria IBAMA/nº 118, de 31.10.94

Acervo ISA

Anexo III

Lista de participantes do encontro com lideranças

Acervo ISA

ENCONTRO DE LIDERANÇAS DE SERINGUEIROS DE GUAJARÁ-MIRIM
(OSR, ASGM, IEA-ECOSCÂMBIO, CNTT, OXFAM)

LOCAL: GUAJARÁ-MIRIM
PERÍODO: 15 E 16/02/95

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	RIO OU INSTITUIÇÃO
Francisco Lopes da Silva	OSR ou fiscalo da OSR.
Lourival Guimarães Velez	RIO NOVO
Manoel Bierge de Amerim	Rio Pacaa Novos
Mario Cereza Soares	ASGM
CECILIA IORIO	OXFAM
Brent Millikan	Consultor Independente
Rosalina das S. Dias	Secretária da OSR.
BROTHER	ASGM
OSMAR LOURENÇO DA SILVA	RIO OURO PRETO
MANOEL SOARES	RIO OURO PRETO
Vivaldo Coracy Cabral Gomes	A.S.G.M. MOTORISTA
Paulo de Lima Nunes	2º Tesoreiro (ASGM)
Francisco Eleuterio dos Santos	(Rio Ouro Preto)
Luis Ramos da Silva	Seringueiro (Ouro Preto)
Francisco a da Silva	~~[illegible]~~ Rio Novo
Jorge Alves Costa	Seringueiro Rio Ouro Preto
Manoel dos Santos da Oliveira	do Rio Ouro Preto
Raimundo Lima de Oliveira	do Rio Ouro Preto
Randinelli P. Oliveira	do Rio Ouro Preto
Eliene Batista da Silva	Rio Ouro Preto
Jorge da Silva Costa	AGCS Rio Ouro Preto Cor Ouro
José Maria dos Santos	O.S.R./C.N.S
Reginaldo Lopes Pereira	Rio Novo
Francisco dos Santos Pereira	Rio Novo
Carlos Alves Costa	Rio Ouro P.

José Karajoi — OXFAM-BR
Mario A. Menezes — IEA-Ecoscimbio
José Wilson Nunes) ASGM) (NS) Rio Ouro Preto
Adonis da Carmo da Silva A.S.G.M.
Melanias Vieira Neto — CNPT
José [illegible] — FUNE ASGM

Acervo ISA

Anexo IV

Proposta de termo de referência para o coordenador local do Projeto

Acervo ISA

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS
PROJETO ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA
APOIO CE, MAE E LEGAMBIENTE - ITÁLIA

Coordenador Local do Projeto

PROPOSTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

- Coordenação do Projeto
. Coordenar, em nível local (Guajará-Mirim, RESEx do Rio Ouro Preto, FEE do Pacaás Novos, Rio Novo e demais áreas que venham a ser alcançados pelo Projeto), todas as atividades previstas pelo Projeto.
. Responder pelo controle financeiro e gastos do Projeto e organização dos elementos básicos para as prestações de contas respectivas.
. Responder pelo trabalho de articulação entre o nível local e a Coordenação-Geral do Projeto, em Salvador.
. Assessorar, apoiar e acompanhar todos os trabalhos a serem contratados pelo Projeto, através de consultorias especializadas.
. Viabilizar a complementaridade das açoes do Projeto com as do CNPT, OXFAM e de outras instituições que venham atuar na área, através da atuação harmônica com a coordenação dos respectivos projetos.
. Apresentar relatório técnico e de acompanhamento do Projeto, ao final de cada periodo contratual.

- Assessoria à ASGM-Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim
. Prestar assessoria técnica à Diretoria da ASGM, de modo particular no âmbito das atividades a serem desenvolvidas pelo Projeto

- Acompanhamento das atividades do Projeto
. Coordenar com o CNPT e ASGM a elaboração de planos de trabalho e as atividades dos técnicos de campo.
. Acompanhar e supervisionar o trabalho de extensão, prestando assessoramento aos tecnicos extensionistas nas atividades que requerem assistência técnica mais efetiva, a exemplo da instalaçào de unidades demonstrativas, implantação de sistemas produtivos, entre outros.

Acervo ISA

Anexo V

Síntese da metodologia empregada pelo IAC na área de organização comunitária

Acervo ISA

Anexo VI

Resumo da metodologia a ser utilizada pelo CTA no diagnóstico de educação na RESEx do Rio Ouro Preto

Acervo ISA

Anexo VII

Breve relatório tratando de questões emergenciais da ASGM e OSR

Acervo ISA

Bady Bassitt, 21 de fevereiro de 1995

Para
Raquel Mattoso
Coordenadora do Projeto IEA-ECOSCÂMBIO
Fax nº (071) 245-0370

Raquelita,

Conforme entendimentos, estou ecaminhando a você relação dos compromissos emergenciais da ASGM e demandas da OSR, discutidos a partir de uma pauta proposta por todas as lideranças presentes ao encontro de Guajará-Mirim (em torno de 12), realizado nos dias 15 e 16 últimos para dar encaminhamento à implantação do Projeto, e em Porto Velho, durante discussão sobre o processo de criação de novas RESEx

Como você verá, todos os compromissos pautados requerem recurso a curtíssimo prazo para serem cumpridos e, ao contrário do que nos foi insistentemente solicitado, com relação as implicações de eventuais repasses financeiros neste momento de "transição", os representantes das comunidades locais, sem excoção - inclusive membros da direção da OSR e postulantes a cargos diretivos da chapa de oposição à atual diretoria da ASGM - foram unânimes no encaminhamneto desses pontos, em vista dos riscos de paralização da Associação, por inadimplência em várias áreas.

Tabela 1 - Compromissos da ASGM

Discriminação	Custo (R$)
- Realização da Assembléia-Geral (março/95)	2.000
- Pagamento de salários atrados (3 funcionários x 3m x R$ 280)	1.680
- Pagamento da conta do telefone	250
- Pagamento da conta de água e luz (meses atrasado)	1.300
- Regularização trabalhista	10.000
- Renovação do programa de rádio (a ASGM tem 1 hora de programa/semana na rádio local)	555
- Ajuda de custo para 3 lideranças (3 x 2m x R$ 150)	900
Total	**16.685**

3.5

Acervo ISA

Muito embora todos esses pontos sejam considerados de grande prioridade pelas lideranças locais, os cinco primeiros têm prioridade entre os prioritários, pelo potencial de risco que encerram quanto ao futuro da Associação. Evidentemente, nenhum compromisso da parte do Projeto foi assumido junto a essas lideranças, restringindo-me a ajudá-los na condução das discussões havidas e a organizar os pontos discutidos para encaminhamento à coordenação em Salvador.

Tabela 2 - Demandas da OSR

Discriminação	**Custos (R$)**
- Financiamento de material de consumo para o escritório em Porto Velho (R$ 150 x 6 m)	900
- Financiamento da conta de telefone (R$ 150 x 6 m)	900
- Financiamento de rancho para trabalho de campo nas áreas a serem criados (R$ 50 x 6 m)	300
- Financiamento de passagens de ônibus para deslocamentos às áreas a serem criadas (R$ 80 x 6 m)	480
Total	2.580

Segundo o presidente da OSR, José Maria dos Santos, os compromissos da Organização estão rigorosametne em dia, mas há diculdades financeiras para continuar bancando essas atividades e despesas, essenciais para viabilizar os trabalhos em curso.

No mais, há uma demanda de assessoria do Projeto, pela OSR , na área de criação de novas áreas. A Organização solicita da coordenação em Salvador que verifique a possibilidade de dar continuidade aos trabalhos nessa área já iniciados durante esta última missão em Porto Velho, quando gestões foram realizadas junto ao INCRA e CNPT, com vistas à criação de novas RESEx e PAEs. Trata-se, mais especificamente, da minha permanência em Rondônia durante os dias 15 e 30 de março próximo, para o trabalho de pré-seleção de áreas para a criação dessas modalidades e mais as FEE-Florestas Estaduais Extrativistas, dentre 29 já estudadas, e para o detalhamento da modalidade de assentamento extrativista junto à equipe técnica que o Superintende do INCRA está criando para viabilizar essa proposta na Superintendência Regional, em articulação com a OSR. Mais detalhes sobre esse trabalho constarão do relatório final da consultoria, mas como o atendimento a essa demanda implica negociações, consultas, etc., a estou encaminhando desde já. De todo modo, lembro a você que essa demanda de assesaoria estava prevista em nossas discussões ai em Salvador, no âmbito da atividade que decidimos denominar de "ação de nível macro" ou criação de novas áreas.

Acervo ISA

Quanto à materialização do Projeto em um documento básico - de todo necessária, do meu ponto de vista - estou reunindo informações sobre as respectivas áreas, que juntamente com as atividades já priorizadas, as ações e estratégias definidas no encontro agora realizado em Guajará e os números sobre o orçamento previsto, que certamente você possui, conformariam o essencial para a formulação de um projeto técnico propriamente dito. Isso daria mais consistência e confiabilidade à proposta.

Finalizando, sobre a comissão de seleção do pessoal técnico e administrativo que trabalhará na área -inclusive do Projeto - estou seguro que o Brent é realmente a pessoa indicada para nela representar o IEA-ECOSCAMBIO. Penso que você chegará facilmente a um acordo com ele, sobre sua (dele) remuneração - cabível, porque será necessário avaliar currículo, reunir-se com os demais membros (CNS, OSR, ASGM e CNPT), etc. Como te disse, acho que ninguém também melhor do que ele para sugerir o perfil do coordenador do Projeto, mas também posso fazê-lo, se necessário.

Raquelita, um ótimo Carnaval pra você e um grande beijo. Estarei por aqui durante esses dias; qualquer coisa e só ligar.

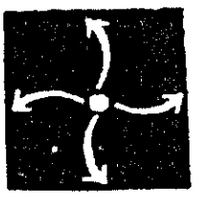
Mario Menezes

Acervo ISA

PARA MÁRIO MENEZES. 069 224.136

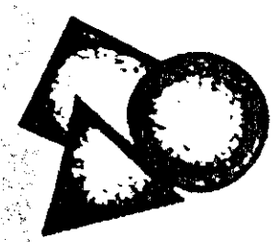
PROGRAMAS DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

Os Programas sao desenhados especificamente de acordo com os interesses e necessidades da organização ou do projeto, depois do primeiro encontro de avaliação. As sessões selecionadas compõem um programa com duração de 1 a 5 dias, com um número de participantes determinado pela própria organização. O treinamento formal utiliza uma metodologia prática e participativa, com acompanhamento das técnicas aprendidas em sua aplicação.



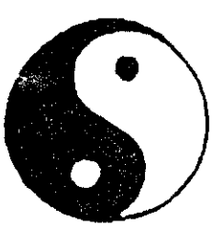
As sessões sao classificadas em 2 temas:

TEMA I - PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO:



Uma serie de técnicas participativas para: facilitar uma reunião comunitária participativa; elaborar um projeto e levantar recursos; montar um plano de trabalho ou sessão de planejamento estratégico; promover um forum comunitário (um evento despertador). Todas são baseados num processo simples para assegurar a participação máxima, "chuva de idéias", que qualquer líder comunitário pode aprender.

TEMA II - LIDERANÇA E CAPACITAÇÃO:



Uma mistura de treinamento prático, estudo e exercício reflexivo em desenvolvimento integrado, organização comunitária, e dinâmica de grupo, entre outros. Capacita o agente de desenvolvimento e o líder comunitário a aperfeiçoarem seus métodos e estilos de prestarem assistência e guiarem o desenvolvimento a nível comunitário.

CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

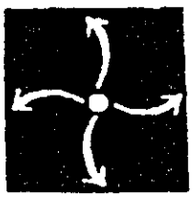
Temos consultores experientes em desenvolvimento comunitário para aconselhar sobre vários assuntos, entre eles: elaboração de projeto e formação de equipe ou grupo de trabalho; planejamento estratégico; projetos específicos de Organização Comunitária, Treinamento de Lideranca, Educação, Saúde Preventiva

Acervo ISA

PARA MÁRIO MENEZES. 069 224.136

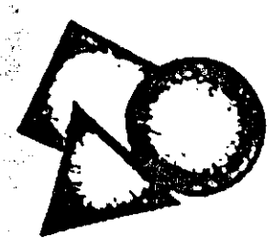
PROGRAMAS DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

Os Programas sao desenhados especificamente de acordo com os interesses e necessidades da organização ou do projeto, depois do primeiro encontro de avaliação. As sessões selecionadas compõem um programa com duração de 1 a 5 dias, com um número de participantes determinado pela própria organização. O treinamento formal utiliza uma metodologia prática e participativa, com acompanhamento das técnicas aprendidas em sua aplicação.



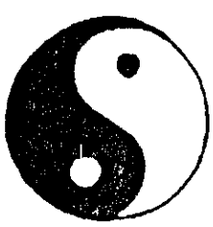
As sessões sao classificadas em 2 temas:

TEMA I - PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO:



Uma serie de técnicas participativas para: facilitar uma reunião comunitária participativa; elaborar um projeto e levantar recursos; montar um plano de trabalho ou sessão de planejamento estratégico; promover um forum comunitário (um evento despertador). Todas são baseados num processo simples para assegurar a participação máxima, "chuva de idéias", que qualquer líder comunitário pode aprender.

TEMA II - LIDERANÇA E CAPACITAÇÃO:



Uma mistura de treinamento prático, estudo e exercício reflexivo em desenvolvimento integrado, organização comunitária, e dinâmica de grupo, entre outros. Capacita o agente de desenvolvimento e o líder comunitário a aperfeiçoarem seus métodos e estilos de prestarem assistência e guiarem o desenvolvimento a nível comunitário.

CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

Temos consultores experientes em desenvolvimento comunitário para aconselhar sobre vários assuntos, entre eles: elaboração de projeto e formação de equipe ou grupo de trabalho; planejamento estratégico; projetos específicos de Organização Comunitária, Treinamento de Liderança, Educação, Saúde Preventiva

Acervo ISA

Rondonia . Relatórios

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ORGANIZACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS DE GUAJARÁ MIRIM - RO

Consultoria: Dejanira Fialho
Frances Hansford
Promoção: Instituto de Estudos Amazônicos

Julho, 1995

Acervo ISA

AVALIAÇÃO ORGANIZACIONAL DA ASGM

INTRODUÇÃO:

Entres os dias 01 à 20 de Julho de 1995, foi realizado o Programa de Fortalecimento Organizacional com a Associação dos Seringueiros de Guajará Mirim (ASGM) - RO na Escola Estadual Capitão Godoi de Guajará. O programa foi promovido pelo Instituto de Estudos Amazônicos que contratou a consultoria de Dejanira Fialho e Frances Hansford para a facilitação do evento.

OBJETIVO:

Fortalecer a ASGM através de um encontro exclusivo de seus membros para discutir e refletir a Situação Organizacional, elaborar um Planejamento Estratégico e desenvolver habilidades em organização comunitária.

METODOLOGIA:

1. Avaliação Organizacional e Planejamento Estratégico (2-7 de julho): Foi desenvolvida de forma integrada, no objetivo de avaliar a situação atual e criar um plano de trabalho para o desenvolvimento da entidade. Na avaliação organizacional, foram avaliadas e definidas: ***Missão, Programas e Atividades e Estrutura Organizacional.*** N0 planejamento estratégico, foram identificadas e discutidas: ***Visão*** dos próximos três anos, ***Obstáculos*** que bloqueiam a visão, ***Direções Estratégicas*** que contribuem para eliminar os obstáculos, ***Seleção de Táticas Prioritárias*** para seis meses e ***Plano de Implementação.***

2. Capacitação de Lideranças (8-15 de julho): Este programa foi desenvolvido para orientar e compartilhar com os membros da ASGM, as seguintes sessões: ***Desenvolvimento Integrado, Jornada Interior, Formação de Grupos, Estilos Sociais, Habilidades de Ouvir, Reunião Participativa, Seminários e Palestras, Definição de Projetos e Elaboração de Propostas e Forum de Despertamento Comunitário.***

3. Forum de Despertamento Comunitário (16-20 de julho): Foram desenvolvidos dois encontros comunitários em Nova Brasília e Margarida, comunidades do Rio Pacaás Novo, no objetivo de despertar a comunidade para a importância de sua participação nos movimentos da ASGM e no processo de crescimento local.

RESULTADOS:

- Um documento de Avaliação Organizacional;
- Um documento do Seminário de Planejamento Estratégico
- Grupo de Lideranças treinado em métodos e técnicas de organização comunitária.
- Relatórios dos Encontros Comunitários no Rio Pacaás Novo.

Acervo ISA

1. ABERTURA DO EVENTO

No dia 01 de Julho de 1995, foi dado início ao Programa de Fortalecimento Organizacional com a participação de 25 membros da ASGM. Nesta abertura, foi exposto o contexto geral do programa (objetivos, procedimentos, etapas do programa e apresentação da agenda), no objetivo de conhecer melhor a situação da ASGM e os participantes do programa, e garantir participação nos 15 dias na avaliação organizacional, planejamento estratégico e treinamento de lideranças.

Um painel de preocupações foi desenhado com a participação dos presentes, onde todos contribuiram com suas idéias e pensamentos.

PREOCUPAÇÕES:

Sobrevivência Econômica: esvaziamento das áreas, diversificação da produção, alternativas econômicas, mercado para os produtos, abastecimento na áreas, preço da borracha; **Planejamento e Execução:** como planejar, recursos suficientes e como administrar, recursos são retirados e não são recolocados, ajuda de custos para os diretores, dívidas atrasadas, plano para receber dívidas, como administrar capital de giro, prestação de contas projeto Miserior, Suiça, convênios estaduais SEDAM, IBAMA etc; **Questão Trabalhista:** Como resolver a questão trabalhista; **Desenvolvimento Social:** Nova forma de educação na reserva, saúde preventiva, educação ambiental, agentes de saúde; **Regularização Fundiária:** Regularização da reserva; **Respaldo Político:** ASGM ter força para apoiar as comunidades.

2. SITUAÇÃO ATUAL DA ASGM

a) MANDATO LEGAL:

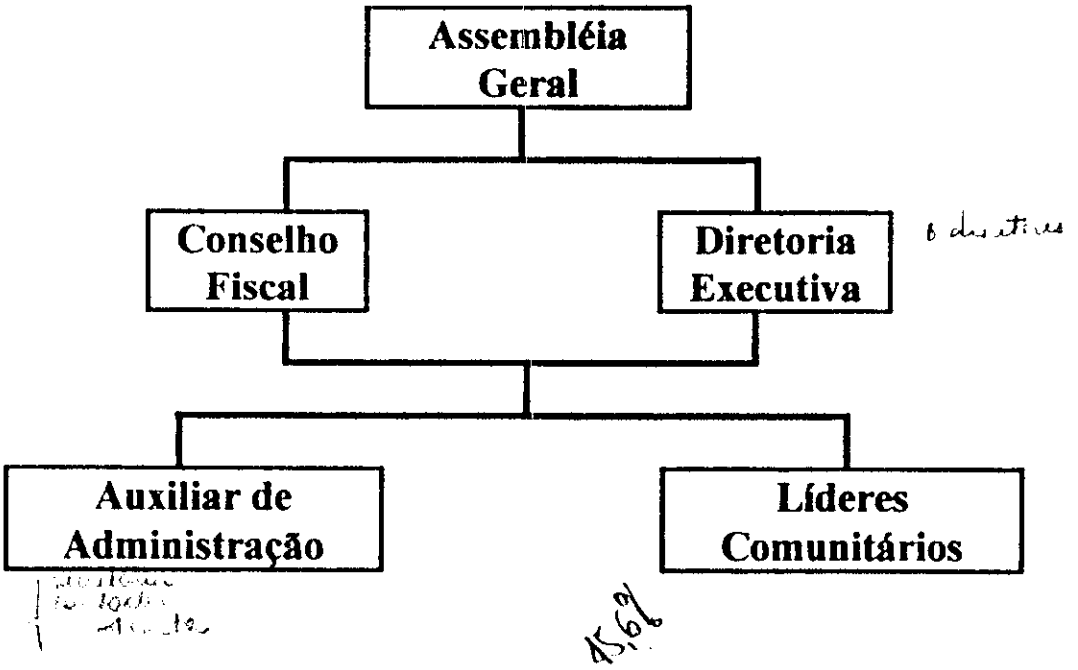
Função e Deveres Da ASGM: Acabar com o sistema patrão, organizar os seringueiros, garantir a reserva extrativista, garantir direitos sociais, garantir mercados para produtos extrativistas, dar independência aos seringueiros, ter representação política.
A reservas é uma área de mais ou menos 570.000 ha - o título de concessão real de uso ainda não foi concluído, mas o plano de utilização já foi aprovado pela assembléia.

b) PATRIMÔNIO

Uma sede, carro, computador, motores (25 e 40) - 8 motores diesel, 11 rabeta, máquina de escrever, 2 rádios amadores, telefone e fax, 4 barcos voadeiras, 6 chatas, 5 peladeiras de arroz, fogão de gás e butijão, geladeira, ar condicionado, 2 fichários, 2 ventiladores, 6 mesas, 8 balanças, equipamentos nas escolas e nos postos de saúde (7 escolas e 4 postos de saúde), 11 animais de carga. Este patrimônio está descrito num documento da ASGM em que relata os critérios de uso.

Acervo ISA

c) ESTRUTURA (Organograma Organizacional)



Assembléia Geral: Tem a função de deliberar sobre as demandas dos sócios da ASGM. Formada de 263 sócios fundadores e com 120 sócios quites. Deve reunir-se ordinariamente uma vez por ano ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

Diretoria Executiva: Tem a função de executar as atividades da ASGM. Formada por 6 diretores (Presidente, Vice-Presidente, 1o. Secretário, 2o. Secretário, 1o. Tesoureiro, 2o. Tesoureiro). Deve reunir-se de 2 em 2 meses.

Auxiliar de Administração: Tem a função de viabilizar o trabalho da ASGM. É composto por uma secretária, um contador e um motorista. É convocada para reuniões (pela diretoria).

Conselho Fiscal: Tem a função de fiscalizar as atividades da diretoria executiva e dos membros sócios e prestar relatórios a Assembléia Geral. Composto por 3 titulares e 3 suplentes. Deve reunir-se de 2 em 2 meses.

Líderes Comunitários: Tem função de facilitar o trabalho da ASGM e garantir a participação dos moradores nos movimentos da ASGM. É composto por 12 líderes e 12 vice-líderes em 12 comunidades. As reuniões são feitas de acordo.

Acervo ISA

d) POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES:

Ambiente Interno (ASGM e suas órgãos)

Ponto Fortes:

Articulação política, infra-estrutura física, meios de comunicação, vontade e bom desempenho da nova diretoria, meios de transporte, demarcação e plano de utilização prontos, forte atuação em saúde e educação, organização forte nas bases comunitárias no Rio Ouro Preto.

Pontos Fracos:

Pouca conscientização da maioria nas comunidades, dependência de entidades externas, dificuldades de condições financeiras, má administração dos recursos, não tem assessor comercial, dificuldade no planejamento e execução, abastecimento e comercialização má administrado, fraca organização nas bases (Rio Pacaás Novo e Rio Novo).

2. Ambiente Externo (Relações com Aliados)

Pontos Fortes:

Ajuda financeira através de projetos, apoio de entidades estrangeiras (G7), criação da reserva Rio Ouro Preto, regularização da reserva, segurança para reserva através do IBAMA, CNS, OSR e CNPT, treinamentos para ASGM, promoção de programas de saúde e educação nas comunidades, comunidade é base de sustentação da ASGM, alguma contribuição política (basicamente do PT, 70 políticos apoiam o movimento), política ambiental com apoio internacional, apoio governamental através de convênios.

Pontos Fracos:

Atravessadores influenciando as comunidades, grupo empresarial pressiona governo para não criar as áreas ambientais (reservas extrativistas), poder econômico manda nas políticas nacionais, falta de uma política para o preço de borracha, comunidades ainda fracas para sustentar ASGM, falta de crédito para associados, meio ambiente virou moda, criação de ONGs limita fonte de recursos (tendo que dividir recursos com muitas), CNS não abrange Amazônia pois tem um corpo muito grande e uma cabeça muita pequena, fiscalização precária permite entrada de invasores, IBAMA não tem dinheiro para desapropriação, pouca contribuição política de outras partidos, direita no poder.

Acervo ISA

3. IDENTIFICAÇÃO DA MISSÃO

Um grande plenário para resgatar a história da ASGM, foi desenvolvido pelos participantes. Depois deste plenário, foi aberta a sessão de missão, durante a qual foi explicado o significado da missão organizacional e discutidos com os participantes os diversos exemplos de missão. Dois grupos foram divididos e acompanhados pelos facilitadores para a identificação da missão da ASGM.

HISTORIA DA ASGM:

1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Primeiro encontro CNS		Raymundo Barros veio para GM		Nasceu ASGM			Decreto de Novas Pacaás	
Comissão de delegados dos seringueiros RO	Chico Mendes morto	Primeiro encontro CNS em RO	Criação da Reserva Ouro Preto	Eleição da primeira Diretoria		Problema das Chatas		Eleição da nova Diretoria
		Reuniões de Base	Primeiro recurso de fora (Alemanha)	Sede da ASGM	Empate	Empate		Treinamento para a nova Diretoria
				Primeiro recurso do governo brasileiro				

A MISSÃO DA ASGM É:

Defender os Interesses dos Sócios Extrativistas, Garantindo a Qualidade de Vida e sua Permanência na Reserva, através da Implementação de Programas Sociais, Econômicos e Políticos.

Acervo ISA

4. PROGRAMAS E ATIVIDADES:

Para a identificação dos programas e atividades da ASGM, foi feito um plenário inicial, solicitando dos participantes, as **linhas básicas de ação da ASGM,** que contribuem para sua missão. Foi feita uma lista de atividades que a ASGM trabalha e outras que deveriam ser parte de seu trabalho. Os programas e atividades da ASGM são: *Produção e Comercialização, Coordenação Geral, Administração Financeira, Organização Social e Comunitária e Programa de Saúde e Educação*

Depois da identificação dos programas e atividades, foram identificados no quadro de obstáculos os bloqueios que afetam as áreas. Em seguida os participantes foram divididos em dois grupos para discutir e definir o funcionamento das áreas. Os grupos trabalharam com os seguintes pontos: **Função das áreas**, **Recomendações de Modelos ou Sistemas** para desenvolver a área e **Táticas** para os próximos seis meses.

Depois de completados os trabalhos dos grupos, um grande plenário foi aberto para serem apresentados os trabalhos e para a refinação do produto final através do consenso dos participantes.

A seguir estão os trabalhos produzidos pelos participantes:

I) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

Função: Coordenar os recursos da ASGM; controlar as entradas e saídas de recursos; levantar contribuições dos sócios.

Maior Problema Identificado: Diretoria sem condições de administrar seu trabalho.

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE AUTO-SUFICIÊNCIA DA ASGM

Entrada de Recursos Próprios: Contribuição Mensal dos Sócios.
Atual: 121 sócios quites pagam 3 Kg de borracha CVP por mês, pelo preço da nova tabela ($1.08) = **R$ 4.704,48** por ano;
Usando o preço da borracha PBD, pelo preço da tabela nova ($1.36) seria **R$ 5.924,16** por ano. Se todos os sócios da ASGM tivessem quites, 260 sócios pagando borracha PBD seria **R$12.729,60** por ano.

Acervo ISA

Saída de Recursos (Gastos Básicos de Administração):

Áreas de despesas	**Mensal - R$**	**Anual - R$**
Luz	50,00	600,00
Água	10,00	120,00
Telefone e FAX	250,00	3.000,00
Gás	7,50	90,00
Material de Consumo	250,00	3.000,00
IPTU		100,00
Programa de Rádio	200,00	2.400,00
Salários		
. motorista	400,00	4.800,00
. operador do computador	4.800,00	
Ajuda de Custo/ Diretores		
. presidente	600,00	7.200,00
. secretario	350,00	4.200,00
. tesoureiro	350,00	4.200,00
TOTAL	**2.867,50**	**34,510,00**

Se a ASGM continuar com este nível de entrada e saída de recursos próprios, ela terá um prejuízo anual de **R$ 29.805,52**; ela consegue sobreviver economicamente somente devido à entrada de recursos externos, ou seja, não consegue ser auto-suficiente.

Foram levantadas algumas recomendações para reduzir os gastos administrativos da ASGM e ao mesmo tempo aumentar a entrada de recursos próprios, com a intenção de diminuir o nível de dependência de recursos externos.

RECOMENDAÇÕES PARA DIMINUIR OS GASTOS:

Telefone: usar cadeado
limitar ligações para 5 minutos
ligar para fora a cobrar quando for possível
não usar telefone para assunto pessoal

Rádio: colocar um Diretor para fazer o Programa, para não ter que pagar o radista; mesmo assim, o gasto não diminui, porque a taxa vai aumentar para R$ 200,00

Salários: pagar os 2 funcionários, um salário mínimo e meio cada

Ajuda de Custo: pagar 2 salários mínimos

Acervo ISA

Com as modificações, o gasto anual diminuiria para:

Áreas de despesas	**Mensal - R$**	**Anual - R$**
Luz	50,00	600,00
Água	10,00	120,00
Telefone e FAX	60,00	720,00
Gás	7,50	90,00
Material de Consumo	50,00	600,00
IPTU		100,00
Programa de Rádio	200,00	2.400,00
Salários		
. motorista	150,00	1.800,00
. operador do computador	150,00	1.800,00
Ajuda de Custo para Diretores		
. presidente	200,00	2.400,00
. secretario	200,00	2.400,00
. tesoureiro	200,00	2.400,00
TOTAL	**1.277,50**	**15.430,00**

RECOMENDAÇÕES PARA AUMENTAR OS RECURSOS PRÓPRIOS:

Ampliar o quadro de sócios (novo sócio paga primeira contribuição ao inscrever-se);
Incentivar mais sócios a sempre pagar a mensalidade e ficar quite;
Cobrar uma taxa mínima para o alojamento para cobrir despesas do mesmo;
Cobrar a jóia, se for possível de todos os sócios, para gerar lucro acima da venda da mercadoria (segue abaixo a proposta da jóia).
Não aumentar a contribuição mensal, já que o sócio deve pagar a jóia.
Foi recomendado fazer as seguintes modificações no Regimento Interno, com o objetivo de garantir a entrada de recursos próprios (abaixo):

REGIMENTO INTERNO: Contribuição Social: Tem que pagar primeira contribuição ao associar-se; Mudar o valor da contribuição para 3 quilos de borracha PBD. Tem direito a cadastramento depois de 90 dias, uma vez só. Dar prioridade ao sócio quite seguindo critério abaixo:
. Sócio não quite paga taxa mais alta para o alojamento
. Sócio não quite paga taxa mais alta pata transporte
. Sócio não quite paga mais para mercadoria
. Sócio não quite recebe menos para sua produção
. sócio não quite paga para dar aviso no Rádio
. sócio não quite não tem mesmo direito de usar os equipamentos
Coleção das contribuições mensais será responsabilidade dos líderes comunitários

Acervo ISA

A PROPOSTA DA JÓIA

A jóia será do valor de 100 quilos de borracha CVP que deve ser pago a vista ou em até 2 vezes (uma entrada e segunda parcela depois de 6 meses). Hoje o valor da jóia em dinheiro é de R$108,00

Como explicar a importância da jóia: É um fundo inicial como capital de giro para comprar mercadoria para abastecer as comunidades. Quem deu a jóia tem prioridade na compra da mercadoria, e paga a vista para repor o capital; quem não deu a jóia só poderá comprar mercadoria se sobrar. O sócio tem direito de receber o valor da jóia de volta se desistir da ASGM ou se for expulso.

Como colher a jóia: Demonstrar o modo de funcionamento e as contas. Se entrar 10 jóias; Adonias vai buscar as jóias no barco uma vez que tem suficiente para valer a pena a viagem do barco (uma viagem custa R$127 e pode trazer até 60 jóias); ou serão aproveitadas outras viagens da Diretoria ou sócios para trazer as jóias. O dinheiro entrará na Tesouraria, setor comercial. Será mostrada a prestação de contas cada vez que se faz uma compra e venda.

RECURSOS EXTERNOS: As fontes de recursos externos e as despesas que se paga com estes recursos são:

PROJETOS (duração de 6 meses até 2 anos):

Equipamento, Material Permanente, Material de Consumo (gasolina, alimentação), Insumos (sementes etc), Gastos Administrativos (contas fixas, material de escritório), Viagens e Diárias, Consultoria, Assistência Técnica, Pagamento de funcionários e terceiros, e Ajuda de Custo para lideranças.

CONVÊNIOS GOVERNAMENTAIS (duração de até 4 anos):

Estrutura Física, Equipamento/Material Permanente, Assistência Técnica

EMPRESAS LOCAIS:

Ajuda de custo para lideranças, Gastos Administrativos, Despesas de Transporte

OBS: geralmente estes recursos não pagam ajuda de custo para lideranças; e nunca pagam dívidas da Associação

Acervo ISA

AS DÍVIDAS DA ASGM:

Com a usina São Paulo, /comércio local,/ e os recursos tirados de outras rubricas de projetos que precisam ser respostos para poder prestar contas.
(Valor aproximado de R$33,000)

Idéias para levantar recursos para pagar as dívidas:

Cobrar e receber as dividas dos sócios com a ASGM; Usar lucro gerado da venda de mercadoria com 60% acima do preço durante o primeiro ano, baseado num capital inicial de $9,000 (jóias de 90 sócios). Para isto a mercadoria sempre terá que ser paga a vista. Se este esquema gerar lucro suficiente (vide quadro que demonstra os lucros do esquema de venda da mercadoria), as dívidas dos sócios com a ASGM poderão ser canceladas; Se não conseguir o capital inicial através de jóias, pedir o capital de uma fonte financiadora como um capital de giro, ou pedir de um banco ou empresa como empréstimo; para conseguir teria que mostrar precisamente como este capital de giro vai funcionar sem se esgotar, já que a ASGM já recebeu capital de fora e não conseguiu repor.

Idéias levantadas para pagar a questão trabalhista (Valor aproximado de $13,000)

Vender/trocar bens e patrimônio da ASGM;
Usar recursos levantados através das táticas acima para pagar as dívidas

II) COORDENAÇÃO GERAL:

Função: Administrar a ASGM e responder as demandas legais

Maiores Problemas Identificados: Programação de trabalho mal-organizada; conflito nas relações pessoais internas.

Recomendações:

1. Coordenação e Planejamento: Reunião semanal da Diretoria com todos os diretores quando for possível; Reunião de Planejamento e Avaliação trimestral com todos os diretores, os 12 líderes comunitários (ou vices) e um assessor; Reuniões de Base, de 6 em 6 meses para diminuir custos operacionais.
Responsável para as reuniões: Presidente.

2. Treinamento: Treinamentos especificos de 5 dias ou mais, para os diretores: Para todos: planejamento e coordenação de atividades, administração, comunicação, como presidir reuniões e para o secretário: documentação, ata; para o tesoureiro: contabilidade (inclusive de projetos), controle de entrada e saída de recursos, prestação de contas; para conselheiros titulares e suplentes: fiscalização, contabilidade (inclusive de projetos).

Acervo ISA

3. Treinamento para líderes comunitários: Treinamento em organização comunitária, administração, como presidir reuniões. Os diretores e líderes mais antigos deverão ser capacitados para fazer este treinamento dos líderes dentro das comunidades.
Responsável para área de treinamento: Presidente e Secretário

4. Patrimônio: Os seguintes critérios de uso deverão ser acrescentados ao Regimento Interno:

- **Prédio e seus Equipamentos:** Todos devem zelar pela infraestrutura e economizar o máximo possível nas despesas; Quem fica no alojamento deverá se responsabilizar pela limpeza do alojamento; Uso do telefone somente para sócios (responsável: tesoureiro)

Responsável Geral: Diretores

- **Toyota:** Para uso exclusivo dos sócios. **Motivos de uso:** transportar produção, doença, fazer compras, mudança. Fazer 3 viagens por semana para o Pompeu, segunda, quarta e sábado. Fazer uma viagem por semana para Bananal. Fazer uma viagem por semana para Largo das Garças. Taxa de R$ 20,00 será cobrada por viagem para cobrir as despesas da viagem e a manutenção da Toyota; o sócio não quite pagará mais. A taxa deverá ser paga ao tesoureiro ao chegar na sede; este dinheiro será mantido numa conta separada.

Responsável: Diretores

- **Barcos Alumínios e 2 Motores Voadeiras:** Para uso exclusivo dos diretores a serviço da ASGM. Não deverá ser usados para transportar borracha. Não devem ser usados com motor rabeta.

Responsável: Adonias

- **Chatas e Motor:** Para uso exclusivo de todos os sócios, para o transporte de produção. Não podem ser usados para atividades que geram lucro pessoal (ex, marretar). Taxa é cobrada para cobrir despesas da viagem e manutenção.

Responsável: Adonias

- **Rádios Amadores:** Para uso exclusivo dos sócios; sócio não quite paga para passar aviso. Podem ser usado para passar avisos pessoais, desde que sejam avisos importantes (não bate-papo).

Responsável: em Pompeu, Sr. Orivaldo; na sede, os diretores

- **A Balança:** Para uso exclusivo dos sócios, na sede

Responsável: diretores

Acervo ISA

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO:

Função: Manter os sócios informados sobre o movimento. Facilitar comunicação entre sócios de vários lugares.

Recomendações para Melhorar Comunicação e Informação: Montar um correio comunitário (tesoureiro é responsável para passar as cartas e avisos para os meios de transporte entre as comunidades);
Melhorar o uso do Programa do Rádio:
. fazer pauta dos Programas, com assuntos somente do movimento
. passar avisos por escrito, que devem chagar na sede ate sábado a tarde
. não aceitar avisos pelo telefone local.
Aumentar o número de participantes nas reuniões de base e incluir mais informação na pauta da reunião (responsáveis: Presidente e Secretário);
Apoiar transporte para as reuniões comunitárias (responsáveis: Presidente e Tesoureiro);
Implantar os rádios amadores nas comunidades do Rio Ouro Preto;
Implantar os rádios receptores - serão vendidos para sócios quites, a vista ou a prazo com avalista, e o capital será usado para comprar mais rádios (responsável: diretores vão decidir sobre critérios para a venda).

RELAÇÕES PÚBLICAS:

Função: Garantir o reconhecimento institucional da ASGM; buscar recursos e apoio politico para a ASGM.

Os Principais Aliados da ASGM:
Secretaria de Educação: contratação de professores, envio de materiais;
Secretaria de Saúde: apoio para Pacaás, Programa de Agentes Comunitários de Saúde;
Prefeitura: Material de construção (ex. para escolas)
Vereadores: apoio político, levantamento de documentos;
CEDAM: assistência técnica e treinamento;
CNPT/IBAMA: (Estadual, Federal): fiscalização da Reserva
EMATER: assistência técnica e treinamento
EMBRAPA: assistência técnica e treinamento
Polícia Florestal e Federal, Exército e Marinha: fiscalização, participação em reuniões
OSR: apoio politico
Entidades ecológicas, Forum de ONGs, IEA: apoio político
CNS: apoio politico
INCRA: indemnização das terras nas Reservas

Recomendação para Melhorar Relações Políticas: Será importante divulgar mais os objetivos das Reservas e da ASGM, para que as entidades entendam e dão mais apoio.

Acervo ISA

III) ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA:

Função:

Facilitar comunicação com os sócios, organizar os sócios para entender a ASGM como dele; organizar o trabalho nas comunidades; facilitar o entendimento dentro das comunidades, conscientizar as comunidades sobre seus direitos e deveres, para promover a sustentabilidade. **Equipe Responsável:** 1 líder e 1 vice por comunidade, total de 12 lideres e 12 vices e 2 diretores para apoiar as lideranças.

Maior Problema Identificado: Quadro de Sócios Mal-Informado

Recomendações para melhorar a organização comunitária:

Lideres são eleitos pela comunidade; serão indicadas mais 2 pessoas para apoiar estas lideranças; Lideres reunirem a comunidade uma vez por mes; Líderes reunirem com os técnicos dos projetos uma vez por mes para planejar e avaliar as atividades; Reunião de base com a diretoria de 6 em 6 meses, aproveitando carona com viagens dos projetos quando tiver; Promover treinamento para os líderes para que possam melhor organizar a comunidade;.

Responsabilidades dos Líderes:

- Reunir as comunidades e repassar as informações; organizar a pauta da reunião;
- Amenizar conflitos nas comunidades;
- Formar mutirões comunitários, organizar os sócios para trabalharem;
- Buscar recursos para as comunidades com a ASGM
- Participar de reuniões de planejamento com a Diretoria e de encontros;
- Organizar as Assembleias Gerais e convidar os sócios;
- Comunicar sobre plataformas dos candidatos para sócios 1 mês antes de eleições;
- Cobrar da Diretoria as proposta e planos de trabalho;
- Organizar sócios para reuniões da Diretoria;
- Manter contato com a Diretoria para troca de informações;
- Elaborar relatórios das reuniões comunitárias;
- Ampliar o trabalho com mulheres, envolver a mulher no trabalho comunitário;
- Zelar pelo patrimônio comunitário e conscientizar os moradores para não estraga-lo
- Não tomar decisão sozinho - conseguir a participação da comunidade;
- Promover a união da comunidade;
- Colher as mensalidades e repassar para a Diretoria.

Acervo ISA

Perfil do Líder:

- Ter interesse no movimento, e em ajudar a comunidade;
- Ser sócio e morar na área;
- Não ter conflito com a comunidade, não ser violento;
- Ser comunicativo - comunicar as informações aos sócios; dividir os problemas;
- Saber planejar as atividades - ter capacidade de organizar a comunidade;
- Ser participativo, não tomar decisões sozinho;
- Ser homem ou mulher;
- Saber fazer reuniões comunitárias e ser informado - saber orientar os moradores;
- Ser eleito pela comunidade
- Saber ler e escrever
- Prometer somente o que pode cumprir;
- Conhecer o estatuto, plano de utilização e projetos da ASGM.

Responsabilidades da Diretoria Perante as Comunidades:

- Reunir de 6 em 6 meses com as comunidades

- Reunir com os líderes de 3 em 3 meses com líderes para trocar informações e fazer revisão de planejamento e fazer os planejamento da ASGM

- Fornecer documentos as lideranças - estatuto, plano de utilização, convênios, projetos e prestação de contas

- Executar as reivindicações dos líderes (aquelas reivindicações possíveis) - não prometer e não cumprir.

Critérios e Penalidades:

- Caso o líder não estiver cumprindo com suas obrigações, as 2 pessoas indicadas para apoiá-lo, devem intervir - para chamar a comunidade, para excluir a liderança ou para superar o problema;

- Caso o líder faz mau uso dos bens, ele deve ser excluído do quadro dos sócios em reunião;

- Caso a Diretoria não estiver cumprindo com as suas promessas e obrigações, os líderes deverão se reunir para pressionar e colocar as reivindicações comunitárias.

Acervo ISA

DESPESAS NA ÁREA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA:

Foram levantadas idéias para reduzir as despesas para executar as várias áreas de atividade da promoção da organização social e comunitária:

Lideranças nas reuniões da diretoria: Desenvolvendo quatro reuniões por ano, com a diretoria executiva. De 3 em 3 meses as lideranças deverão participar das revisões trimestrais e planejamentos da ASGM para poder informar as comunidades e participar de todos os movimentos da ASGM.

ÁREAS DE DESPESAS	*RIO OURO PRETO*	*PACAÁS E RIO NOVO*	*TOTAL*
Transporte:			
gás	3 x R$ 8,00 = R$ 24,00	6 x R$ 8,00 = R$ 48,00	72,00
óleo40	4lt x R$ 2,70 = R$ 10,80	5lt x R$2,70 = R$ 13,50	24,30
diesel	20lt x R$ 0,36 = R$7,20		7,20
TOTAL	**42,00 x 4 = 168,00**	**81,60 x 4 = 264,00**	**432,00**
Alimentação			85,00 x 4 = 340,00
TOTAL GERAL			**772,00**

Reuniões Comunitárias: Todas as comunidades devem se reunir mensalmente para desenvolver suas atividades comunitárias e para discutir necessidades e dificuldades para facilitar a participação dos lideres nas reuniões da diretoria.

ÁREAS DE DESPESAS	*144 REUNIÕES POR ANO*
Transporte:	
gas	1 x R$ 8,00 = R$ 8,00
óleo	2 x R$ 2,70 = R$ 5,40
TOTAL	**13,40 x 12 = 160,80 x 12 = R$ 1.929,60**
Materiais:	R$ 120,00 x 12 = 1.440,00
Total:	**R$ 3.369,60**

OBS: A comunidade deve arcar com a responsabilidade da alimentação para as reuniões comunitárias. O total calculado para despesas de alimentação foi muito alto e a ASGM não tem condição de arcar com estas despesas: R$ 27.770,032, (R$ 164,90x 168).

Reuniões de Base: Os diretores devem estar em contato com as comunidades através de duas reuniões por ano com cada comunidade.

ÁREAS	*RIO OURO PRETO*	*PACAÁS E RIO NOVO*	*TOTAL*
Transporte:			
gasolina	220ltxR$ 0,70= R$ 154,00	300lt x 0,70 = R$ 210,00	364,00X2 = 728,00
óleo40	13lt X 2,70 = 35,10	18lt x 2,70 = R$ 48,60	83,70X2 = 167,40
óleo 2t	1lt x R$ 2,70 = R$ 2,70	1 x 2,70 = R$ 2,70	5,40X2 = 10,80
diesel	20lt x R$ 0,36 R$ 7,20	0	7,20X2 = 14,40
TOTAL	**199,00X2 = R$ 398,00**	**261,30x2 = 522,60**	**398,00+398,00 = R$ 920,60**
Alimentação:			164,90x12=1.978,80x2 = 3.957,60
			R$ 4.878,20

Total de despesas em organização social e comunitária: R$ 9.019,80. Estas despesas devem ser cobertas por projetos, já que a ASGM não tem fonte própria para estes gastos.

Acervo ISA

IV) PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Função: Desenvolver a fonte de renda tanto para os sócios quanto para a ASGM para equilibrar a vida econômica da ASGM e de seus sócios.

Problema Principal Identificado: quadro de sócios mal informados; e a ASGM age de forma assistencialista.

Recomendações: Cada sócio paga 3 Kg de borracha mensalmente a ASGM (são 120 sócios quites, são 263 sócios em total), a contribuição do transporte terrestre deve ser de R$ 20,00 por viagem para os sócios quites e os sócios não quites devem pagar mais. A contribuição de transporte terrestre deve ser paga a tesoureira (que é responsável para recolher as contribuições dos sócios).

A ASGM vende a borracha CVP por R$ 1,08, a PLACA BRUTA por R$ 1,36. É pago ao seringueiro 5% abaixo do valor da tabela. Compra-se em média ao ano 38 toneladas de borracha.

Despesas da ASGM na Área de Comercialização e Mercadoria:

	6 meses	**12 meses**
1. Pessoal		
Motorista marítimo R$ 100,00/mes	600,00	1.200,00
Guarda livro R$150,00/mes	900,00	1800,00
Barqueiro R$ 50,00/mes	300,00	600,00
Alimentação, R$ 85,00 por mês	510,00	1.100,00
TOTAL	**2.310,00**	**4.700,00**
2. Combustível		
Ouro Preto		
80lt x R$ 0,70 = R$ 56,00	336,00	672,00
5lt x R$ 2,70= R$ 13,50	81,00	162,00
20lt x R$ 0,36 = R$ 7,20	172,80	345,60
1lt xR$ 2,70	16,20	32,40
TOTAL	**616,00**	**1.212,00**
Pacaás Novo		
100lt x R$ 0,70 = R$ 70,00	420,00	840,00
5lt x R$ 2,70 = R$ 13,50	81,00	162,00
1lt x R$ 2,70 = R$ 2,70	16,20	32,40
TOTAL	**517,20**	**1.034,40**
Rio Novo		
50lt x R$ 0,70 = R$ 35,00	420,00	210,00
2lt x R$2,70 = R$ 5,40	64,80	32,40
1 x R$ 2,70	16,20	32,40
TOTAL	**258,60**	**517,20**
TOTAL GERAL	**3.701,80**	**7.403,60**

Acervo ISA

Entrada de Recursos pela Compra da Borracha:

Ouro Preto	
18ton placa bruta x R$ 1,35	24.300,00
18Ton de CVP x R$ 1,08	19.440,00
Total	**43.740,00**
5% da ASGM	2.196,00
Pacaás Novo	
1500 kg CVP x R$ 1,08	1.620,00
Rio Novo	
500 kg CVP x R$ 1,08	540,00
5% ASGM(Pacaás e Rio Novo)	108,00
Total - Renda da ASGM	**2.304,00**

Para fazer a compra da borracha, a ASGM tem prejuízo de 1.397,80 por ano; ela só consegue cobrir este prejuizo e lucrar, quando leva mercadoria para vender nas mesmas viagens, isso se ela vender sua mercadoria a vista (não vender fiado). O calculo abaixo demonstra a margem de lucro que ASGM pode ter acima do valor pago ao supermercado.

VENDA DE MERCADORIA

Funcionamento mensal:

Compra no supermercado	R$ 9.170,80
cobrar 60% acima	R$ 5.502,48
Renda semestral (R$ 5. 502,48 x 6 meses)	**R$ 33.014,88**
Renda Anual (R$ 5.502,48 x 12 meses)	R$ 66.029,76

Recomendações para Melhorar a Organização da Compra e Venda da Mercadoria: ASGM precisa conseguir um capital inicial de R$ 9.170,80. A recomendação é de comprar num supermercado mais barato (DUMALI), ou colher jóias dos associados para iniciar o negócio (pelo menos de 83 sócios). A mercadoria não deve ser vendida fiado, tudo deve ser a vista - se a pessoa só tem 20 kg de borracha, ele só poderá comprar o equivalente à aquela quantia. Os sócios quites serão os primeiros beneficiários e os sócios não quites só se beneficiarão se sobrar mercadoria.

Acervo ISA

V) PROGRAMA DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Função: Reduzir o analfabetismo na reserva, cuidar melhor da reserva no futuro, prevenir as doenças nas comunidades.

Problema Principal Identificado: Programa de Educação não adequado para a área.

Organização do Programa de Saúde e Educação: Agentes de saúde fazem visitas mensais para orientar famílias sobre saúde preventiva, reúnem a comunidade 1 vez por mes atendendo em torno de 30 famílias. Os agentes de saúde se reúnem 2 vezes por ano com a Secretaria para ser reciclados e para trocar experiências - cada comunidade tem 1 agente de saúde e em total são 12. Cabe às lideranças verificar o trabalho dos agentes de saúde e dos professores na reserva; recomenda-se integrar mais o entrosamento entre lideranças e agentes de saúde e professores

A comunidade indica seus agentes de saúde e eles são treinados pela Secretaria de Saúde. Os professores fazem concurso público e os diretores indicam para qual localidade eles devem ir nas comunidades. Alguns contadores prestam concursos públicos e são mandados para a reserva e ficam dois anos para aprenderem a lecionar e saem da área (rotatividade de professores)

Recomendações para Melhorar o Programa de Saúde e Educação:

A ideia do grupo é de elaborar uma proposta de trabalho em educação que seja mais apropriada à vida da reserva, com educação diferenciada. A proposta deve incluir educação ambiental;

Promover intercâmbio de experiências com outros programas e projetos de educação em outros estados e cursos ou treinamentos na área; Criar uma política para agentes de saúde;

Acervo ISA

SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERINGUEIROS DE GUAJARÁ-MIRIM

Guajará-Mirim, Julho de 1995

PERGUNTA DE ENFOQUE:

Como garantir a auto-suficiência e o reconhecimento da ASGM, através da qualidade do trabalho de seus membros, nos próximos três anos?

Acervo ISA

METODOLOGIA DO SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O seminário foi desenvolvido entre as sessões de estruturação da ASGM, desenvolvendo cinco sessões básicas do planejamento: Visão dos próximos três anos, Obstáculos, Direções Estratégicas, Taticas Prioritárias e Plano de Implementação.

Todas as sessões do seminário se desenvolveram num modelo básico: Trabalho individual, chuva de idéias, agrupamento das idéias em colunas e nomeando as colunas.

Pergunta de Enfoque: Para facilitar o desenrolar do Planejamento, um pequeno grupo de 5 participantes discutiram as esperanças e preocupações da ASGM e criaram uma pergunta de enfoque para o seminário (vide a capa).

VISÃO DA ASGM PARA OS PRÓXIMOS 3 ANOS

A sessão iniciou-se com uma pergunta central **"O que você gostaria de ver realizado para a ASGM nos próximos três anos?"**. Depois da pergunta central foi dada uma explicação do que é uma visão e o tipo de produto que se esperava da sessão. O trabalho se deu individualmente e em plenária. Os participantes escreveram suas idéias e depois foi feita uma série de rodadas para colher as idéias de todos os participantes. Os dados foram sendo agrupados desde a primeira rodada de cartões e no final através da finalidade comum entre eles. Depois foi feito um refinamento para definir as colunas e dar títulos a cada coluna. Todas as colunas foram nomeadas e uma coluna central foi claramente definida com o consenso do grupo.

OBSTÁCULOS QUE BLOQUEIAM A VISÃO:

A sessão se iniciou com a seguinte pergunta: **"Quais os obstáculos que bloqueiam a visão?"**. Foi dada uma introdução da sessão e uma explicação do produto que se esperava da sessão de obstáculos. O procedimento seguiu o modelo de visão. Foi feito trabalho individual, chuva de idéias, agrupamento das idéias e dados títulos as colunas.

Acervo ISA

DIREÇÕES ESTRATÉGICAS

A sessão foi iniciada com uma pergunta central: **"O que precisamos fazer para superar os obstáculos e realizar a visão?"**. A sessão foi trabalhada através do trabalho individual, uma chuva de idéias, agrupamentos das idéias e nomeando as colunas. Depois de identificação das colunas, elas foram ordenadas por direção comum e discutidas com o grupo para identificar as três direções estratégicas do anos.

TÁTICAS PRIORITÁRIAS:

Nesta sessão o trabalho se deu em um procedimento um pouco diferente: Os participantes listaram uma tática para cada direção, foi feita uma lista com todas as táticas e assim foram identificadas as táticas prioritárias para os próximos seis meses. Foram selecionadas sete táticas para serem implementadas nos seis meses. As táticas identificadas do programa de avaliação organizacional foram colocadas no quadro e discutidas para avaliar sua prioridade e definir aquelas de maior urgência de implementação.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO:

As táticas foram distribuídas em pequenos grupos para serem detalhadas em atividades para o semestre. O detalhamento incluiu: **Conquista de 90 dias, objetivos, Como, Quando, Quem e Onde (ver no documento).**

Acervo ISA

VISÃO

SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO IMPLANTADO	EQUIPE EFICIENTE P/ COORDENAR ATIVIDADES	ASGM EQUIPADA P/ ATENDER AS COMUNIDADES	PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO ORGANIZADA	RECURSOS FINANCEIROS PRÓPRIOS	PROGRAMA SOCIAL IMPLANTADO NAS COMUNIDADES	PRODUÇÃO DIVERSIFICADA	QUADRO DE SÓCIOS AMPLIADO
Cooperativa formada	Diretores formados p/ representar a classe no país e no mundo	Equipamentos suficientes para atender as comunidades	Calendário atualizado com planejamento de trabalho	Recursos suficientes	10 professores para os 3 Rios	Projetos agro-florestais	500 sócios organizados
Sistema de compra e venda dos produtos dos sócios	Diretoria capacitada para administrar os projetos	2 carros para atender as necessidades dos companheiros	Boa administração	Capital de giro	3 centros educativos para capacitar alunos	Psicultura	600 sócios quites
Exportação de produtos extrativistas para o exterior	Pessoas qualificadas em informática e contabilidade	1 rádio amador com receptores em cada comunidade	Estrutura humana com capacidade de administração	Depósito de um recurso para as horas de necessidade	Projeto de educação específica para a reserva	Apicultura	
Mercado garantido para os produtos	Secretária capacitada na sede	Comunidades equipadas	Diretoria capacitada para seu trabalho	Recursos para comprar produtos da reserva	3 médicos de clínico geral para os 3 Rios	Diversificação da produção	
	Diretoria capacitada para elaborar projetos	Trator no Rio Ouro Preto	Visão concreta para receber entrevistas na ASGM	R$ 40.000,000 em caixa	Postos abastecidos de remédios	Produtos de qualidade	
	Diretores com condições de administrar	Equipamentos de saúde na reserva	Planejamento das atividades sendo executados	Orçamento anual de R$ 239,000	10 agentes de saúde na reserva		
		Escritório equipado	Vigia na sede	ASGM sem dívida			
		1 ônibus para ir a encontros	Time da ASGM na liga esportiva	Sócios com suas contribuições em dia			
		1 Alojamento na cidade	Comunidades organizadas sem depender dos recursos da ASGM				
		Alojamento para 300 pessoas					
		Serraria para plano de manejo					

Acervo ISA

OBSTÁCULOS

QUADRO DE SÓCIOS MAL INFORMADO	ASGM AGE DE MANEIRA ASSISTENCIALISTA	DIRETORIA SEM CONDIÇÃO DE ADMINISTRAR SEU TRABALHO	CONFLITOS NAS RELAÇÕES PESSOAIS INTERNAS	PROGRAMA SOCIAL NÃO ADEQUADO	PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO MAL ORGANIZADA
Sócios não conhecem seus direitos e deveres sociais	Capital de giro entendido como doação	Diretoria não foi treinada	Mau entendimento entre os diretores	Professores de fora não conhecem a realidade da reserva	Pouca organização pela Diretoria
Sócios não cumprem seus deveres	Diretoria age de forma assistencialista	Diretoria não tem conhecimento em administração	Diretoria não é unida	ASGM ainda não fez plano de educação apropriada	Diretoria não fica até o final do treinamento/encontro
Pouco entendimento sobre o uso dos equipamentos	Diretoria tem medo de perder espaço nas bases	Pouca prioridade para discutir os treinamentos em reuniões	Inveja de poderes entre diretoria	Agentes de saúde saem da reserva	Diretoria planeja mas não executa
Diretores não repassam informação para os sócios	Trabalho da ASGM não se sustenta economicamente	Diretoria não sabe administrar o recurso	Diretoria autoritária		
Diretoria não esclarece as leis estatutárias	Mercadoria colocada nas bases não tem retorno	Diretoria não sabe administrar os projetos			
Má informação sobre os critérios estatutárias	Sócios não vêem a ASGM como um bem deles	Diretoria não cumpre com as rubricas dos projetos			
Diretoria não conversa com as bases					
Mercadorias sem prestação de contas					
Sócios não pressionam a diretoria sobre seus direitos					

Acervo ISA

ORGANIZAR A ASGM PARA EXECUTAR SUA DEMANDA DE TRABALHO COM QUALIDADE

MELHORAR O ENTENDIMENTO ENTRE OS DIRETORES Reunir a Diretoria para discutir relações Trabalhar em sistema democrático Contratar assessor para auxiliar diretoria em discussões	**CRIAR NOVOS SISTEMAS DE TRABALHO** Criar novos sistemas de trabalho Criar programação de trabalho dentro da capacidade administrativa da Diretoria Montar um planejamento de trabalhos diferenciados	**TREINAR PESSOAL EM ADMINISTRAÇÃO** Treinar a Diretoria em administração geral Treinar a Diretoria para administrar melhor a ASGM Treinar o Conselho Fiscal para executar seus deveres	**ARRUMAR MEIOS DE QUALIFICAR AS LIDERANÇAS PARA DESENVOLVER SUAS ATIVIDADES**
MANTER RECURSOS FINANCEIROS EM DIA Calcular entrada e saída de recursos Descobrir os prejuízos Avaliar o auto-sustento das atividades Pagar as dívidas no comércio e na usina	**AMPLIAR O MERCADO DOS PRODUTOS** Garantir mercado para os produtos Implementar novas formas de comercialização Melhorar a qualidade dos produtos Implantar o sistema de diversificação de produção Treinar sócios em fabricação de artesanato	**AUMENTAR RECURSO PRÓPRIO DA ASGM** Ampliar o quadro de sócios Modificar o item sobre o critério de sócios no regimento interno Selecionar os sócios que trabalham com a ASGM na comercialização	**GARANTIR OS RECURSOS FINANCEIROS DA ASGM**
FORTALECER A COMUNICAÇÃO COM AS COMUNIDADES Fazer reuniões de base para os sócios Fazer reunião de base para fazer os sócios entenderem a importância de sua participação e valorização do movimento Formar uma equipe para orientar os sócios, ganhar apoio dos sócios Implantar sistema de informação com as comunidades	**IMPLEMENTAR OPERAÇÃO FORMIGA** Estabelecer cursos para capacitar líderes para coordenar as reuniões de base Reivindicar treinamentos comunitários para que todos os sócios participem e tenham conhecimento		**MELHORAR AS RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES**

Acervo ISA

PLANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS TÁTICAS:

TÁTICA 1: Organizar uma Assembléia Geral Extraordinária			
CONQUISTA DE 90 DIAS: Levantamento das prestação de contas do comércio e dos projetos da ASGM		OBJETIVO: Apresentar as contas e as novas propostas de trabalho da ASGM para os sócios	
COMO?	QUEM?	QUANDO?	ONDE?
1. Preparar os balancetes; 2. Fazer levantamento dos projetos que faltam prestar contas; 3. Fazer reunião para regularizar o Regimento Interno; 4. Levantar recursos para fazer a Assembléia Geral; 5. Conseguir local para a Assembléia; 6. Comunicar para as comunidades através de Edital; 7. Preparar a pauta da Reunião; 8. Fazer a Assembléia Geral Extraordinária	Responsáveis para a coordenação desta tática: Boneco Manoel	16-22 de julho 23-29 de julho 30 julho - 5 agosto 20-26 de agosto 17-23 de agosto 24-28 de agosto 19-25 de agosto Novembro	Na sede da ASGM

Acervo ISA

TÁTICA 2: Desenvolver Plano para Pagar as Dívidas com Comércio, Usina e as Questões Trabalhistas			
CONQUISTA DE 90 DIAS: $9,000,000 em Caixa para Capital de Giro		**OBJETIVO:** Gerar lucro acima do capital do giro e assim pagar as dívidas.	
COMO?	**QUEM?**	**QUANDO?**	**ONDE?**
1. Preparar relatório da comercialização desenvolvida pela ASGM no passado; 2. Elaborar proposta com sistema de comercialização para o futuro para mostrar às fontes financiadoras; 3. Mandar a proposta para fontes financiadoras; 4. Apresentar a proposta para o PP/G7	Responsáveis Gerais para esta Tática: Ilza Paulo	23-29 de julho 30 julho - 5 agosto 6-12 de agosto 13-19 de agosto	Na sede da ASGM

Acervo ISA

TÁTICA 3: Criar a Nova Programação de Trabalho da Diretoria			
CONQUISTA DE 90 DIAS: Aprovação da nova programação de trabalho pela Diretoria		**OBJETIVO:** Desenhar uma programação de trabalho que possa ser executada dentro da capacidade da Diretoria	
COMO?	**QUEM?**	**QUANDO?**	**ONDE?**
1. Mostrar a nova programação para a Diretoria;	Responsáveis para a coordenação desta tática:	16 de julho	Na Escola (local do treinamento)
2. Preparar a nova programação para ser executada;	Boneco Manoel	6-12 de agosto	Na sede da ASGM
3. Preparar a proposta da jóia para levar para as bases durante a Assembléia Geral;		13-19 de agosto	
4. Apresentar o trabalho para o CNPT;		20-26 de agosto	Local para reunião
5. Revisão Trimestral do Plano Estratégico;	Diretoria e Líderes Comunitários	12-18 de agosto	Local para reunião
6. Revisão Semestral do Plano Estratégico com Nira e Frances.	Diretoria e Líderes Comunitários	Janeiro	Local para reunião

Acervo ISA

TÁTICA 4: **Capacitar Diretores e Líderes Mais Antigos para Treinar os Líderes Comunitários**			
CONQUISTA DE 90 DIAS: **Plano de Treinamento para as Lideranças Pronto**		**OBJETIVO:** **Ter ume equipe treinada como habilidade para repassar habilidades necessárias para os líderes comunitários desenvolverem seus papeis.**	
COMO?	**QUEM?**	**QUANDO?**	**ONDE?**
1. Identificar os tipos de treinamento necessários para os líderes; **2. Solicitar consultoria para treinar os diretores e líderes antigos (os treinadores).**	**Responsáveis para a coordenação geral desta tática:** ***Zé*** **Adonias**	**13-19 de agosto** **27 agosto - 2 setembro**	**Nas comunidades nas reuniões de base de comunidade** **Na sede da ASGM**

Acervo ISA

TÁTICA 5: **Elaborar Proposta de Trabalho para Saúde e Educação Ambiental**			
CONQUISTA DE 90 DIAS: **Equipe montada para elaborar a proposta de trabalho**		**OBJETIVO:** **Mandar a proposta para o Governo**	
COMO?	**QUEM?**	**QUANDO?**	**ONDE?**
1. Organizar equipe de trabalho; **2. Preparar o projeto;** **3. Enviar a proposta para o Governo**	**Responsáveis para a coordenação geral desta tática:** ***Zé*** **Fermino**	**27 agosto - 2 setembro** **3 - 9 setembro** **10 - 16 setembro**	**Sede e comunidades**

Acervo ISA

CRONOGRAMA DO PLANO DE TRABALHO DA ASGM PARA OS PRÓXIMOS SEIS MESES

ÁREA PROGRAMÁTICA	Tática	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Nov	Dez	Jan	Conquista
	16-22 / 23-29	02-05 / 06-12 / 13-19	20-26	27-02 / 03-09	10-16 / 17-23 / 24-28	29-04 / 5-11 / 12-18		19-25 / 26-02	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E COORDENAÇÃO GERAL	Organizar uma Assembléia Extraordinária	Preparar Balancete Levantar projetos que faltam prestação de contas	Reunião para regularizar regimento interno Levantar recursos Assembl.	Conseguir local para Assembléia Edital	Preparar pauta da Assembléia	Assembléia			1. Levantamento e prestação de contas dos projetos documentado (Manoel/Boneco)
PRODUÇÃO E COMERCIALIZ-AÇÃO	Desenvolver um plano para pagar as dívidas	Preparar relatorio comercialização do passado	Elaborar sistema de comercialização para fontes Mandar proposta Apresentar proposta para G7						2. R$ 9.800,00 em caixa para capital de giro (Paulo e Ilza)
COORDENAÇÃO GERAL	Criar uma nova Programação de Trabalho	16/7 Mostrar o plano de trabalho a diretoria	Preparar nova programação de trabalho Preparar ~~proposta~~ da jóia e levar às bases Apresentar trabalho ao CNPT	Revisão do planejamento				Revisão (Nira e Frances)	3. Aprovação do programa de Trabalho pela diretoria (Manoel e Boneco)
ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA	4. Capacitar os Diretores e Líderes antigos para treinar Lideranças Comunitárias		Identificar tipos de treinamentos para as lideranças	Solicitar consultoria para os treinamentos				Treinar diretores e líderes	4. Planos de treinamento das lideranças prontos (Adesina e Zé)
PROGRAMA DE SAUDE E EDUCAÇÃO	5.Elaborar uma proposta de trabalho de Saúde e Educação		Organização da equipe de trabalho	Preparar Proposta de trabalho Enviar Proposta ao Governo					5. Equipe montada para elaboração das propostas de trabalho (Zé e Firmino)

Acervo ISA

No	PARTICIPANTES DO PROGRAMA	Integral	Parcial
1.	Paulo de Lima Nunes, sócio	x	
2.	José Avilhaneda, primeiro secretário	x	
3.	Raimunda Queiroz de Lima, sócia	x	
4.	Raimundo Figueira Barbosa, sócio	x	
5.	Manoel Mercado Soares, líder e agente de saúde	x	
6.	Adonias do Carmo da Silva, suplente	x	
7.	Maria Jane Ferreira dos Santos, suplente	x	
8.	Valdemir Alves Cardoso, sócio	x	
9.	Valdecir Soares, sócio	x	
10.	Domingos Mendes, líder comunitário	x	
11.	Valderbam Alves Cardoso, vice-líder comunitário	x	
12.	Pedro Alves Cardoso, sócio		x
13.	Francisco Avilhaneda, líder comunitário	x	
14.	Francisco Lopes da Silva, sócio		x
15.	José Ramalho, conselheiro fiscal	x	
16.	Ademir de Melo Uchôa, sócio	x	
17.	Gildo Paixão Franco Uchôa, sócio	x	
18.	Oswaldo Lima de Oliveira, sócio		x
19.	Luciano Lima Carneiro, sócio		x
20.	Aldenor Alves do Santo, sócio	x	
21.	Lourival Guimarães Velozo, suplente	x	
22.	José Wilson Nunes, presidente		x
23.	José Maria dos Santos, sócio		x
24.	Manoel Carmerindo Uchôa, sócio		x
25.	Ilza Franco, primeiro tesoureiro		x
26.	João Wilson, sócio		x

OBS: Todos os participantes são sócios da ASGM.

Acervo ISA

Rondonia Natural

PROJETO IEA-ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA

RELATÓRIO TÉCNICO DE CONSULTORIA
(Contrato de 20 de março a 30 de abril de 1995

Consultor: Mario A. Menezes

Bady Bassitt, 26 de abril de 1995

Acervo ISA

ACRÔNIMOS

ASAREAJ - Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá
ASGM - Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim
CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
COMAI - Comitê de Avaliação Independente do PLANAFLORO
CTA - Centro de Trabalhadores da Amazônia
ECOSCÂMBIO - Apoio à Realização de Experiências de Desenvolvimento Sustentato em Diferentes Realidades Criticas Brasileiras
FEE - Floresta Estadual Extrativista
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEA - Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA - Instituto Sócio-Ambiental
ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza
OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia
PAE - Projeto de Assentamento Extrativista
PBD - Placa Bruta Defumada (tipo de borracha natural)
PNMA - Política Nacional do Meio-Ambiente
RESEX - Reserva Extrativista
RESEEx - Reservas Estaduais Extrativistas
SIG - Sistema de Informações Geográficas
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIR - Universidade Federal de Rondônia

Acervo ISA

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

Reunião de trabalho no ISA - São Paulo

Reunião do Conselho Consultivo do CNPT - Brasília

Atividades desenvolvidas em Porto Velho

Considerações complementares e outras recomendações

Anexos

Acervo ISA

Apresentação

1. Este relatorio técnico está previsto no termo de referência integrante do contrato de prestação de serviços firmado entre o Projeto IEA-ECOSCÂMBIO e o consulter. com vigência de 20 de março a 30 de abril de 1995 (Anexo I).

2. Contém informações circunstanciadas sobre reunião realizada em São Paulo no Instituto Socio-Ambiental (ISA), para tratar do Sistema de Informações Geográficas-SIG. a ser implantado pelo Projeto: sobre a V Reunião do Conselho Consultivo do CNPT. do qual o IEA é membro. e sobre as atividades desenvolvidas em Porto. particularmente as relacionadas com a criação de novas áreas extrativistas protegidas no Estado.

Introdução

3. O contrato de prestação de serviços que deu origem a este relatório foi motivado pela demanda de assessoria da OSR no contexto do processo de criação de PAES RESEx e RESEEx. A Organização está em negociação com os órgãos gestores de cada uma dessas áreas (INCRA. IBAMA e Governo do Estado. respectivamente). desde o último trimestre de 1994, com o apoio formal do Projeto a partir de janeiro passado.

4. Realizadas as gestões junto aos órgãos respectivos e encaminhadas as propostas especificas de criação de áreas. o processo agora passa por diferentes etapas em cada uma das instancias gestoras. estando os PAEs. negociados no ambito do INCRA. em fase mais adiantada. onde um primeiro projeto pode ser criado brevemente - o de Aquariquara. localizado na região de Machadinho. Com o Governo do Estado. a OSR conseguiu estabelecer uma espécie de termo de compromisso informal para criação de quatro RESEEx-Reservas Estaduais Extrativistas. ao passo que com o IBAMA o processo mal se inicia. dada a resistência do órgão federal em viabilizar a criação de mais RESEx-Reservas Extrativistas, em Rondônia.

5. Esses diferentes niveis verificados no processo de criação de novas áreas. simultaneamente à disposição do INCRA em avançar nele. criando um primeiro PAE. é que levaram à OSR a solicitar a assessoria do Projeto para um periodo de 15 dias em abril/maio. No entanto. os avanços agora se dão de forma mais lenta do que no inicio do processo. visto que passadas as primeiras negociações os órgãos começam a internalizar as propostas. preponderando as caracteristicas de cada um no ritmo que lhe é imprimido.

6. Assim. a maior lentidão no processo de criação fez com que a OSR demandasse pela assessoria do Projeto num momento em que ela nem era tão necessária. embora

Acervo ISA

alguns encaminhamentos feitos no período possam desencadear ações importantes para o desenvolvimento de suas próximas etapas.

Reunião no Instituto Sócio-Ambiental-ISA, São Paulo

7. O encontro de trabalho teve por objetivo a discussão de um SIG-Sistema de Infomrações Geográficas e a forma de cooperação a ser prestada pelo ISA, na elaboração, implantação e desenvolvimento do modelo a ser adotado. Dele participaram Sérgio Mauro Santos (o "Sema"), do ISA, Vittorio Amadio, da Legambiente e o consultor.

8. A conclusão é a de que um sistema de informações geográficas é um instrumento fundamental para a gestão de RESEx, por constituir-se basicamente um banco de dados aplicado a uma realidade geograficamente localizada.

9. Há um leque de possibilidades quanto ao sistema a ser utilizado, desde os mais simples e mais baratos, até os mais caros e sofisticados.

10. Para a RESEx do Rio Ouro Preto, a idéia do Projeto é trabalhar o MAP-INFO, dada a sua simplicidade e experiência de um técnico italiano, o Franchesco, com esse sistema, estando em início de operacionalização um modelo-piloto, na Bahia, a partir de informações básicas com vistas à ações emergenciais nas suas áreas de atuação naquele Estado. Até setembro próximo estarão definidos os pontos emergenciais a ser trabalhados nessas áreas e o modelo a ser adotado. O MAP-INFO será utilizado também como referência na comunicação, de modo particular na área de educação-ambiental. O técnico do ISA tambem concorda com a escolha do MAP-INFO para o Ouro Preto.

11. Como o Projeto busca no ISA um parceiro, através de consultoria, para o desenvolvimento de metodologia e alimentação do sistema, essa cooperação pode estender-se à Bahia e Piauí, principalmente se o Instituto puder fornecer as imagens de satélites das áreas que ali serão trabalhadas. Isso, no entanto, não podia ser tratado apenas no nível técnico, por depender de decisão administrativa do ISA. Segundo o Vittorio, esse assunto seria retomado na reunião da semana seguinte, entre a coordenação do Projeto no Brasil e a direação do ISA.

12. O sistema implementado pelo ISA para a Reserva do Alto Juruá é operacionalizado em São Paulo, mas as comunidades locais têm acesso a ele a partir de um terminal instalado em Cruzeiro do Sul, sede do município vizinho à RESEx. Por esse terminal, o nível local acessa textos, tabelas e mapas, podendo atualizar informações textuais no próprio sistema; apenas os mapas são atualizados em São Paulo. Tudo isso é feito através de convênio do ISA e UNICAMP, parceira na

Acervo ISA

operacionalização do sistema, com a ASAREAJ-Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

13. Originalmente, o modelo do Alto Juruá foi elaborado pela UNICAMP, em estreita articulação com a comunidade local, através da ASAREAJ, o que dá bem a dimensão da importância do trabalho participativo na adoção de um sistema de informações que visa a gestão de determinada área por sua população. É fundamental, por exemplo, saber o que a comunidade pretende objetivamente gestionar, levantar os pontos emergenciais da gestão e produzir as informações em nível local. Como retorno, a comunidade recebe mapas, relatórios e tabelas ou as informações tabuladas.

14. Conforme manifestou-se o Vittorio, é intenção do Projeto também firmar convênios com as instituições locais, mais tarde repassando a elas equipamentos e programas.

15. Do básico, além das informações a serem levantadas ou produzidas junto às comunidade locais, o ISA pode encarregar-se das informações cartográficas sobre solo, cobertura florestal e relevo, através de contratação de técnciso por projeto, conforme ja vem fazendo há algum tempo, com boa experiência acumulada nessa área. No trabalho cartográfico são utilizadas imagens de satélite com checagem de campo. A produção dos mapas temáticos é feita no laboratório do ISA, em São Paulo.

16. A partir do levantamento da demanda da comunidade, o ISA pode desenvolver o modelo a ser adotado, realizar os levantamentos de informações necessários e capacitar o pessoal que na outra ponta do processo, a do usuário, possibilitará o acesso ao sistema.

17. Atualmente, um modelo de gestão ecológica da RESEx do Alto Juruá está sendo desenvolvido na UNICAMP, por Mauro Almeida e Kit Brown. Seria importante acompanhar essa experiência, para posteriormente reproduzi-la nas áreas de atuação do Projeto.

V Reunião do Conselho Consultivo do CNPT, Brasília

18. Por solicitação da Coordenadora do Projeto, Raquel Mattoso, também Diretora-Executiva do IEA, o consultor participou da reunião anual do Conselho Consultivo do CNPT, em Brasília, como representante do Instituto.

19. Da pauta do encontro constavam a leitura da Ata da IV Reunião do Conselho Consultivo do CNPT, a apresentação do Relatório de Atividades-1994 e do Programa de Trabalho-1995 e discussões sobre as RESEx do Maranhão e assuntos diversos, estes subdivididos em situação atual do CNPT nos Estados e criação de novas RESEx (Anexo II).

Acervo ISA

20. A ata da IV Reunião já havia sido aprovada pelos membros do conselho Consultivo, já que fora enviada com antecedência às diversas instituições para as emendas necessárias e novamente em seguida para assinatura. O IEA deve ter recebido sua cópia.

21. Sobre as atividades desenvolvidas em 1994, manifestou-se insatisfação quanto à precariedade do treinamento e forma de atuação dos fiscais colaboradores, nas diferentes RESEx, destacando-se, entre as atividades de bom alcance durante o ano, a importância da capacitação na produção da PBD. Esta atividade estaria possibilitando, inclusive, a revitalização da produção de borracha na Ilha do Gurupá, no Pará, onde a população reivindica a criação de uma reserva.

22. O representante do IEA ressaltou o fato de não estar incluída entre as realizações de 1994 a publicação da Portaria IBAMA Nº 118, de 31 de outubro de 1994, que normatiza a criação, regularização e consolidação das RESEx, talvez o mais importante dispositivo legal criado até agora sobre as reservas, pelo CNPT. A Chefia do Centro considera essa uma pequena ação do órgão durante 1994.

23. Quanto ao Programa de Trabalho-1995, causa surpresa o fato de Rondônia não ter nenhuma de suas áreas extrativistas incluída dentre as que o CNPT continuará trabalhando durante o ano, com vistas à criação de RESEx: Nova Esperança, no Acre; Médio Juruá, no Amazonas; rios Guariba/Roosevel, no Mato-Grosso, Itaipava, no Pará, e Alto Paraíso e Alto Araguaia, em Goiás.

24. O representante do IEA lembrou que Rondônia é o único estado amazônico com Zoneamento Ecológico-Econômico em execução e com 29 áreas estudadas e prontas para criação de RESEx, recomendando que a direção do Centro entrasse em contato com a OSR, em Porto Velho, com o objetivo de incluir no programa de trabalho alguma área de Rondônia. Solicitou, também, que a recomendação feita constasse da ata da reunião. Durante a missão em Porto Velho, esse problema foi discutido com a OSR, que em seguida encaminhou correspondência ao CNPT, em Brasília, solicitando revisão dessa programação. Chamou a atenção do representante do IEA o fato de nenhum representante de Rondônia presente ao encontro ter-se manifestado quanto a essa omissão. Nele estavam o responsável pelo CNPT no Estado e um representante das comunidades da RESEx do Rio Ouro Preto.

25. Com relação às RESEx do Maranhão e Tocantins, está sendo proposto por uma comissão formada pelo CNPT que das quatro criadas na região, Frexal, Ciriaco, Mata-Grande e Norte do Tocantins, as duas últimas sejam deixadas à sua própria sorte, "por falta de condições técnicas de continuar sustentando sua viabilização".

26. Tendo participado do processo de criação dessas áreas, realizando inclusive trabalho de campo à época da identificação das áreas a serem criadas, o representante

Acervo ISA

do IEA chamou a atenção do Conselho Consultivo sobre o equivoco que estava sendo cometido ao abandonar-se duas das quatro áreas criadas. Ressaltou ser a base de recursos dessas áreas - os babaçuais - de caracteristicas marcadamente distintas de um seringal, visto serem florestas homogêneas de fácil e rápida remoção, sem que esta deixe vestígios da cobertura ali anteriormente existente. Lembrou que em maio de 94 recomendou que a comissão constituída trabalhasse também a partir de uma série temporal de imagens de satélite, para provar que os desmatamento foram feitos a "posteriori", mas que essa providencia não havia sido tomada. Apesar disso e reconhecendo que a RESEx Mata Grande sofreu e vem sofrendo devastação, depois de criada, o CNPT tende a não gestionar pela sua viabilização.

27. Ainda com relação à Mata Grande, O CNPT argumenta com a existência de loteamentos urbanos dentro de seu perímetro, para justificar sua posição, alegando que a área fica próximo a duas cidades, Imperatriz e João Bosco. Depoimento da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, no entanto, dá conta de que os tais loteamento aconteceram também depois da área criada, e o CNPT está considerando isso um fato consumado.

28. Argumenta-se, também, que os beneficiários das RESEx criadas não moram nas áreas, mas em amontoados "ürbanos" próximos a elas e dependem pouco do babaçu para sobreviverem. Ora, os babaçueiros não estão nas áreas, porque delas foram expulsos pelos novos proprietários ou pretensos proprietários, e os paupérrimos núcleos populacionais que formaram nas proximidades das áreas que ocupavam, entre as cercas das fazendas e as estradas, nada mais são do que uma forma de resistir ao processo de exclusão a que estão submetidos. Da mesma forma, isso explica por que dependem pouco do babaçu, como atividade de sustentação econômica básica. Esses povoados constituem um importante exército de mão-de-obra disponível muito barata e vantajosa para os fazendeiros da região, que, impedindo as famílias de coletarem o côco do babaçu, as obrigam a trabalhar em suas fazendas, onde a renda cobrada no cultivo de roças não é inferior a 50%, ou seja, para cada duas sacas de arroz produzida, por exemplo, uma é do proprietário. Tudo isso o representante do IEA levantou na reunião do Conselho Consultivo, chamando a atenção para a necessidade de conhecer-se bem a realidade que cada uma das diferentes bases de recursos produzem nos distintos tipos de RESEx existentes. Pelo que se pôde notar, as RESEx que têm como base de recursos o babaçu ainda dependem de melhor conhecimento da realidade em que estão inseridas, por parte dos órgãos oficiais denvolvidos e do próprio CNS, para se consolidarem. Esforços têm que ser feitos nesse sentido, sob risco de que o poder público venha a atuar de forma mono-específica, criando reservas e atuando apenas em áreas onde a base de recursos seja o seringal ou castanhal.

29. A situação atual do CNPT nos estados ainda é de indefinição. Previsto para funcionar com um representante do IBAMA, um do Estado e um das ONGs, na maioria dos casos seu quadro ainda está por ser completado. No Acre, a equipe está incompleta, embora seja bom o relacionamento com a Superindência do IBAMA. No

Acervo ISA

Amapá, o quadro também está incompleto, há apoio da Superintendência, mas esse apoio não é integral. Atualmente, inclusive, o Centro funciona fora do prédio da Superintendência. Em Rondônia, a equipe ainda não conta com o representante das ONGs e a principal limitação no relacionamento com a Superintendência está na alta rotatividade dos superintendentes.

30. Em Brasília, o consultor também fez uma visita de cortesia ao escritório de representação que o CNS acaba de instalar na cidade. Está instalado junto ao ISPN, na SCLN 202, Bloco "B", Sala 106, tel. (061) 323-4600. A visita tinha ao mesmo tempo o objetivo de informar o Conselho sobre o apoio que o Projeto está aportando à criação de RESEx em Rondônia e solicitar respaldo político a esse processo, junto aos diferentes órgãos em Brasília. O consultor avalia que esse contato era necessário, em função de problemas de relacionamento havidos no passado entre a OSR e o CNS. Como resultado, o Conselho se mostrou disposto a aportar o apoio necessário à criação de áreas extrativistas protegidas em Rondônia.

Atividades desenvolvidas em Porto Velho

31. No primeiro dia da missão em Porto Velho, dia 31 de março, o consultor foi informado pela Coordenadora do Projeto, Raquel Mattoso, de que em reunião realizada em São Paulo, com a coordenação italiana, decidiu-se pelo adiamento da instalação da coordenação local, em Guajará Mirim. A partir dessa decisãoo, a coordenação seria criada a partir de setembro próximo, e desde já o Projeto teria um assessor em Porto Velho, uma espécie de "focal point", com a atribuição de fazer a interlocução entre o movimento dos seringueiros - OSR e ASGM - e a supervisão do Projeto, cargo que ao menos temporariamente seria assumido pelo consultor. A pessoa escolhida no encontro de São Paulo para ser o assessor em Porto Velho foi o agrônomo Eduardo Amaral Borges, conhecido como "Cazuza".

32. Informado dessa decisão, o consultor tratou de comunicá-la às instituições e pessoas envolvidas no processo, até mesmo em caráter de consulta, para avaliar o impacto da iniciativa e tratar de dar encaminhamento às medidas necessárias à sua implementação.

33. O primeiro a ser consultado foi o presidente da ASGM, que estava em Porto Velho, e em seguida o presidente da OSR, o representante do CNPT em Rondônia e o próprio técnico. O nome escolhido teve boa receptividade nessas diferentes instâncias e o técnico aceitou assumir a função proposta.

34. Desde os primeiros dias da missão, o consultor esteve reunido por várias vezes com o assessor, discutindo seu papel e forma de atuação na função, bem como introduzindo-o ao trabalho propriamente, tendo o mesmo participado de atividades na OSR e de reuniões no IBAMA. Durante esse período foi elaborado um termo de

Acervo ISA

referência para balizar sua atuação e esboçado um plano de trabalho para a segunda quinzena de abril (cópias no Anexo III).

35. Ainda com relação à decisões tomadas na reunião de São Paulo, o consultor tratou de agilizar algumas ações já passíveis de execução em função da alocação de recursos por elementos de despesas. Assim, reuniu-se com o presidente da ASGM e em seguida com o presidente da OSR, para tratar especificamente dos pontos emergenciais que haviam sido encaminhados à Coordenação do Projeto, desde a primeira missão, mas ainda pendentes de solução. O resultado dos encaminhamentos estão no Anexo IV. Os gastos relacionados com açoes voltadas para a criação de novas áreas estão saindo do Fundo de Desenvolvimento, cujas finalidades incluem essas ações.

35. Um desses encaminhamentos era a liberação de recursos para a realização da Asembléia-Geral da ASGM, em Guajará-Mirim. Ficou acordado que esses recursos seriam repassados diretamente à Associação, em duas parcelas. O consultor deixou com seu presidente um modelo simplificado de prestação de contas, com o compromisso assumido de que a 2ª parcela seria liberada mediante a prestação de contas da 1ª. Além desse modelo, o consultor deixou por escrito instruções detalhadas sobre os diferentes tipos de comprovantes de gastos exigidos para cada tipo de despesa.

36. A alocação orçamentária de recursos também para consultorias, gastos operacionais e viagens viabilizou o encaminhamento inicial das atividades a serem desenvolvidas na área de educação. Uma reunião foi realizada com o professor Nilson, da UNIR, que vem realizando importantes trabalhos na área, tendo trabalho inclusive para o COMAI, sendo bastante conhecido pelo Fórum de ONGs e pela OSR e ASGM e bem conceituado no meio educacional do Estado.

37. O professor Nilson pretende desenvolver um trabalho na área de Guajará-Mirim, Cautário e Machadinho, que inclui um diagnóstico do setor - não muito detalhado, segundo sua percepção -, elaboração de uma proposta que atenda as necessidades dessas comunidades em educação, pelo menos até o 1º grau completo (8ª série) e execução do projeto. Para isso, pretende contar com mais pessoas, porque somente ele e mais um professsor estão envolvidos no processo, e conhecer outras experiências, dado o ineditismo dessa iniciativa em Rondônia. Como as áreas a serem trabalhadas em Machadinho e Cautário estão entre as 29 áreas que o movimento social dos seringueiros pretende transfomar em áreas protegidas, o consultor abriu a possilidade de o Projeto vir apoiar essas ações também nessas áreas.

38. Nesse processo, duas ou três pessoas da equipe do professor Nilson irão conhecer as experiências do CTA, no ACRE e ele próprio deverã fazer uma visita ao ISA, em São Paulo, aproveitando uma viagem a ser feita àquela cidade, a serviço da UNIR. Uma preocupação bastante consequente do professor é internalizar na Universidade as realidades locais da educação, envolvendo alunos e outros professores nesse processo.

Acervo ISA

39. Os custos desse projeto serão relativamente baixo, uma vez que implicará gastos com passagens (a maioria rodiviária), hospedagem e alimentação, não havendo demanda por remuneração, pelo menos nesta primeira etapa dos trabalhos, segundo o próprio professor Nilson. O Cazuza, assessor do Projeto em Porto Velho, ficou com a incumbência de reunir-se como o professor Nilson e o presidente da OSR para acertar detalhes sobre o apoio a ser dado a esse processo.

40. Outra atividade a ser desenvolvida a partir de junho próximo, mas que exige algumas ações prévias desde já, é a voltada para a organização social nas áreas de Guajará-Mirim. Contatos iniciais foram feitos com a Dejanira, do IAC, que deverão ser retomados agora para viabilização desse projeto.

41. Na área de saúde, não contemplada pelo Projeto dentre as prioridades apresentadas ao consultor, as comunidades dos rios Ouro preto, Pacaás e Novo reivindicam algumas ações básicas e o consultor chegou a contatar a técnica Ana Maria Ramos, que vem realizando importante trabalho na área, mas ainda não recebeu nenhum sinal da Coordenação sobre a possibilidade de avançar no processo, conforme proposto no relatório técnico da missão anterior..

42. As atividades a serem desenvolvidas nas áreas de educação, organização e eventualmente saúde, além da importância que têm em si mesmas, ganham destaque ainda maior para esta etapa do Projeto, na medida que não dependem muito da presença de um coordenador local para serem implementadas. Isso porque serão executadas por consultores especializados, cujos trabalhos podem ser planejados e acompanhados de Porto Velho, com deslocamentos eventuais do assessor para as áreas. Essas atividades são muito diferentes, por exemplo, das que serão desenvolvidas na execução dos micro-projetos, que exigem coordenação local e extensionistas dentro das áreas. Portanto, o Projeto pode ser desenvolvido em nível local desde já, nas áreas de organização, educação e saúde, ficando as demais atividades para as próximas etapas.

43. Quanto à criação de novas áreas, atividade que motivou a ida do consultor a Porto Velho, o processo está seguindo, apesar das dificuldades e riscos. Das dificuldades, porque há resistências do IBAMA em criar RESEx e inexperiência do Estado em criar RESEEx; dos riscos, porque não dá para avaliar, ainda, se o INCRA realmente criará os PAEs que se comprometeu em criar.

44. Das 29 áreas já estudadas, o INCRA assumiu o compromisso de transformar 19 em PAEs (as 17 reservas em bloco de Machadinho, mais a do rio Cautário e Jaci-Paraná). Uma das 17 reservas em bloco, a de Aquariquara, já está com processo administrativo formado no INCRA e tramitando para criação do PAE. Por sua vez, o Governo do Estado, em reunião mantida com a OSR e missão do Banco Mundial, no final do mês de março, se comprometeu em criar 04 RESEEx (São Pedro, Curralinho,

Acervo ISA

Pedras Negras e Pacaás Novos - este, atualmente FEE-Floresta Estadual Extrativista, passaria a ser uma RESEEx). O IBAMA, até agora, ainda não decidiu entrar no processo, restando, portanto, 6 áreas sem destinação.

45. Em função dessa resistência da Superintendência do IBAMA, o consultor e o assessor do Projeto em Porto Velho aproveitaram a oportunidade de uma visita ao superintendente do orgão - surgida a partir de uma reunião com o representante do CNPT, marcada com o objetivo de apresentar o assessor - para tratar da questão. A visita terminou durando em torno de 40 minutos, durante a qual foi historiado ao superintendente o processo de reconhecimento pelo poder público da proposta de criação de Reservas Extrativistas, mostrando o quanto é natural a vocação do IBAMA para criá-las, etc. Discorreu-se, também, sobre a particularidade de Rondônia contar com um Zoneamento em execução (o único da Amazônia) e possuir áreas extrativistas já estudadas para virem a ser reservas; sobre as diferenças entre RESEx e PAEs, e, principalmente, sobre o fato de o IBAMA estar fora do processo de criação das áreas enquanto o INCRA e o próprio governo estadual já se mobilizavam para viabilizar a criação de algumas, que, em princípio, deveriam ser criadas no âmbito da PNMA-Política Nacional do Meio-Ambiente.

46. Nessa entrevista, ficou evidenciado o quanto de desinformação e informação mal passada existe sobre o que seja RESEx e PAEs, no nível decisório do IBAMA - o que também já havia sido detectado no INCRA. O fato é que o superintendente entendeu a "provocação" feita pela equipe do Projeto e mostrou-se disposto a cuidar do assunto, tendo ficado decidido que o representante do CNPT, com apoio do assessor do Projeto, elaboraria um "briefing" sobre o que havia sido exposto e discutido, para orientar-se sobre o tema. Acatou, também, a recomendação de fazer um convite à OSR para uma reunião de trabalho, na qual a Superintendência viesse a se certificar das reivindicações dos trabalhadores extrativistas e receber informações mais detalhadas sobre o que foi tratado na visita. Da mesma forma, à OSR foi recomendado que não esperasse pelo convite, se este demorasse a ser feito, tomando a Organização a iniciativa de propor o encontro.

47. Quanto ao compromisso do governo estadual em criar RESEEx-Reservas Estaduais Extrativistas, consulta feita aos Drs. Daniel Felippe e Manoel Camargo, assessores jurídicos do IEA, mostram que o Estado é concorrente à União na criação dessas áreas, poder que lhe é dado pelas Constituições Federal e Estadual. Isso significa que o movimento dos trabalhadores extrativistas pode contar com mais uma alternativa no processo de criação de áreas extrativistas protegidas. Um parecer tratando dessa autonomia do Estado de Rondônia, especificamente, está no Anexo V e foi extraído de um texto, produzido por esses dois advogados, sobre os aspectos jurídicos que envolvem a criação dessas reservas.

48. Com respeito à definição de critérios para adoção de um processo de criação de áreas extrativistas protegidas a ser adotado em Rondônia, conforme previsto no termo

Acervo ISA

de referência do consultor, os fatos terminaram por impor uma estratégia nada criteriosa ou, se se quiser, uma estratégia definida por critérios ditados por esses fatos. E quais seriam esses fatos? Em primeiro lugar, a não-disposição do IBAMA em criar RESEx e a disposição do INCRA em viabilizar a criação de PAEs, o que fez com que a OSR se mobilizasse em torno das possibilidades abertas pelo órgão de terras federal. Aí valem os critérios do "aproveitar a oportunidade ou a boa vontade do orgão", do "correr contra o tempo", como também ocorreu com 8 das 9 RESEx e todos os PAEs até agora criados no país. Para as demais instâncias, IBAMA e governo estadual, a estratégia é a da pressão, ora aproveitando a vinda de uma missão do Banco Mundial, para tirar um compromisso do Estado com a criação de áreas, ou gestionando diretamente junto à direção do orgão do meio-ambiente, num trabalho quase de convencimento sobre a importância de criar-se essas áreas no Estado. Estas são as alternativas que se apresentam ao movimento dos seringueiros e, do ponto de vista do consultor, a OSR tem adotado uma postura coerente, porque visa capitalizar a disposição política, ainda que momentânea, de determinado órgão, de criar áreas, ao mesmo tempo que pressiona para que as demais instâncias se engajem no processo. Os resultados, ainda que não os mais almejados, revertem em benefício das comunidades locais, que passam a contar com mais um instrumento, mais um dispositivo legal em seu favor, na luta pelo domínio de suas áreas. Dessa forma, o grande objetivo passa a ser a criação de fatos concretos - traduzidos pela criação de RESEx, RESFEx, PAEs, FEE, não importa muito que modalidade - que levem ao avanço do processo.

49. Da mesma forma, a intenção de cotejar as caracterísiticas de cada uma das 29 áreas estudadas com cada uma dessas modalidades disponíveis, identificando a mais adequada para cada caso, também ficou subordinada à concretude dos fatos. Por exemplo: áreas como a do Cautário pedem uma RESEx, mas, como o IBAMA resiste em criá-las no Estado, poderá vir a ser um PAE, porque o INCRA se diz disposto a criá-lo; para o Seringal São Pedro, o mais adequado poderia ser a criação de um PAE porque já há uma certa intervenção antrópica na área, mas o Estado é que sinaliza com a disposição de transformá-lo numa RESFEx, porque o INCRA tem-se mostrado evasivo quanto a criação de um projeto de assentamento extrativista ali.

50. Por outro lado, há outros problemas além das dificuldades em adotar-se um processo sistemático de criação de áreas extrativistas ou em definir-se que modalidade melhor se ajusta aos diferentes tipos de áreas já estudadas. Em viagem recente de uma equipe da OSR, liderada por seu presidente, à região do Jaci-Paraná, onde o INCRA se comprometeu em criar um PAE, o quadro encontrado é desolador. Nela há em torno de 300 pessoas grilando terras; madeireiros explorando as espécies madeireiras de maior valor econômico, como o cedro (**Cedrella odorata**), de forma desordenada; mais de 2 mil hectares de florestas desmatados para formação de fazendas, onde máquinas pesadas e mesmo avião estão sendo empregados no desmatamento e plantio de pastagens, e até um juiz de direito da Comarca de Pimenta Bueno tem terra grilada. Denúncias sobre essa situação foram encaminhadas formalmente ao INCRA, IBAMA,

Acervo ISA

Procuradoria do Estado e ao governo estadual, mas esta, como outras situações semelhantes encontradas num grande número das áreas extrativistas que esperam tornar-se uma das modalidades disponíveis, já não são de fácil reversão, dada a rapidez com que se dá o processo de expansão da "fronteira agrícola" no Estado. Isso reforça ainda mais a coerente postura adotada pela OSR no processo de criação de novas áreas extrativistas protegidas, buscando colocar sob domínio das populações locais o maior estoque possível de áreas extrativistas, antes que seja tarde demais.

51. Relativamente ao acompanhamento da Assembléia-Geral da ASGM, o assessor do Projeto em Porto Velho recebeu a incumbência de fazê-lo, por ter o evento sido adiado do início deste mês de abril, para os dias 20 e 21 últimos. No segundo dia do encontro aconteceu a eleição da direção da Associação, tendo o atual presidente, senhor José Wilson Nunes, o "Boneco", sido reeleito para mais um mandato de dois anos.

Considerações complementares e outras recomendações

52. No relatório anterior apresentado pelo consultor, foi feita a recomendação de que o Projeto viesse a apoiar a conclusão do levantamento sócio-econômico do rio Pacaás Novos, de fundamental importância para a elaboração do Plano de Utilizaçao da área. O consultor recomenda, também, que o técnico Brent Millikan seja o consultor contratado pelo Projeto para os trabalhos a serem desenvolvidos, por ser ele o que possui o melhor perfil dentre os técnicos que têm atuado na área, inclusive para a elaboração do Plano de Utilização.

53. O Brent tem encaminhado e discutido com o consultor algumas idéias sobre a melhor forma de implementação do Projeto, tanto em nível local, como no processo de criação de áreas extrativistas protegidas. No Anexo VI está a primeira versão de uma proposta encaminhada por ele ao consultor sobre áreas potenciais de consultoria no âmbito do Projeto. Uma nova versão dessa proposta já teria sido encamnhada por ele à Coordenação em Salvador. Dadas sua competência como técnico e conhecimentos adquiridos sobre a realidade local, além da seriedade com que sempre se dedicou aos trabalhos por ele desenvolvidos na área, o Projeto ganhará muito com sua colaboração nos vários níveis em que sua experiência pode ser aproveitada.

54. Por fim, o consultor recomenda que algumas ações comecem a ser desenvolvidas sobre alternativas econômicas para as áreas de atuação do Projeto em Rondônia. Como propôs no último relatório técnico, a transformação da borracha em nível local, por uma pequena unidade industrial de artefatos leves pode ser uma boa alternativa para o setor. Desde já, alguns contatos poderiam ser iniciados junto à algumas dessas indústrias, tendo em vista sua instalação na região de Guajará-Mirim. Há alguns problemas a ser sanerados para que uma pequena indústria se sinta disposta a instalar-se na área, mas também há alguns atrativos. De problemas há a distância, a qualidade da borracha, os riscos de falta de suprimento, que o movimento tem que procurar

Acervo ISA

equacionar. Por outro lado, Guajará-Mirim é Zona de Livre Comércio, com tendência a ter melhrada em muito sua infraestrutura, além de estar na área de influência da rodovia que ligará a região ao Pacífico e de contar com um importante meio de escoamento, que é o aeroporto de Guayara-Miri, do lado boliviano. Ademais, indústrias de artefatos leves de borracha estão se instalando até mesmo em Brasília, Uberlândia e Santarém, onde a produçãode borracha natural nem existe ou é incipiente. Enfim, contatos preliminares poderiam feitos junto à indústria, em São Paulo, principalmente, e o consultor se dispõe a cooperar nesse processo.

Bady Bassitt, 26 de abril de 1995

Mario A. Menezes

Acervo ISA

Anexo I

Termo de referência do consultor

Acervo ISA

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS
PROJETO ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA
APOIO CE. MAE E LEGAMBIENTE - ITÁLIA
Mario Assis Menezes

TERMO DE REFERÊNCIA

O contrato em anexo, do qual faz parte integrante este Termo de Referência, tem como objetivo geral a implementação das atividades de apoio e assessoria à OSR, com vistas à criação de novas áreas extrativistas protegidas, no Estado de Rondônia.

1. Articulação interinstitucional em Brasília

. Participar da Reunião Anual do Conselho Consultivo do CNPT/IBAMA, como representante do IEA, por delegação de Maria Raquel Mattoso Mattedi, Diretora Excecutiva do Instituto.

. Contribuir na discussão sobre os procedimentos a serem adotados para o restabelecimento dos decretos de criação das RESEx Ciriaco e Mata Grande, do Estado do Maranhão e da RESEx do Alto Tocantins, no Estado do Tocantins, no CNPT, em Brasilia. Os encaminhamentos deliberados nessa discussão serão de grande valia como instrumentos a ser adotados no processo de criação de Reservas Extrativistas em Rondônia.

2. Prestação de assessoria à OSR

. Acompanhar os trabalhos da Assembléia-Geral da ASGM-Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim, financiada pelo Projeto , durante a qual haverá eleição de diretoria para mandato de dois anos.

. Assessorar a OSR na identificação de estratégias para estabelecer um processo sistemático de criação de áreas extrtativistas protegidas em Rondônia (Reservas Extrativistas-RESEx, Projetos de Assentametno Extrativistas-PAEs e Florestas Estaduais Extrativistas).

. Assessorar a OSR na definição de critérios que permitam relacionar cada uma das 29 (vinte e nove) áreas já estudadas, com as três modalidades de proteção disponiveis, identificando a mais adequada a ser adotada em cada caso.

. Assessorar a OSR nas reivindicações que começam a ser encaminhadas junto à Superintendência do INCRA em Rondônia, visando a criação de PAEs.

Acervo ISA

. Subsidiar a equipe técnica recém-constituída no âmbito da Superintendência do INCRA em Rondônia, para operacionalizar a modalidade de assentamento extrativista em Rondônia, com informações básicas sobre a origem da modalidade e o processo estabelecido pelo órgão, em Brasília, durante o período (1987/90) em que o consultor esteve à frente do processo que culminou na criação dos 9 (nove) PAEs existentes.

. Assessorar a OSR nos contatos e conversações que a Organização começa a desenvolver junto à Superintendência do IBAMA em Rondônia, com vistas à criação de novas RESEx e junto à SEDAM-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, visando a criação de FEE.

3. Encaminhamento do Projeto Ecoscâmbio em Rondônia

. Identificação e entrevista com profissional local ("local point"), para acompanhamento do Projeto Ecoscâmbio em Rondônia: Porto Velho e Guajará-Mirim.

. Proposição para o Termo de Referência do referido profissional.

4. Resultado esperado

. Apresentar relatório circunstanciado sobre os itens apresentados neste Termo de Referência.

Acervo ISA

Anexo II

Documento básico apresentado na V Reunião do Conselho Consultivo do CNPT

Acervo ISA

Anexo III

Termo de Referência e Plano de Trabalho do Assessor em Porto Velho

Acervo ISA

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS
PROJETO ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA
APOIO CE, MAE E LEGAMBIENTE , ITÁLIA

Eduardo Amaral Borges - Assessor do Projeto em Porto Velho

TERMO DE REFERÊNCIA

- Acompanhamento do Projeto
. Acompanhar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto, inclusive as de caratet administrativo-financeiro.
. Responder pelo trabalho de articulação entre os niveis local e estadual (criação de novas áreas protegidas) e a instância de supervisão do projeto.
. Dar encaminhamento, assessorar, apoiar e acompanhar os trabalhos de consultoria contratados pelo Projeto.
. Contribuir para a viabilizaçao da complementaridade de ações do Projeto com as do CNPT, OXFAM e demais instituições que venham a atuar na área, através da atuação harmônica com a coordenação dos respectivos projetos.
. Apresentar a instância supervisora do Projeto relatório quinzenal sumário sobre o desenvolvimento das atividades, bem como relatório técnico ao final do período contratual.

- Assessoria à OSR-Organizacão dos Seringueiros de Rondônia e ASGM-Associação dos Seringueiros de Rondônia
. Prestar assessoria tecnica às diretorias da OSR e ASMG, no âmbito das atividades a serem desenvolvidas pelo Projeto.

- Acompanhamento das atividades do Projeto
. Acompanhar a elaboraçao de planos de trabalho e a atividade dos técnicos de campo, a serem desenvolvidas pelo Projeto RESEx no rio Ouro Preto.

Curitiba, 01 de abril de 1995

Acervo ISA

PROJETO IEA-ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA

De: Mario
Para: Cazuza - assessor do Projeto em PVH

Principais atividades a serem desenvolvidas pela assessoria
(periodo: 2ª quinzena de abril/95)

- Acompanhar a reunião de planejamento da OSR, nos dias 17 e 18 próximos. Nesse encontro esta previsto acontecer uma discussão sobre plano de utilização.

- Sentar com o Melanias para fazer o tal "briefing" para o superintendente do IBAMA.

- Articular com a OSR no sentido de provocar a reunião que propusemos quando nos entrevistamos com o superintendente do IBAMA, para tratar da entrada do orgão no processo de criação de RESEx.

- Participar da reunião que a OSR terá com o secretario da SEPLAN, para tratar da criação das Reservas Estaduais Extrativistas (definição dos próximos passos, etc.). O secretário se comprometeu em criar as RESEEx de São Pedro, Pedras Negras, Curralinho e Pacaas Novos (nesta area seria a transformação da FEE em RESEEx). Essa reunião deve acontecer depois da Semana Santa, e na coletânea de documentos que deixo pra você há um que trata especificamente dos aspectos juridicos que envolvem a questão ("Análise Jurídica sobre a Competência do Estado de Rondônia em Criar RESEEx").

- Acompanhar a Assembléia-Geral da ASGM, em Guajará-Mirim, nos dias 20 e 21 proximos.

- Acompanhar as negociações da OSR junto as Superintendências do INCRA e do IBAMA com vistas a criação dos PAEs e RESEx.

- Reunir-se com o Zezito e o Nilson (UNIR), para tratar do trabalho na área de Educação. Tive uma longa conversa com o Nilson na manhã do dia 10/04, sobre o trabalho a ser feito na area de educação (ver meu relatorio, pag. 20). Durante esse encontro ficou acertado,em principio, que o Projeto também dará apoio aos trabalhos de levantamento e elaboração de uma proposta para a area de educação no Machadinho (nas reservas em bloco) e Cautário, onde será desenvolvido o mesmo trabalho proposto para as áreas de Guajará. Qualquer problema te aviso, mas não acredito que a Coordenação discorde desse encaminhamento. A conversa com o Zezito ficou de ser feita assim que ele voltasse de Jaciparaná. Sugiro que você veja logo com ele uma hora para conversar com o Nilson. O telefone residencial do Nilson está na mesma página 20 do relatório técnico; ele já está sabendo por alto que você será o assessor do Projeto, e só detalhar alguma coisa mais sobre sua função.

- Obs.: o restante trataremos por telefone e fax.

Acervo ISA

Anexo IV

Encaminhamento dos pontos emergenciais da OSR e ASGM

Acervo ISA

TRANSMISSÃO FAX

Para:
Raquel Mattoso
MD Coordenadora do IEA-ECOSCÂMBIO
Fax nº (041) 252-8644

De:
Mario Menezes
Consultor IEA-ECOSCÂMBIO
Fax nº (069) 224-1368
Data: 04.04.95
Número de folhas transmitidas: 5 (cinco)

Raquel,

Estou enviando a você a programação de abril/maio para as atividades na área de criação, bem como a relacionada com os pontos emergenciais da ASGM já discutidos.

Vamos por partes, né?

Dos pontos emergenciais da ASGM, estamos incluindo a realização da Assembléia Geral e o pagamento de telefone, luz e água e do programa de rádio semanal da Associação. Como você pode ver, no que chamei de Plano de Trabalho, o valor a ser financiado pelo Projeto na realização da Assembléia é de R$ 2.300,00, a ser liberados em 2 parcelas, conforme negociação feita com a ASGM: uma liberada já e outra daqui a uma semana, depois de feita a prestação de contas da 1ª. E claro que se a Associação for esperar pela chegada da prestação em Salvador, para depois receber a 2ª parcela, o encontro não se realizaria. Acertei com o Boneco, então, que a Associação fará um resumo da prestação em uma folha (entrada e saída do dinheiro), transmitindo a mesma por fax a você, dizendo que a original e os respectivos comprovantes estão seguindo no mesmo dia pelo correio. Em seguida você libera a outra parcela. Essa foi a forma que encontrei para sistematizar um pouco o processo de liberação, sem complicar muito a vida da ASGM. Quanto ao pagamento de telefone, luz e água da Associação, não assumi nenhum compromisso com o Boneco, mas te consulto sobre a possibilidade de flexibilizar alguma rubrica como "operacionais", por exemplo. Sabe por que te coloco isso? É que pode acontecer da ASGM ficar sem telefone exatamente no período da Assembléia, além de o valor solicitado (R$ 378,00) corresponder mais ou menos à diferença entre os R$ 2.800 inicialmente previstos para a Assembléia e os R$ 2.300 agora confirmados. Quanto ao programa de rádio, ele também não deixa de estar relacionado com a Assembléia, na medida que é importante para a mobilização do pessoal nas áreas e tal. Enfim, veja aí o que pode ser feito.

Acervo ISA

Com relação ao "plano de trabalho" na área de criação, os recursos solicitados são poucos, porque os custos dessa área serão baixos mesmo. Isso, em função de os trabalhos de campo - o item mais oneroso - já ter sido em grande parte realizados. Minha sugestão é que esses recursos sejam liberados mensalmente; daí eu ter feito a discriminação para abril e para maio. O repasse de abril pode ser feito já, se houver condição para tanto. Tanto com a ASGM como com a OSR estou tendo o maior cuidado em instrui-las sobre a comprovação de despesas e prestação de contas

Outros pontos: a) já submeti o nome do Cazuza à OSR; tudo OK e esta semana faço minutas do contrato e termo de referência respectivo, para submetê-las a você; b) a proposta de o Projeto vir a capacitar o pessoal da ASGM foi muito bem recebida, mas minha avaliação - corroborada pela OSR - é de que ela se dê depois da Assembléia Geral, entre outros motivos porque a maioria dos membros de sua diretoria está envolvida na organização da mesma; c) estou em contato com o Daniel e Manuel em busca de subsídios jurídicos; o Governo do Estado está querendo criar Reservas Estaduais Extrativistas-REESEx, usando o mesmo dispositivo da RESEx e ao que parece isso não é possível, e d) uma boa notícia muito boa: a criação do primeiro PAE de Rondônia já está no forno, com processo já formalizado e vários pareceres favoráveis (reportagem anexa); trata-se do PAE Acariquara, da região de Machadinho. Axé!

Raquelita, tenho pensado sobre meu papel no Projeto e sinto necessidade de conversar um pouco mais sobre isso com você, antes de colocar alguma coisa no papel, conforme me pediu. Me ligue, quando puderes.

Grande beijo,

Mario Menezes

Dados da conta bancária da ASGM e OSR:

Titular: Associação dos Seringueiros de Guajará Mirim
Banco: Banco do Brasil S/A
Agência: 0390-5
Número da conta: 11024-8

Titular: Associação e Organização dos Seringueiros de Rondônia
Banco: Banco Itaú S/A
Agência: 1592
Número da conta: 00368-3

Obs.: ambas são contas já existentes, portanto, não abertas especificamente para receber recursos do Projeto.

Acervo ISA

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS
PROJETO ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA
APOIO CE, MAE E LEGAMBIENTE - ITÁLIA

CRIAÇÃO DE ÁREAS EXTRATIVISTAS PROTEGIDAS

PLANO DE TRABALHO

Órgão executor: OSR-Organização dos Seringueiros de Rondônia
Período: abril/maio-95

Atividades a serem desenvolvidas

- Identificar estratégia para estabelecer um processo sistemático de criação de áreas extrativistas protegidas, no Estado (RESEx-Reservas Extrativistas, REESEx-Reservas Estaduais Extrativistas, PAEs-Projetos de Assentamento Extrativistas e FEEs-Florestas Estaduais Extrativistas;

- Definir critérios que permitam relacionar cada uma das 29 áreas já estudadas com as diferentes modalidades de conservação disponíveis, identificando a mais adequada a ser adotada em cada caso;

- Gestionar junto à Superintendência do INCRA local a operacionalização da modalidade de assentamento extrativista, no Estado, criando o PAE Acariquara, um dos quatro primeiros projetos que o INCRA se comprometeu a criar (os três outros sao: Machadinho (16 reservas em bloco), Cautário e Jaciparaná), e

- Realizar contatos e conversações junto à Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia, com vistas à criação de Reservas Estaduais Extrativistas, conforme compromisso assumido em reunião com a OSR e Missão do Banco Mundial, realizada em 28 de março último. Nessa reunião, a SEPLAN se comprometeu com a criação das REESEx nas áreas de Pacaás Novos (transformação de FEE em REESEx), Pedras Negras, São Pedro e Curralinho.

Acervo ISA

Custos Previstos

Abril/95

Discriminação	Custos (R$)
- Trabalho de campo (S. Pedro e Jaciparaná)	**450.00**
. passagens de ônibus	100.00
. alimentação	100.00
. hospedagem	50,00
. combustivel e lubrificante	100,00
. frete (pequena embarcação)	100.00
- Serv. Terceiros (elaboração de mapas)	**150.00**
- Material de consumo	**150,00**
- Despesas com telefone/fax	**250,00**
- Transporte urbano	**100.00**
Total	**1.100.00**

Maio/95

Discriminação	Custos (R$)
- Serv Terceiros (elaboração de mapas de Machadinho)	**150,00**
- Material de consumo	**150,00**
- Despesas com telefone/fax	**250,00**
- Transporte urbano	**100,00**
Total	**650,00**

Total Geral..... R$ 1.750,00

Porto Velho, 04 de abril de 1995

Mario A. Menezes
Consultor

Acervo ISA

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS
PROJETO ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA
APOIO CE, MAE E LEGAMBIENTE - ITÁLIA

ATIVIDADES EMERGENCIAIS

- **Atividade**: Realização da Assembléia Geral da ASGM
. **Órgão Executor**: ASGM-Associação dos Seringueiros de G. Mirim
. **Período**: 20 e 21 de abril de 1995

. **Custos Previstos**

Discriminação	Custos (R$)
- Alimentação (200 pessoas)	1.283,00
- Combustível	446,00
- Passagens (1 diretor de c/ associação)	583,00
- Serviços de cozinha	100,00
- Material de consumo	300,00
- Alojamento	150,00
Total	**2.862,00**

. **Valor a ser financiado pelo Projeto IEA-ECOSCÂMBIO..... R$ 2.300,00**
(o restante será financiado pelo CNPT)
. **Primeira parcela (liberar imediatamente)..... R$ 1.150,00**

. **Segunda parcela** (liberar após prestação de contas da 1ª)..... **R$ 1.150,00**

- **Telefone, luz e água**..... **R$ 378,00**

- **Programa de rádio**..... **R$ 300,00**

Porto Velho, 03 de abril de 1995

Mario Menezes
Consultor

Acervo ISA

Anexo V

Análise Jurídica sobre a Competência do Estado de Rondônia em criar RESEx

Análise Jurídica sobre a Competência de Estados de Rondônia em caso RESEX

2.2 ESTADUAL

O Estado brasileiro é do tipo federativo, ou seja, existem vários estados-membros, autônomos, não soberanos, com relativa capacidade de se auto-organizarem, que compõem de forma indissolúvel um poder central, que é a União. A autonomia dos estados-membros não significa que eles possam se organizar de forma incondicionada e ilimitada, mas sim, que mantém relativa liberdade de estabelecer regras que digam respeito aos seus interesses regionais, sempre respeitando o princípio maior que é traçado pela Constituição (artigo 25, parágrafo 1º, da CF).
Entre as atribuições conferidas aos estados-membros, está a de legislarem sobre matérias de seu interesse.

A Carta Magna contempla duas espécies de competências que interessam de perto à questão ambiental: a administrativa e a legislativa. A administrativa está prevista no artigo 23 da Constituição, que estabelece a competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (inciso VI) e preservar as florestas, a fauna e a flora (inciso VII).
A competência legislativa, é dizer, a competência legiferante, é cometida às entidades federativas de forma privativa (art. 22) e concorrente (art. 24) da Carta Magna.

Competência privativa, como sugere o nome, é aquela que é própria de uma entidade federativa, com possibilidade, no

Acervo ISA

entanto, de ser delegada a outra esfera de governo. Difere da exclusiva, porque esta não admite a delegação de competência a outra entidade. O artigo 22 da Constituição Federal dispõe que compete privativamente à União legislar sobre águas e energia (inciso IV), transportes (inciso IX) e atividades nucleares (inciso XXVI), isto quer dizer que nestas matérias a competência da União para legislar é privativa quando envolve interesses gerais, podendo, no entanto, ser cometida aos Estados e Distrito Federal.

A competência concorrente está sustentada em dois núcleos conceituais: a) possibilidade de disposição sobre a matéria por mais de uma entidade federativa; b) primazia da União no que se refere à fixação de normas gerais. O artigo 24 da Carta Magna dispõe sobre a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislarem sobre caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e poluição (inciso VI); responsabilidade por danos ao meio ambiente (inciso VIII).

O artigo 25 da Constituição Federal dispõe que os estados-membros organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os seus princípios. Fica, desta forma, garantida a capacidade dos estados-membros elaborarem a sua própria Constituição e o artigo 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceu, inclusive, prazo para tanto, verbis: "Cada Assembléia Legislativa, com poderes

Acervo ISA

constitúintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contando da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta".

Não cabe, nesta oportunidade, tecer considerações sobre as demais Cartas Estaduais promulgadas no País, mas tão somente, a do Estado de Rondônia, que é onde se encontra a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.

2.2.1 Constituição Estadual

A Carta Estadual do Estado de Rondônia, a exemplo da Constituição Federal, em momento algum refere-se expressamente à atividade extrativista. Dispõe, contudo, que "o desenvolvimento econômico e social deve conciliar-se com a proteção ao meio ambiente, para preservá-lo de alterações físicas, químicas ou biológicas que, direta ou indiretamente, sejam nocivas à saúde, à segurança, ao bem estar das populações e ocasionem danos à fauna, à flora, ao solo e às paisagens" (artigo 220).

Para assegurar a efetividade deste direito, o legislador constituinte do Estado de Rondônia, no artigo seguinte, dispõe que incumbe ao Estado e aos Municípios "definir os espaços territoriais a serem especialmente protegidos, com vistas aos objetivos conservacionistas do zoneamento sócio-econômico e ecológico do Estado" (inciso III do artigo 221).

O parágrafo 2º, do artigo 220, ao dispor que "lei estadual estabelecerá o plano geral de proteção ao meio ambiente, adotando

Acervo ISA

as medidas necessárias à utilização racional dos recursos naturais e à redução, ao mínimo possível, da poluição e degradação ambiental", deixou aberta ao legislador estadual ordinário a possibilidade de legislar sobre matérias de interesse à proteção do patrimônio ambiental regional.

Este dispositivo reforça a competência da unidade federativa legislar sobre matéria ambiental. Foi com base nessa competência que o Estado de Rondônia editou algumas normas que interessam ao meio ambiente, particularmente ao extrativismo sustentado, normas estas que serão objeto de estudo a seguir.

2.2.2 Lei 195/87

Em 28 de dezembro de 1987, o Governador do Estado de Rondônia, após decretação da Assembléia Legislativo, sancionou a Lei 195, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie.

Embora discipline sobre as atividades poluidoras, nas suas diferentes formas, este diploma legal foi utilizado para a edição dos decretos que interditaram várias áreas no Estado de Rondônia pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. O artigo 4º desta Lei estabelece que a atividade fiscalizadora e repressiva será exercida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMARO, no que diz respeito à degradação ambiental e poluição sonora, hídrica e radioativa.

Com base no artigo 8º, inciso III, deste diploma, o Poder

Acervo ISA

3.2 ESTADUAL

3.2.1 Constituição Estadual

Foi visto no Capítulo 2.2, que os estados têm competência concorrente ou privativa para legislarem sobre matéria ambiental e no caso de Rondônia, tal faculdade está assegurada no artigo 9º, inciso VI, da Carta Estadual, que dispõe: "compete, ainda, ao estado legislar de forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre: VI) Florestas, caça, pesca, fauna e conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição".

Somente no caso de inexistir lei federal dispondo sobre a matéria é que a competência do estado será plena, com vistas a atender a suas peculiaridades regionais (parágrafo único do referido artigo).

Tais dispositivos estão consentâneos com o artigo 24 da Constituição Federal, que garante a competência dos estados para legislarem concorrentemente sobre meio ambiente. Como o extrativismo sustentado está inserido no contexto do meio ambiente, fica assegurada a competência do Estado de Rondônia em fixar normas sobre a matéria, respeitada, como se disse, a primazia da União em regular normas gerais.

A Constituição Estadual de Rondônia, a exemplo da Federal, em momento algum refere-se expressamente à atividade extrativista. Dispõe, no entanto, que "o desenvolvimento

econômico e social deve conciliar-se com a proteção ao meio ambiente, para preservá-lo de alterações físicas, químicas ou biológicas que, direta ou indiretamente, sejam nocivas à saúde, à segurança, ao bem estar das populações e ocasionem danos ao solo e às paisagens" (artigo 220).

O legislador ordinário do Estado de Rondônia, da mesma forma, ao regular alguma matéria referente a "espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável dos recursos naturais renováveis, por população extrativista", deverá obedecer a um comando geral, superior, emanado do Decreto 98897/90 que, preenchendo o vazio regratório até então existente, regulou a criação das Reservas Extrativistas. Assim, ao Estado de Rondônia ou a qualquer outra unidade federativa que abrigue em seu território a atividade extrativista, resta tão somente regular matérias que atendam a seus interesses regionais, observando, para tanto, os princípios e regras gerais estabelecidos a nível federal. Ou então, conceber um novo modelo protetivo do extrativismo sustentado, caso em que terá competência plena para legislar.

O legislador constituinte de Rondônia, no exercício de sua competência concorrente para legislar sobre meio ambiente, contribui, de forma indireta, para a consolidação do extrativismo sustentado proposto no ato de criação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. No artigo 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta do Estado de Rondônia ficou

Acervo ISA

expressamente autorizado o legislador ordinário a criar unidades de conservação.

Dispõe referido artigo:

> "Fica autorizada, em acordo com o zoneamento Sócio-econômico-ecológico, a criação das seguintes unidades de conservação:
>
> I) Parque Estadual:
>
> .....
>
> d) de Guajará Mirim;
>
> II) Reserva Estadual Biológica:
>
> a) do Rio Ouro Preto.

Estas áreas, propostas para a criação de unidades de conservação, não são sobrepostas ao perímetro da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, mas são de indiscutível importância para a proteção da atividade sustentada na área. A um, porque cria um cinturão de proteção definido pelo raio de influência da área criada como reserva biológica ou parque estadual; a dois, porque nestas unidades de conservação, num raio de 10 (dez) quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente, conforme determina o artigo 2º, da Resolução nº 13 de 6 de dezembro de 1990, baixada pelo CONAMA.

Dada a sua importância no contexto deste capítulo e sobretudo a contribuição indireta à proteção da atividade sustentada no polígono da Reserva, é oportuno sublinhar alguns traços destas unidades.

Acervo ISA

Anexo VI

Proposta de Brent Millikan sobre as áreas potenciais de consultoria

Acervo ISA

Projeto ECOSCAMBIO - Guajará-Mirim, RO, 1995
Áreas Potenciais de Consultoria

1) Criação e Implantação de Reservas Extrativistas

a) avaliação da situação fundiária e processo de regularização fundiária da RESEX do Rio Ouro Preto (inclusive questão da área proposta para exclusão), com elaboração de mapa da SE e processo de desapropriação, propostas para superar obstáculos político-institucionais para regularização fundiária e celebração de concessão real de uso na RESEX; situação atual e necessidades em demarcação e sinalização;

b) análise comparativa de opções para criação de unidades de conservação voltadas para os trabalhadores extrativistas em Rondônia: a) Florestas Estaduais Extrativistas, b) Projetos de Assentamento Extrativista, e c) Reservas Extrativistas; enfoque para aspectos de regularização fundiária e gestão (plano de utilização, concessão de uso, etc.). obs: relevante para Rio Pacaas Novos/Rio Novo, além das outras áreas em Rondônia; apoio para OSR, CNS e ASGM; (trabalho de equipe: Brent, Mario, assessoria jurídica?)

2) Plano de Desenvolvimento/Plano de Utilização

2.1 Levantamento Sócio-Econômico: PN/RN

-completar a análise de dados e elaboração de relatório sócio-econômico do Rio Pacaas Novos/Novo, contemplando propostas para Plano de Utilização;

-elaboração de mapas temáticos de colocações e situação fundiária do Pacaas Novos/Rio Novo;

2.2 Plano de Utilização/Plano de Desnvolvimento

-esboço de Plano de Utilização para o Pacaas Novos/Rio Novo, e participação em reuniões/assembléia para discutir e aprovar PU; analisar necessidades de agregar dados do levantamento SE no PU da RESEX do Rio Ouro Preto;

-organização com parceiros de seminário sobre metodologias de elaboração e implementação de Planos de Utilização e Planos de Desenvolvimento (em conjunto c/WWF)

-análise da situação atual e necessidades para uma estratégia efetiva de fiscalização, para incorporação no Plano de Utilização e Plano de Desenvolvimento;

Acervo ISA

-definir em conjunto com CNPT-IBAMA e ASGM estudos básicos para subsidiar Plano de Desenvolvimento;

3) Administração do Projeto

-apoiar coordenador local no planejamento de ações, em conjunto com a ASGM

-apoiar a elaboração de um sistema de gestão administrativo-financeiro do projeto

-realizar viagens periódicas de monitoria/supervisão e/ou avaliação

---

Brent Millikan
Porto Velho, 18 de fevereiro de 1995

Acervo ISA

Porto Velho, 02 de setembro de 1995

Cara senhora Diretora do IEA - Projeto Ecoscambio
Maria Raquel M. Mattedi

Conforme apresentação no seminário realizado em Guajará Mirim - Rondônia, nos dias 01 e 02 de setembro deste ano, estamos encaminhando esta solicitação de uma visita de trabalho para fins de assessoria junto ao ISA - Instituto Socio Ambiental, em São Paulo - SP, para os próximos meses, em virtude do fechamento deste pré-projeto, que envolveu contato com o CTA - Acre, com a EFA - Escola Família Agrícola de Rondônia, e com duas áreas extrativistas a saber: Guajará Mirim e Machadinho, cada uma delas representativa das características das existentes no Estado: várzea e terra firme.

Conforme exposto no seminário, tal assessoria compreende três etapas: 1 - diagnóstico identificando em linhas gerais, as necessidades no âmbito da educação para as 30 reservas extrativistas de Rondônia; 2 - Elaboração dos projetos para cada uma das ações necessárias; 3 - execução dos projetos.

A solicitação que envolve este documento pretende dar encerramento a primeira etapa, que envolve portanto uma discussão com as lideranças das reservas envolvidas para possíveis ajustes e modificações, e um contato com o ISA para discutirmos o pré projeto, e definirmos possível assessoria para as outras etapas.

Assinam este documento a ASGM - Associação de Seringueiros de Guajará Mirim, a OSR - Organização de Seringueiros de Rondônia, a UNIR - Universidade Federal de Rondônia e a assessoria envolvida nesta ação.

JOSÉ WILSON NUNES
Presidente da Associação dos
Seringueiros de Guajará Mirim - RO
[illegible]

Associação de Seringueiros de Guajará Mirim

PAULO DE LIMA NUNES

Organização de Seringueiros de Rondônia

Universidade Federal de Rondônia
Chefe do Departamento de Ciências da Educação

Elisabete Christofoletti
Assessora

Acervo ISA

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS

PROJETO ECOSCÂMBIO

SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Guajará Mirim, RO

1 e 2 de (agosto) SETEMBRO de 1995.

NOME	ENTIDADE
1 - Eduardo Amaral Borges	IEA/ECOSCÂMBIO
2 - Nayaré Menezes de Souza - CNPT	
3 - PAULO BARBOSA FILHO	C.N.P.T/IBAMA
4 - Luciano Leiva Carneiro	IEA/ECOSCÂMBIO
5 - MARIO A. MENEZES	CSR
6 - PAULO DE LIMA NUNES	
7 - Melanias Vieira Mª	CNPT/IBAMA
8 - JOSÉ Wilson Nunes	ASGM, RO
9 - José Avilhanada Amufari	A.S.G.M. Nº
10 - ADALBERTO IANNUZZI	CNPT/IBAMA - DF
11 - José Jorge de Albuquerque Bahia	CNPT/IBAMA-AP
12 - NILSON SANTOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
13 - Elisabete Christofoletti	—
14 -	
15 - Maria Raquel Mattos Mattedi	IEA/ES
16 -	

Acervo ISA

Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais

Projeto Ecoscâmbio - RO

Guajará-Mirim, 2 de ~~agosto~~ SETEMBRO de 1995

Seminário de Planejamento Estratégico

NOME	ENTIDADE
1- Eduardo Amaral Borges	IEA/ECOSCÂMBIO
2- Luciano Lemos Carneiro	R/ do R.N.S Projeto RESEX
3- Brent Millikan	Consultor - Projeto Ecoscâmbio
4- PAULO DE LIMA NUNES	CSR
5- Alcimar Albuesi do santo	
6- JOSÉ AVILLANEDA AMUTANI	A.S.G.M.G. MIRIM
7- MARIO A. MENEZES	PROJETO IEA/ECOSCÂMBIO
8- JOSÉ WILSON [illegible]	ASGM/RO
9- Mª RAQUEL MATTOSO MATTEDI	IEA/ES
10- Elisabete [illegible]	[illegible]
11- NILSON SANTOS	UNIV. FEDERAL DE RONDÔNIA

Acervo ISA

ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
ASGM
Fundada em 17 de março de 1.991

Para
Coordenação do Projeto ECOSCÂMBIO

Guajará-Mirim, 3 de setembro de 1995

Prezados Senhores,

Através desta, informamos que durante os dias 01 e 02 de setembro de 1995, realizou-se em Guajará Mirim uma reunião de trabalho a respeito do Projeto Ecoscâmbio, com a participação da Associação de Seringueiros de Guajará Mirim/ASGM, Organização dos Seringueiros de Rondônia/OSR, Centro de Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais/CNPT, Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/IEA, Universidade Federal de Rondônia/UNIR e consultores.

Com base nas discussões desta reunião, apresentamos as seguintes considerações:

1) Reconhecemos a importância do projeto Ecoscambio no sentido de apoiar atividades que visam fortelecer o movimento de seringueiros em Guajará Mirim e, consequentemente, a melhoria de condições de vida das comunidades por ela representadas, bem como a conservação e manejo dos recursos naturais em nossa região.

2) Entretanto, a execução do projeto tem sido comprometido por alguns problemas básicos. Em principio, estranhamos com a ausência de um projeto técnico do Ecoscâmbio, definindo claramente objetivos, metas, metodologia de execução (incluindo responsabilidades institucionais) e cronograma fisico-financeiro. Além disso, muitas atividades da ASGM a serem apoiadas no primeiro ano do projeto não foram executadas, por falta de desembolso dos recursos financeiros previstos.

3) Além disso, ficamos sabendo que a partir do final de setembro, o projeto ficará paralizado por um longo periodo, que poderá durar até oito meses. Portanto, várias atividades previstas sofrerão desgastes que comprometem os planejamentos de trabalhos em andamento.

Acervo ISA

4) Ficamos mais preocupados ainda com a saida do IEA da coordenação do projeto, sem a definição de como será escolhida a instituição substituta aumentando os transtornos vividos até o momento.

5) Permanecendo a situação descrita acima, fica praticamente inviável a execução do Projeto Ecoscambio em Guajará-Mirim, uma vez que faltam elementos básicos para uma efetiva parceria com esta Associação. Lembramos que a ASGM deixou de buscar recursos financeiros de outras fontes para aquelas atividades previstas no Ecoscambio. Quando as atividades previstas não são realizadas, isso causa grandes prejuizos para as comunidades representadas por esta Associação.

6) Precisam ser definidas algumas normas básicas de parceria entre nossas instituições, a respeito da programação, cronograma fisico-financeiro e monitoramento de atividades. Essas normas devem incluir um fluxo permanente de informações a respeito da utilização dos recursos financeiros, a partir do primeiro ano do projeto. Além disso, consideramos que a resolução dos grandes atrasos na liberação dos recursos financeiros seja uma das condições básicas para garantir a continuidade do Ecoscambio em Guajará-Mirim.

7) Com base nas discussões da reunião de trabalho que acabamos de realizar em Guajará-Mirim, definimos algumas atividades como prioritárias para o segundo ano do projeto, inclusive para dar continuidade a importantes iniciativas já em andamento. Caso seja possivel resolver os entraves citados acima, a relaçao de atividades descritas a seguir deve ser objeto de um planejamento executivo detalhado, como base para a sua execução efetiva.

A) Organização Comunitária

- Apoio para a realização de reuniões comunitárias, especialmente no rio Pacaás Novos e rio Novo, com enfoque para a participação de jovens e mulheres;

- Realização de treinamentos de lideranças, especialmente a segunda etapa do Programa de Fortalecimento Organizacional da Associação de Seringueiros de Guajará Mirim;

- Visitas de intercâmbio de experiências comunitárias, desenvolvidas pela ASGM e outras associações dentro e fora do Estado de Rondônia;

- Apoio para o programa de rádio semanal da ASGM;

Acervo ISA

B) Educação

-Garantir continuidade dos trabalhos sendo realizados em conjunto com os consultores Nilson Santos e Elisabete Christofoletti, visando a implantação de um modelo alternativo de educação para as Reservas Extrativistas;

C) Plano de Utilização/Relatório Sócio-econômico

-Garantir a continuidade das ações que permitirão a conclusão do relatório sócio-econômico da RESEX do Rio Pacaás Novos, elaboração de mapas básicos e iniciação de um sistema de informações geográficas (SIG), e elaboração do plano de utilização da mesma;

D) Apoio Institucional

Durante a elaboração do Programa de Fortalecimento Organizacional da ASGM, em julho deste ano, elaboramos uma série de medidas a serem tomadas pela ASGM que visam garantir a autosustentabilidade da Associação. Entretanto levaremos algum tempo para atingirmos este estágio e durante este processo faz-se necessário apoio para despesas básicas como: ajuda de custo para lideranças, despesas operacionais(água, luz, telefone), material de consumo(papel, bobina de fax, fita de impressoras, etc), combustivel e manutenção de equipamentos (motores, embarcações, computador).

E) Alternativas Econômicas

Previu-se uma série de atividades que não foram iniciadas na primeira fase do projeto. Estas ações devem incluir:

- Apoio para o atividades de desenvolvimento agroflorestal, permitindo melhorias na agricultura de subsistência, implantação de consórcios agroflorestais e substituição de produtos industrializados por produtos caseiros;

- melhoria na qualidade da borracha através de treinamentos para produção de Placa Bruta Defumada e Couro Vegetal;

- abertura de novas colocações;

- produção de artesanatos para comercialização;

- extração de óleos vegetais através de equipamentos simples;

- pesquisa de mercado regional para outros produtos extrativistas além da borracha e castanha;

- microprojetos econômicos como piscicultura, pequenas unidades de beneficiamento, entre outros;

F) Saúde

Apesar das previsões iniciais do projeto, ainda foi realizada nenhuma atividade nessa área durante o primeiro ano do projeto. As ações prioritárias incluem:

- capacitação de agentes de saúde;

- treinamentos com mulheres;

- monitoramento dos postos de saúde;

- melhoria da infraestrutura existente e aquisição de equipamentos ainda inexistentes nos postos (microscópio para exame de malária entre outros).

Acreditamos que a compreensão desta instituição perante a importância da manutenção da expectativa gerada nas comunidades durante os diversos contatos feitos a partir de 1992 não permitirá que a interrupção deste projeto dificulte os trabalhos já iniciados com o referido apoio.

No mais aguardamos contato mais breve possivel para que possamos planejar nossos próximos passos.

Atenciosamente.

JOSÉ WILSON NUNES
Presidente da Associação dos
Seringueiros do Guajará-Mirim - RO
CGC 04.893.278/0001-27

Acervo ISA

Projeto ECOSCAMBIO

Relatório de Atividades do Consultor Brent Millikan (julho a setembro de 1995)

O presente relatório tem como objetivo resumir as atividades realizadas pelo consultor durante o período de julho até o início de setembro de 1995, conforme o contrato de prestação de serviços assinado com o IEA em 01/07/95.

1. *Levantamento Sócio-Econômico/Rio Pacaas Novos*

A elaboração do relatório sócio-econômico depende fundamentalmente da tabulação e análise de dados dos questionários aplicados na região do Rio Pacaas Novos/Rio Novo em 1993. Foram realizadas reuniões com os técnicos do IPHAE, a respeito da estruturação do banco de dados e análise estatística das informações e iniciou-se a tabulação dos dados. Entretanto, o trabalho do IPHAE sofreu um pequeno atraso em função de dificuldades de comunicação entre o mesmo e o escritório de Salvador. Esse problema já foi solucionado, com a assinatura de um contrato de prestação de serviços pelo IPHAE no dia 04 de setembro, na ocasião da visita da coordenadora do projeto Ecoscâmbio a Rondônia.

Junto com a ASGM, será realizado um censo populacional simples, sobre a relação das famílias e colocações ocupadas na região do rio Pacaas Novos e do rio Novo, visando identificar mudanças no período de dezembro de 1993 até o presente momento. Essas informações serão incorporadas no relatório sócio-econômico, ao exemplo do relatório sobre o RESEX do Rio Ouro Preto.

As informações dos questionários serão complementadas pela visita de campo e as reuniões comunitárias, que serão realizadas em novembro, depois do início das chuvas, em função das dificuldades de transporte na região.

Prevê-se que o relatório final, bem como os demais produtos dessa consultoria, serão entregues em dezembro de 1995.

2. *Mapeamento/Sistema de Informações Geográficas*

Em conjunto com a ASGM e a SEDAM, já foi elaborado o rascunho de um mapa da região do Rio Pacaas Novos e Rio Novo, incluindo dados sobre hidrografia, unidades de paisagem, localização de colocações e situação fundiária. Nos próximos dias, será completado a versão final desse mapa em escala de 1:100.000.

Propõe-se a digitalização desse mapa com os diferentes planos de informação em sistema SGI. Entretanto, esse trabalho envolverá mais custos, o que terá que ser negociado com a LSR/SEDAM, verificando os recursos disponíveis do projeto.

Acervo ISA

Estamos considerando a possibilidade de realizar uma verificação *in loco* da localização de colocações com uso de GPS (global positioning system), na ocasião da visita de campo para as reuniões comunitárias. O GPS teria que ser emprestado de outra entidade em Rondônia (OSR, ECOPORE). Seria interessante contemplar a aquisição de um GPS no âmbito do projeto, considerando o seu baixo custo e aplicabilidade as ações do ECOSCAMBIO nas diferentes áreas.

Com base em estudos complementares (vegetação, solos, etc.), poderão ser elaborados mapas adicionais em SGI sobre o potencial produtivo da região, ao exemplo de que se propõe no Projeto RESEX do Programa Piloto. Sugere-se que se investigue a possibilidade de financiar tais estudos através do PLANAFLORO, caso não seja possível assegurar os recursos necessários através do projeto ECOSCAMBIO. (Essa iniciativa teria que ser discutida com a ASGM, SEDAM, etc.)

3. *Plano de Utilização*

Esse trabalho também depende da tabulação de dados dos questionários, uma vez que um primeiro passo é a elaboração de um resumo das sugestões dos seringueiros a respeito do plano, conforme levantado no levantamento domiciliar.

Prevê-se a realização em novembro próximo de uma visita de campo no Rio Pacaas Novos e Rio Novo, objetivando uma discussão com as comunidades a respeito do Plano de Utilização da RESEX Estadual do Rio Pacaas Novos. Será aproveitado o Plano de Utilização da RESEX do Rio Ouro Preto nessas discussões.

4. *Comentários Gerais*

A região do Rio Pacaas Novos/Rio Novo apresenta uma situação peculiar, quanto a sua criação e implantação como Reserva Extrativista.

No âmbito da primeira aproximação do zoneamento, estabelecido inicialmente pelo Decreto 3.732/88 (e posteriormente respaldado pela Constituição Estadual de 1989, bem como a Lei Complementar 52/91), a região do Rio Pacaas Novos/Rio Novo foi contemplada como "zona IV" (área extrativista não-madeireira).

Com base na primeira aproximação do zoneamento estadual, o Governador de Rondônia assinou o Decreto no. 4.591 de 03/04/90, criando a "Floresta Estadual Extrativista do Rio Pacaas Novos" numa área de 353.219 hectares. Entretanto, o decreto foi ambíguo em relação às necessidades de regularização fundiária e o Instituto Estadual de Terras e Colonização de Rondônia (ITERON) nunca assumiu responsibilidades nesse sentido, apesar das previsões do decreto.

Mais de cinco anos depois, o Governador de Rondônia, Valdir Raupp de Mattos, atendendo reivindicação da OSR, assinou em 14 de julho de 1995 o Decreto no. 6.953, criando a "Reserva Extrativista do Rio Pacaas Novos", numa área de 343.903,5 hectares.

Apesar de inúmeras discussões entre ONGs e o Governo de Rondônia, ainda não foi definida a figura jurídica da "Reserva Extrativista Estadual". Nesse contexto jurídico, o Decreto Estadual no. 6.953 basicamente se respalda no

Acervo ISA

Decreto Federal no. 98.897/90, que dispõe sobre as Reservas Extrativistas Federais.

Entretanto, o decreto que cria a RESEX do Rio Pacaas Novos define atribuições para os órgãos estaduais que evidentemente não estão incluidas na legislação federal (p.ex. ações de regularização fundiária e concessão de uso, a cargo do ITERON, e a aprovação de plano de utilização, a cargo da SEDAM, em conjunto com o ITERON). Vale observar que o referido decreto não faz nenhuma menção a respeito das responsibilidades institucionais do Poder Público pela proteção ambiental/fiscalização da área da RESEX do Rio Pacaas Novos.

A diretoria da ASGM demonstrou pouquissimo conhecimento a respeito do decreto e aparentemente as comunidades locais estão basicamente desinformadas em relação ao assunto. A ASGM e a OSR não possuem o mapa básico da nova Reserva, e aparentemente seus limites não foram discutidos com as comunidades locais.

Em 1994, o ITERON realizou uma demarcação da FEE do Rio Pacaas Novos com recursos do PLANAFLORO, alterando limites para contornar propriedades privadas e outras pretensões de posse. A ASGM e OSR também não dispõem dos mapas de demarcação.

Em nossa opinião, corre-se novamente o perigo de criar unidades de conservação "no papel", sem a efetiva tomada das medidas necessárias para a sua implantação. Nesse sentido, propomos a realização de uma consultoria para identificar barreiras e necessidades práticas, do ponto de vista jurídico e institucional, em relação à implantação da RESEX do Rio Pacaas Novos, contemplando as ações de regularização fundiária, concessão de uso e plano de utilização (analisando também a questão da existência dos dois decretos). Sem a realização de tais medidas, a formalização do plano de utilização torna-se impossivel. *Vale salientar ainda que a criação da RESEX do Rio Pacaas Novos sem a definição de medidas de regularização fundiária perante a opinião pública local, já resultou em ameaças de morte contra o Presidente da Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim, Sr. José Wilson Nunes.*

A necessidade do referido apoio técnico à ASGM e OSR é perfeitamente compatível como desdobramento das ações de apoio à criação de Reservas Extrativistas, realizadas através da consultoria de Mario Menezes no âmbito do projeto Ecoscâmbio. Verificamos que as diretorias da ASGM e OSR concordam com a urgência de tal iniciativa, como base para viabilizar a implantação da RESEX do Rio Pacaas Novos, bem como outras novas Reservas Extrativistas recentemente criadas a nivel estadual. Portanto, sugere-se que esse assunto seja tratado com a máxima urgência.

Finalmente, sugerimos que sejam elaborados mapas com os limites dos dois decretos, bem como os limites demarcados pelo ITERON em 1994, como parte do sistema de informações geográficias (SIG) da RESEX do Rio Pacaas Novos.

Brent Millikan
Porto Velho, 07 de setembro de 1995

Acervo ISA

PROJETO IEA-ECOSCÂMBIO - RONDÔNIA
(Pacaás Novos, Rio Novo e Rio Ouro-Preto)

Relatório de Subsídios para Avaliação do Projeto

Mario A. Menezes
Consultor

1. Introdução

Este relatório trata dos resultados, dificuldades e possibilidades futuras do Projeto IEA-ECOSCÂMBIO, em Rondônia. Reúne informações sobre as etapas de planejamento e de execução, desenvolvidas entre janeiro e setembro de 1995, bem como analisa as perspectivas do Projeto, à luz dos critérios estabelecidos para sua continuação.

2. Principais linhas de ação do Projeto

Seis grandes linhas de ação foram estabelecidas para o Projeto, em Rondônia: a) Criação de novas áreas extrativas protegidas; b) Organização comunitária; c) Desenvolvimento de alternativas econômicas; d) Elaboração de uma proposta educacional para as Reservas Extrativistas de Rondônia; e) Fomento a micro-projetos de desenvolvimento, e f) Implantação de um Sistema de Informações Geográficas-SIG, para as áreas de atuação do Projeto.

Essas linhas de ação, definidas em outubro de 1994, junto à lideranças locais, quando de uma missão do Projeto à área, foram corroboradas por um seminário realizado em Guajará-Mirim, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 1995, que contou com a presença de 22 representantes das comunidades envolvidas, dos presidentes da ASGM-Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim e da OSR-Organização dos Seringueiros de Rondônia e representantes do IEA-ECOSCÂMBIO, OXFAM-Associação Recife-Oxford para Cooperação ao Desenvolvimento, CNPT-Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, técnicos e (ex) assessores das organizações dos trabalhadores extrativistas.

Nesse encontro, um trabalho de planejamento estratégico possibilitou o desdobramento das 4 linhas de ação mais diretamente voltadas para as áreas de Guajará-Mirim, num nível de profundidade e consistência que bem demonstra o quanto de interesse há da parte das comunidades no Projeto e, em contrapartida, o quanto de expectativa o Projeto gerou junto às populações locais.

Acervo ISA

Desdobramento das Linhas de Ação

Linha de Ação	Atividades								
Organização comunitária	Capacitar lideranças	Intercambiar experiências	Viabilizar trabalho conjunto ASGM/comunidade	Aproveitar melhor programa de rádio da ASGM	Implantar correio comunidade	Estruturar melhor programa de rádio da ASGM	Trabalhar em forma de mutirão	Reforçar trabalho c/ as mulheres	Preparar melhor os jovens
Desenvolvimento de alternativas econômicas	Implantar usina beneficiamento de borracha	Implantar usina beneficiamento de castanha	Fomentar beneficiamento de açaí	Desenvolver agricultura de subsistência	Plantar seringueiras	Realizar pesquisa de mercado para novos produtos extrativistas	Abrir novas colocações de seringa	Substituir prod. de mercado por prod. caseiros	Apoiar a produção de artesanatos
Elaboração de proposta educacional para as RESEX	Implantar sistema de vistoria das escolas	Capacitar professores	Implantar curso supletivo	Criar sistema de alfabetização de adultos	Fazer intercâmbio de experiências (CTA)	Incluir no currículo escolar aspectos relativos à preservação da RESEX			
Desenvolvimento de micro-projetos	Implantar unid. exp. produção de soja	Fomentar plantio de cacau e café	Apoiar agricultura de subsistência	Apoiar artesanato	Realizar repovoamento de quelônios	Implantar hortas caseiras	Implantar consórcios de peixes e porcos	Apoiar plantio de roças comunitárias	Apoiar abertura de novas colocações

No mesmo seminário, ficou também decidido que o Projeto apoiaria a conclusão do Levantamento Sócio-Econômico do Pacaás Novos, bem como a elaboração de um esboço do Plano de Utilização dessa área, hoje uma RESEX Estadual e a realização de uma assembléia para sua discussão.

Por reivindicação da ASGM e da ASR, foi incluída na pauta do seminário a discussão de pontos considerados emergenciais pelas duas instituições, na busca de encaminhamento para problemas - financeiros, principalmente - que enfrentavam naquele momento. Esses pontos foram assim discriminados:

Compromissos da ASGM

Discriminação	Custo (R$)
- Realização da Assembléia-Geral (março/95)	2.000
- Pagamento de salários atrados (3 funcionários x 3m x R$ 280)	1.680
- Pagamento da conta do telefone	250
- Pagamento da conta de água e luz (meses atrasado)	1.300
- Regularização trabalhista	10.000
- Renovação do programa de rádio (a ASGM tem 1 hora de programa/semana na rádio local)	555
- Ajuda de custo para 3 lideranças (3 x 2m x R$ 150)	900

Acervo ISA

Compromissos da OSR

Discriminação	**Custos**
- Financiamento de material de consumo para o escritório em Porto Velho (R$ 150 x 6 m)	900
- Financiamento da conta de telefone (R$ 150 x 6 m)	900
- Financiamento de rancho para trabalho de campo nas áreas a serem criados (R$ 50 x 6 m)	300
- Financiamento de passagens de ônibus para deslocamentos às áreas a serem criadas (R$ 80 x 6 m)	480
Total	**2.580**

Quanto à estrutura e gestão do Projeto, ficou estabelecido que os recursos seriam repassados para a ASGM, mediante prestação de contas das atividades desenvolvidas e planejamento prévio do período seguinte (mês, bimestre ou trimestre), adotando o mesmo sistema empregado pela Associação e o IEA, em projetos que executaram em parceria.

3. Resultados alcançados e dificuldades enfrentadas pelo Projeto

a) Criação de novas áreas extrativas protegidas

Resultados alcançados:

- Assessoria à OSR para estabelecimento de um processo de criação de Reservas Extrativistas-RESEX (jurisdição do IBAMA), Projetos de Assentamento Extrativista-PAEs (jurisdição do INCRA), Florestas Estaduais Extrativistas-FEEs (jurisdição do Governo de Rondônia), no Estado. No caso do Pacaás Novos, a FEE deu lugar à uma Reserva Extrativista Estadual.
- Reunião com o superintendente do INCRA, em Rondônia, visando o estabelecimento de um processo sistemático de criação de Projetos de Assentamento Extrativista-PAE, no Estado.
- Criação de uma equipe técnica, no âmbito da Superintendência local do INCRA, com vistas à criação de Projetos de Assentamento Extrativista..
- Cooperação com a equipe técnica do INCRA no repasse de informações e nivelamento sobre a modalidade de assentamento extrativista.
- Abertura de processo administrativo, pela mesma Superintendência, para criação do PAE Aquariquara, hoje à espera do parecer da Produradoria Jurídica do INCRA, em Brasília. Atualmente uma reserva em bloco do Projeto de Colonização de Machadinho, a transformação do Aquariquara em PAE seria a primeira das 17

Acervo ISA

- Reunião com o superintendente local do IBAMA, realizada com o objetivo de demover a Superintendência da posição contrária à criação de RESEX, em Rondônia, quando menos por ser o IBAMA o órgão gestor dessa unidade de conservação.
- Início de conversações da OSR com a Superintedência do IBAMA, com vistas à criação de RESEX nos seringais São domingos, São Miguel, São Francisco, Guaporé e Machado. Atualmente, trabalhos básicos de levantamento no seringal Machado estão em fase de conclusão, visando à criação de uma RESEX pelo IBAMA.
- Criação de 4 Reservas Extrativistas Estaduais - Pacaás Novos, Cautário, Curralinho e Pedras Negas - num total de, aproximadamente, 600 mil hectares e 150 famílias.

Dificuldades enfrentadas:

- Resistência do IBAMA-Brasília e da Superintendência do IBAMA em Rondônia em criar novas Reservas Extrativistas no Estado.
- Lentidão do INCRA em criar o primeiro PAE em Rondônia, causada por entraves político-institucionais no órgão.
- Não regulamentação pelo Governo de Rondônia da figura Reserva Extrativista Estadual.
- Possíveis problemas jurídicos na viabilização das 4 Reservas Extrativistas Estaduais recém-criadas, por se encontrarem em terras da União.

b) Organização comunitária

Resultados alcançados:

- Implantação do Programa de Fortalecimento Organizacional da Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim (jun/jul-95), através do qual já foram viabilizadas as seguintes atividades:
. avaliação organizacional e planejamento estratégico, junto à Direção da ASGM.
. capacitação de 26 lideranças.
. realização de um fórum de despertamento comunitário.
. definição de táticas para conquistas de 90 dias (ago/out95).
. elaboração de um plano de trabalho da ASGM para 6 meses (ago-95/jan-96).

Obs.: para maiores detalhes sobre estes 4 primeiro pontos, consultar o documento "Programa de Fortalecimento Organizacional da Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim-RO", julho, 1995, elaborado com a assessoria das consultoras responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos na área de organização comunitária, Dejanira Fialho e Frances Hansford.
- Compromisso da equipe de consultoras em voltar ao final do Programa para avaliação de sua efetividade.
- Encaminhamento de vários projetos por comunidades locais à Direção da ASGM, elaborados por lideranças depois da capacitação recebida no âmbito do Programa de

Acervo ISA

Dificuldades enfrentadas:

- Disponibilidade das consultoras responsáveis pela formulação e acompanhamento do Programa de Fortalecimento Organizacional, em época não muito propícia ao desenvolvimento dos trabalhos, acarretando:
  dificil compatibilização da agenda do Projeto com à da ASGM, em face de outros eventos ocorridos à mesma época e
  menor participação das comunidades mais remotas, dada a precariedade da navegação nos rios da região no período
- 1/3 das lideranças capacitadas participou em tempo parcial do curso de capacitação voltado aos líderes comunitários.

c) Desenvolvimento de alternativas econômicas

Resultados alcançados:

(Nenhuma atividade foi desenvolvida nesta linha de ação)

Dificuldades encontradas:

- Ao contrário do que fora pré-estabelecido pela missão de outubro de 94 à área e confirmado pelo seminário de fevereiro de 95, em Guajará-Mirim, o Projeto não destinou nenhum recurso para as atividades desta linha de ação.

d) Elaboração de uma proposta educacional para as Reservas Extrativistas de Rondônia

Originalmente, esta linha de ação foi pensada apenas para as três áreas de atuação específica do Projeto (RESEX Estadual do Pacaás Novos, Rio Novo e RESEX do Rio Ouro Preto). No entanto, a viabilização de uma parceria com a UNIR-Universidade Federal de Rondônia possibilitou que essa ação se estendesse a outras áreas extrativistas do Estado, como a recém-criada RESEX Estadual do Cautário e as Reservas em Bloco de Machadinho.

Resultados alcançados:

- Visita ao CTA-Centro de Trabalhadores da Amazônia, com sede em Rio Branco, Acre, por uma equipe formada pelo professor/educador Nilson Santos (UNIR), psicóloga Elizabete Christofoletti (autônoma) e pelo líder comunitário e membro de Direção da OSR Paulo Nunes, para conhecer a metodologia adotada por aquele Centro, no trabalho que desenvolve na área de Educação, com os seringueiros acreanos e sondar a possibilidade de contar com sua assessoria em Rondônia.

Acervo ISA

- Visita ao ISA-Instituto Sócio-Ambiental, sediado em São Paulo, pelo educador e pela psicóloga, visando o intercâmbio, na área de alfabetização, principalmente, onde aquele Instituto tem acumulado importantes experiências, documentos e informações.
- Visita às Escolas Família Agrícolas de Cacoal e Ji-Paraná, no próprio Estado, para melhor avaliar a factibilidade de ter no modelo dessas escolas uma referência para a proposta a ser elaborada para as áreas extrativistas. Em princípio, esse modelo pode ser um referencial importante na medida que pode solucionar alguns problemas da educação nas reservas, como a necessidade de permanência das crianças na áreas de trabalho, custo elevado de uma escola de 5ª a 8ª séries, currículo inapropriado, entre outros.

Dificuldades enfrentadas:

- Não liberação de recursos para a realização dos trabalhos de campo previstos para as Reservas em Bloco de Machadinho e a RESEX do Rio Ouro Preto. Conforme decidido no último seminário em Guajará-Mirim, esses recursos estão sendo liberados nos próximos dias para que esses trabalhos se realizem ainda na primeira fase do Projeto.

e) Fomento a micro-projetos de desenvolvimento

Resultados alcançados:

(Nenhuma atividade foi desenvolvida nesta linha de ação)

A proposta discutida com as lideranças locais era a de que a implementação dos micro-projetos se daria através da extensão e do desenovlvimento rurais, de caráter agro-florestal. Para isso, seria contratado um extensionista com formação agro-florestal, para residir na área, trabalhando **com** e não apenas **para** a comunidade. Como não estava prevista contratação de técnico de campo em sua primeira fase, o Projeto teria que contar com os dois técnicos que o CNPT e a ASGM estavam contratando para o trabalho de extensão a ser desenvolvido na RESEx do Rio Ouro Preto. Para tanto, propunha-se negociar formas de viabilizaçao dessa cooperação e, caso o CNPT não fosse demovido da posição de restringir suas atividades e a atuação de seu pessoal ao Rio Ouro Preto, seria necessário antecipar a contratação de um técnico com perfil adequado para o desenvolvimento das atividades de extensão nas áreas e viabilização dos micro-projetos.

Dificuldades encontradas:

- O Projeto não liberou recursos para esta ação e nenhuma articulação posterior ao seminário de fevereiro de 1995 foi desenvolvida junto ao CNPT para viabilizar alguma atividade dentre as previstas.

Acervo ISA

f) Implantação de um Sistema de Informações Geográficas SIG, para as áreas de atuação do Projeto.

Obs: Acho que esta fora do escopo do Projeto EJ

Resultados alcançados:

- Elaboração da base cartográfica atualizada das RESEX do Rio Ouro Preto e do Pacaás Novos.
- Mapeamento manual, em curso, para posterior digitalização, das colocações das RESEX do Rio Ouro Preto e do Pacaás Novos.

Dificuldades encontradas:

- Inexistência da infraestrutura necessária à implantação do SIG, ficando o Projeto na dependência de pessoal e do laboratório da SEDAM-Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental.

No que se refere à conclusão do Levantamento Sócio-Econômico e elaboração do Plano de Utilização da RESEX do Pacaás Novos, os dados do levantamento de campo estão sendo tabulados no IPHAE-Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia, com sede em Porto Velho, Rondônia, para posterior confecção do relatório final e esboço do Plano de Utilização.

Já no que se refere aos pontos emergenciais discutidos no seminário de fevereiro último, o Projeto financiou a Assembléia Geral da ASGM, realizada nos dias 20 e 21 de abril, durante a qual se deu a eleição da Diretoria da Associação; o programa de rádio semanal da ASGM, e parte dos gastos da OSR com telefone e material de escritório, assim como passagens rodoviárias e alimentação necessárias para o desenvolvimento de trabalhos de campo nas áreas do Jaci-Paraná, São Pedro e Machadinho, com vistas à criação de PAEs..

Para avaliar a primeira fase do Projeto, discutir com as instituições representativas e técnicos envolvidos o que ainda pode ser executado até o final de setembro e informar sobre os critérios estabelecidos pelo ECOSCÂMBIO para dar sequência às atividades previstas, foi realizado um seminário em Guajará-Mirim, nos dias 1º e 2 deste mês. Dele participaram a membros da direção da ASGM e da OSR, representantes do CNPT-Rondônia e CNPT-Brasília, a Coordenadora e técnicos do Projeto. Previsto para abril passado, com o objetivo de compatibilizar as atividades do Projeto com as do Projeto RESEX do CNPT e planejar sua execução, esse seminário foi adiado por duas vezes consecutivas, por falta de espaço na agenda ASGM e OSR, dado o acúmulo de compromissos dessas instituições com o CNPT e o movimento nacional dos seringueiros.

Acervo ISA

4. Considerações sobre a primeira fase e as perspectivas futuras do Projeto

Alguns aspectos devem ser ressaltados quanto ao formato que o Projeto acabou recebendo durante a implementação desta fase em conclusão.

Em primeiro lugar, ele não chegou a ser um projeto propriamente, porque nunca foi apresentado como uma proposta inteira, um todo orgânico - com objetivos, estratégia, cronograma, orçamento - a partir do qual fosse possível planejar atividades e estabelecer programas de trabalho periódicos, como qualquer projeto deve possibilitar. Desde o seminário realizado em Guajará-Mirim, em fevereiro de 95, foi recomendada à Coordenação a elaboração de um documento passível de discussão e hábil como instrumento de compromisso entre as partes. Entretanto, não houve respaldo a essa iniciativa, muito embora já se contasse com informações básicas para uma proposta de projeto.

Essa "ausência" de projeto certamente contribuiu para o não-cumprimento de compromissos assumidos junto à ASGM, OSR e lideranças das comunidades locais, com relação a duas linhas de ação básicas: a de alternativas econômicas e a de micro-projetos, frustando grandes expectativas criadas em torno da possibilidade de desenvolvimento de ações em nível local, concretamente voltadas para os interesses econômicos das comunidades. Além disso, inviabilizou a co-gestão do Projeto pela ASGM, conforme acordado desde o início, pela inexistência de planejamento prévio e cronograma de desembolso, somente possíveis a partir de um projeto técnico.

Durante o seminário realizado em Guajará-Mirim, nos dias 1º e 2 passados, a Direção da ASGM questionou incisivamente o fato de o Projeto ter liberado para a Associação pouco mais de R$ 3.000,00, quando a previsão orçamentária era de R$ 70.000,00 anuais. Nesse sentido, ainda que o Projeto tenha viabilizado avanços importantes em áreas como a da organização comunitária e educação, pesa mais o fato de esses recursos não ter sido gestionados pela ASGM, conforme ficou estabelecido no processo de gestão do Projeto. Pelo mesmo motivo, a ASGM deixou claro que da forma como o Projeto foi executado nesta primeira fase, não tem interesse no desenvolvimento das seguintes.

O não cumprimento de compromissos estabelecidos durante o processo de implantação do Projeto pôs em jogo, também, a credibilidade dos técnicos envolvidos com a sua implementação. Esses técnicos foram recrutados entre aqueles que já vinham desenvolvendo trabalhos na área de Reservas Extrativistas, a maioria dos quais já tendo trabalhado com a ASGM e OSR, exatamente os de perfil requerido para o bom desenvolvimento do Projeto. Por serem as pessoas que estão mais na "linha de frente" do processo, responsáveis pelas articulações e negociações da proposta, terminaram sendo alcançadas por um certo clima de desconfiança, que pode comprometer sua vida profissional de anos junto às comunidades locais e suas

Acervo ISA

assumido apenas perante essas comunidades e suas instituições, mas também com o pessoal do qual se valeu para viabilizar-se até aqui.

Para agravar ainda mais esse quadro, no último seminário de Guajará-Mirim, a Coordenação do Projeto anunciou que haverá uma interrupção de aproximadamente 8 meses em todas as atividades em curso, com previsão de retomada do Projeto a partir do mês de maio de 96. Ainda que a mesma notícia tenha sido acompanhada da informação de que na Itália está-se realizando esforços para consecução de recursos, que podem abreviar essa paralização, os representantes das instituições presentes, e mesmo os técnicos do Projeto, se viram diante de um fato inédito: um projeto de 3 anos (anunciados), que depois dos 12 primeiros meses de vigência - dos quais 4 gastos em negociações preliminares - pára 8 para recomposição de seu caixa. A sensação é de que a instituição financiadora não tem compromisso com as comunidades, instituições e técnicos com quem está trabalhando. Caso contrário, não teria negociado um projeto com essas comunidades e sim o apoio à ações pontuais, mais compatível com os critérios de gestão agora anunciados.

Essa sensação passa à constatação quando se verifica que hoje o Projeto é conhecido em todas as três áreas em que atua - ou pretende atuar - e representa a primeira possibilidade concreta de apoio às comunidades do Pacaás Novos, que além de ser área de entorno da RESEX do Rio Ouro Preto é uma RESEX Estadual desde o mês passado. Imagine-se a situação das lideranças comunitárias e dirigentes da ASGM e OSR que, confiando no compromisso assumido pela Coordenação do Projeto, alardearam aos quatro cantos dessas áreas, em busca de base social para a proposta, que da Itália estava vindo um importante apoio ao desenvolvimento econômico e social de suas populações.

Interrupção dessa magnitude, leva à desmobilização das comunidades e lideranças para com as atividades em curso, com grande prejuízo para sua organização social em emergência. De outra parte, faz do Projeto um grande obstáculo ao desenvolvimento das areas beneficiárias, em face do custo de oportunidade que passa a representar para as suas populações. Além de ter deixado de buscar esse mesmo apoio junto à outras instituições financiadoras, as instituições que as representam terão dificuldade maior em consegui-lo agora, já que, para todos os efeitos, o está recebendo do IEA-ECOSCÂMBIO.

Na opinião deste consultor, diante dos fatos aqui considerados, a Coordenação do Projeto tem duas alternativas passíveis de encaminhamento, para torná-lo consistente e compatível com os interesses das populações extrativistas dele beneficiárias. A primeira delas, e a mais condizente com o grau de comprometimento estabelecido junto às instituições que representam as comunidades locais, seria a de elaborar um projeto técnico imediatamente, reiterar as bases negociadas para sua [illegible] e ampliar a duração das atividades para um período máximo de 3

Acervo ISA

primeira - seria a de transformar o Projeto em simples apoio à atividades pontuais, colocado à disposição da ASGM e OSR, sem compromissos programáticos que tolham a ação dessas instituições na busca de recursos de que necessitam para as ações mais permanentes e potencializadoras da vocação das áreas e populações extrativistas que o IEA-ECOSCÂMBIO pretende beneficiar. Fora dessas alternativas, não há como vislumbrar correção de rumos que assegure futuro para o Projeto, até porque será difícil ter a ASGM e OSR nesse processo e contar com técnicos de perfil profissional adequado dispostos a correr o risco de se tornarem "personas non gratas" junto a essas instituições e às comunidades extrativistas que representam.

Bady Bassitt-SP, 10 de setembro de 1995

Mario A. Menezes

Acervo ISA

PROJETO ECOSCAMBIO
RELATÓRIO DE VIAGEM

Destino: Brasília/DF, Porto Velho e Guajará-Mirim/RO
Período: 24/08/95 a 04/09/95

DISTRITO FEDERAL

Brasília, 25/08/95

1. Reunião no Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradiconais - CNPT

1.1. Objetivos: Nivelar informações sobre a atuação de ambas as entidades na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, Rondônia.

1.2. Participantes: Dr. Rafael Rueda, Carlos Aragón Castillo e Adalberto Iannuzzi Alves.

Principais pontos tratados:

- Projeto Ecoscambio - Os participantes desconheciam o que vinha fazendo o projeto Ecoscambio em Rondônia. Assim, em primeiro lugar, procedeu-se a um nivelamento de informações. A inexistência de um projeto técnico, definindo claramente a proposta do projeto Ecoscambio na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto e adjacências: Rio Pacaas Novo e Rio Preto foi, mais de uma vez, questionada pelos técnicos do CNPT. Este aspecto já havia sido levantado quando da visita do consultor Mário Menezes, no início do projeto, àquele Centro. Segundo avaliação dos participantes, a inexistência deste projeto, dificulta o entendimento do papel do Ecoscambio em Rondônia;

- Têrmo Cooperação - Foi mencionda, pelo Dr. Rafael Rueda, a necessidade do estabelecimento de um Têrmo de Cooperação formal entre IEA/Ecoscambio e CNPT/IBAMA, com o objetivo de possibililar a atuação do projeto na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Para tanto, faz-se necessário a elaboração de um projeto técnico que sirva de base para o convênio referido. Um convênio desta natureza foi estabelecido entre a Universidade de Sao Paulo/USP e o CNPT, em função dos trabalhos desenvolvidos, pela USP, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Estado do Acre. Anexo I - Modelo do Convênio.

- PPG7 - O projeto "RESEX" do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, está sendo implementado nas reservas extrativistas da Amazônia, entre elas, a do Rio Ouro Preto em Rondônia/RO. Este projeto está possibilitando o fortalecimento institucional da Associaçao dos Seringueiros de Guajará-Mirim/ASGM, bem como a implementação de um programa de educação e treinamento/capacitação de lideranças e associados. Com recursos deste projeto, a ASGM está equipando/reformando sua sede e, recentemente, adquiriu um caminhão para o escoamento da produção extrativista da reserva.

- Programa de Educação - Recursos geridos pela própria ASGM, serão destinados para a implementação deste programa. Está previsto o treinamento de monitores de educação (10 já foram selecionados), que deverão atuar nas escolas da Reserva Extrativista do

Acervo ISA

Rio Ouro Preto. Foi sugerido a continuidade do apoio do projeto Ecoscambio a este trabalho.

- Programa de Capacitação - Estão previstos treinamento de lideranças e associados nas seguintes áreas: organização social, formação de lideranças, planejamento participativo, cantina comunitária e contabilidade. O Banco Mundial/Bird espera que seja elaborado, pelo CNPT, um amplo programa de capacitação que contemple as demandas provenientes das reservas extrativistas.

2. Reunião no IBAMA, Direção de Ecossistemas/DIREC, Departamento de Unidades de Conservação/DEUC

2.1. Objetivos: Avaliar a possibilidade de implantaçao do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

2.2. Participantes: Dr. Fábio de Jesus (chefe de departamento), Dra Ivone de Lima Fleury Marinho e Dra. Carmem Fulgencio (técnicas).

Principais pontos tratados

- Implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina/PARNA - A principal dificuldade apresentada pelo IBAMA, quanto a implantação do PARNA da Chapada Diamantina, foi o fato de que este orgãoo não dispõe de um "palmo" de terra naquela unidade de conservaçao (UC). Este fato, aparentemente, tem impedido que o orgão priorize a região para a elaboração do Plano de Ação Emergencial/PAE, etapa necessária para a implantação de uma UC. Indagado sobre a possibilidade de se dar início ao processo de implantação do PARNA, no ano de 1996, mediante uma demanda local/regional, o Dr. Fábio de Jesus mostrou uma certa abertura salientando, todavia, a necessidade desta demanda refletir o interesse de diferentes segmentos sociais e governamentais da região. Estabeleceu-se que a técnica responsável pelo PARNA da Chapada Diamanina - Ivone de Lima Fleury Marinho, que deverá vir à Bahia no final de outubro (Reserva de Una), passará por Salvador com o objetivo de conhecer o Sistema de Informações Geográficas/SIG, que o Projeto Ecoscambio vem desenvolvendo sobre o PARNA da Chapada Diamantina. Esta visita deverá ser articulada com Maria Tereza, técnica da Superintendência local do IBAMA e responsável pelas ações na Chapada Diamantina. O Projeto ES, através da sua diretora, colocou à disposição do IBAMA apoio, direto e indireto (articulação local) para o desencadeamento do PAE - Chapada Diamantina, no ano de 1996.

2.3 Contato: Ivone de Lima Fleury Marinho - DIREC/DEUC
SAIN - via L4 - Edf. Sede do IBAMA
Fone: (061) 316.10.73
Brasília - DF

Brasília, 28/08/95

3. Reunião no Fundo Mundial para a Natureza - WWF

3.1 Objetivos: Obter informações sobre os extrativistas de flores do cerrado, no PARNA da Chapada dos Veadeiros.

Acervo ISA

3.2. Contato: Sylvia Mitraud - Coordenadora de Projetos
WWF
SHIS EQ QL 6/8
Cep 71.620-430
Brasília - DF

Principais pontos tratados:

- Projeto Cerrado - A direção do Projeto ES entrou em contato com a técnica Sylvia Mitraud, responsável pela execução do Projeto Cerrado. A intenção deste contato era buscar informações acerca do projeto que a WWF vem desenvolvendo junto aos extrativistas de flores do cerrado, no PARNA da Chapada dos Viadeiros. Na ocasião, fomos informados da reestruturação da "Rede Cerrado" - Rede de Organizações Não-Governamentais do Cerrado, em seminário apoiado pela WWF, no período de 15 a 17 de agosto passado. Anexo II: Relaçao das entidades coordenadoras da rede e respectivos endereços. Durante este seminário foi lançado o documento "De Grão em Grão o Cerrado Perde Espaço. Cerrrado - Impactos do Processo de Ocupação", elaborado com o apoio da WWF e PRO-CER. Participaram do evento entidades de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Ferderal. A Bahia, à despeito da Chapada Diamantina, não foi representada.

- Campanha Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres no Brasil - Campanha coordenada pela técnica Ana Lucia Cruz que repassou para esta direção ampla documentação sobre a campanha sugerindo que, em articulação com entidades locais da Bahia, fosse promovida uma reunião pública para discussão do Projeto de Lei que está sendo encaminhado pelo IBAMA ao legislativo.

Brasilia, 28/08/95

4. Reunião no Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal/MMA, na Secretaria Executiva dos Projetos Demonstrativos/PD/A

4.1 Objetivo: Buscar informações e material sobre o financiamento dos Projetos Demontrativos.

4.2. Contato: Carmem G. Figueiredo
Gerente de Projetos PD/A - PPG7
Esplanda dos Ministérios
Bloco B, 6° andar, Sala 637
Cep 70.068.900
Brasília - DF

Principais pontos tratados:

- Financiamento de projetos - No MMA entramos em contato com a secretaria executiva do PD/A - Projetos Demonstrativos Categoria do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), com o objetivo de verificar a possibilidade de se encaminhar ao programa, proposta de projeto para o Parque Sao Bartolomeu/PSB-Pirajá, considerando tratar-se de um exemplar, ainda que diminuto, de Mata Atlântica. O recebimento dos projetos pela secretaria é direto e, regularmente, são analisados por uma equipe de consultores contratados. Em princípio uma área como o

Acervo ISA

PSB poderia ser contemplada. O valor máximo de financiamento, por entidade não-governamental, é de U$ 150,000.00/ano. Anexo III: Formulário e Manual de Instruções para elaboração de projetos.

RONDÔNIA

Porto Velho, 31/08/95

1.Reunião na Organização dos Seringueiros de Rondônia - OSR

1.1. Objetivo: Nivelar informações e avaliar atuação do projeto Ecoscambio.

1.2. Participantes: José Maria, presidente da organização; Maranhão, técnico e Mário Menezes, consultor.

Principais pontos tratados:

- Transição Institucional - Foi colocado para os presentes a saída do IEA da parceria do Projeto ES, tendo em vista a paralisação das atividades desta entidade e os possíveis cenários para a continuidade do projeto. A OSR mostrou-se preocupada com a situação e chegou aventar a possibilidade de se estabelecer um convênio diretamente com o Projeto Ecoscambio. Atualmente a OSR recebe apoio institucional da WWF e este apoio estender-se-á até junho de 1996. Entretanto, a partir daí, as atividades desenvolvidas pela entidade estarão sem garantia de financiamento. Segundo a avaliação dos participantes, a área de criação de reservas extrativistas necessita de um acompanhamento permanente. Indagada sobre a possiblidade da OSR encaminhar um projeto solicitando apoio institucional para o Projeto Ecoscambio, esta diretoria respondeu afirmativamente.

- Criação de Reservas Extrativistas - Numa primeira rodada de avaliação, o apoio do projeto Ecoscambio, para a OSR, foi considerado importante, mas ponderou-se a necessidade de, no futuro, o projeto ser desenvolvido a partir de uma coodenação local: não se trata de uma estrutura física propriamente dita, mas da presença de um coordenador, contratado especialmente para acompanhar as atividades do projeto no estado, assessorar as entidades locais, bem como acompanhar diretamente a execução financeira do mesmo. A falta de acesso ao orçamento do projeto para Rondônia, bem como a gestão centralizada a partir da sede (Salvador) foi amplamente questionada.

As reservas extrativistas criadas foram:

Reservas		Áreas
Pacaas Novos	-	342.000 ha
Pedras Negras	-	124.000 ha
Curralinho	-	1.757.000 ha
Cautario	-	146.000 ha

Total - 2.369.000 ha/150 famílias.

Acervo ISA

Anexo IV: Criaçao de Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia - Matéria publicada em jornal local, 04/09/95.

Guajará-Mirim, 01/09/95

1. Seminário: Avaliação do Projeto Ecoscambio e Planejamento Estratégico

1.1. Objetivos: Nivelamento de informações e avaliação 1995; definição de estratégia para período de transição e programação para 95/96.

1.2. Participantes: Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim - ASGM;
Organização dos Seringueiros de Rondônia - OSR;
Fundação Universidade de Rondônia - UNIR;
CNPT/ IBAMA Rondônia e Brasília;
Consultores: Mário Menezes
Brent Millikan
Eduardo A. Borges
IEA/ES: M.Raquel Mattoso Mattedi

Anexo V: Lista de Participantes.

1.3. Apresentação: Esta diretoria abriu o seminário nivelando as informações acerca do Projeto Ecoscambio, a partir do seguinte roteiro de exposição:

- Projeto Ecoscambio - histórico
- Projeto Ecoscambio - natureza do projeto: intervenção X articulação
- Projeto Ecoscambio - áreas de atuação

** Parque Sao Bartolomeu Pirajá - Salvador - Bahia
** Parque Nacional da Chapada Diamantina - Bahia
** Parque Nacional da Serra da Capivara - Piauí
** Represa de Guarapiranga - Sao Paulo
** Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto - Rondônia

- Situação Institucional do Projeto

** Situação do IEA
** Perspectivas

Após esta apresentação, teve início o seminário com uma primeira rodada de observações e/ou comentários.

MEMÓRIA DO SEMINÁRIO

- Iannuzze - Técnico do CNPT/Brasília - Comenta que foram muitas as espectativas criadas frente ao Projeto Ecoscambio, desde 1992. Estranha que não exista um documento ou um projeto técnico definindo o papel do projeto em Rondônia e na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Estranha a diferenciação entre projeto de intervenção e de articulação. Salienta que sempre houve o entendimento de que o projeto era um projeto de intervenção à exemplo de outros desenvolvidos na área;

Acervo ISA

- Boneco - Presidente da ASGM - Considera que existe muita conversa e pouca realização do ES nas RESEX. Esta conversa já acontece há três anos. A ASGM não está acreditando no projeto. As dificuldades da associação foram colocadas no seminário realizado no início do ano e estão no relatório do Mário Menezes. Hoje a associação tem um grande trabalho, uma grande área de atuação, mas tem dificuldades para apoiar o Rio Novo e Pacaas. A RESEX Ouro Preto está assistida pelo PPG7. Queria que a conversa fosse para a prática. Pessoalmente desacredita do projeto;

- Melanias - CNPT/Porto Velho - Comenta que o treinamento de lideranças realizado com o apoio do Ecoscambio não foi articulado com o CNPT local. Gostaria de ter participado. Entende que para os consultores o projeto ES começou, mas para os que estão na base, o projeto não foi ainda elaborado;

- Eduardo A. Borges - Consultor do Projeto ES - Lembra que o CNPT local foi mais de uma vez convidado a participar do treinamento de lideranças, mas que encontrava-se fora, na ocasião;

- Mário Menezes - Consultor do Projeto ES - Procura destacar os pontos que foram definidos, em seminário, como emergenciais e prioritários para as organizações locais, bem como avaliar os resultados deste primeiro ano do projeto: a) Organização Comunitária - treinamento de lideranças (primeira fase já realizada); b) Educação - apoio à articulação OSR/UNIR com vistas à definição de um modelo educativo adequado às reservas extrativistas (em andamento); c) Criação de Reservas Extrativistas - apoio institucional à OSR; d) Plano de Utilização da Reserva Estadual Extrativista do Rio Pacaas Novos (em realização pelo consultor Brent Millikan); e) Micro-Projetos - não lograram ser desenvolvidos; f) Projetos Econômicos (idem) e g) Ações Emergenciais para a ASGM - das demandas emergenciais identificadas, o projeto apoiou a realização da Assembléia Geral de Associados (abril/95) e o pagamento dos atrasados do Programa semanal: "Bom Dia Seringueiro" (04 meses);

- Melanias - CNPT/Porto Velho - Pergunta porque não se escreve um documento definindo o que fazer localmente. Salienta que o projeto não apoiou as necessidades básicas da ASGM (contas atrasadas, dívidas trabalhistas e outras);

- Raquel - IEA/ES - Sugere que se dedique um tempo do seminário para discutir a continuidades do projeto ES;

- Iannuzze - CNPT de Brasilia - Pergunta se não se correrá o risco de gastar energias, propondo ações para o próximo ano, no âmbito do projeto ES, se está prevista uma paralisação de atividades nos próximos meses (+ ou - 08 meses);

- Raquel - Discorda. Considera que o grupo presente deve estabelecer as diretrizes de continuidade do projeto, aproveitando o momento para identificar as prioridades (linhas de ação) para os trabalhos futuros;

- Luciano - Liderança da ASGM - Entende que falta definição (por parte do projeto) sobre suas linhas de atuação. Os Rios Pacaas e Novo estão 100% desasistidos e acha que alguma coisa deve ser feita agora. Estes rios tem necessidade de conscientização política e treinamento de lideranças. Também é necessário acompanhar o processo de regulamentação das novas reservas criadas. Esta é uma necessidade emergencial.

Acervo ISA

- Melanias e Boneco - CNPT e ASGM - Sugerem que seja contratada uma consultoria com esta finalidade, ou seja, para o acompanhar o processo de regulamentação das novas reservas.

- Cazuza - Consultor ES - lembra que o projeto apoiou a linha de trabalho referente à criação de reservas extrativistas e que este ponto deve ser retomado.

- Paulo - Liderança da OSR - Pergunta como fica o apoio do projeto à linha de educação? As atividades não estão todas concluidas e não convém pará-las no meio. Como fica este apoio?

- Raquel - As atividades planejadas serão concluidas e as novas demandas serão encaminhadas à direção do projeto na Italia, com a recomendação de que sejam viabilizadas. Obs: Neste ponto, muitas questões foram levantadas quanto à gestão do projeto. As entidades presentes discutem a necessidade de se elaborar um documento conjunto sobre a gestão do projeto. Como o projeto vem funcionando na Itália? Como fica a questão do ponto de vista financeiro? Como parceiros do processo devem entender melhor o que vem se passando. Porque o projeto vai ficar parado (ou quase) durante mais ou menos oito meses? Desejam uma parceria ativa. Existem compromissos que foram assumidos com as comunidades (bases), em nome do projeto.

- Iannuzze - CNPT de Brasilia - Sugere que seja dado um tempo para que a ASGM e a OSR se posicionem sobre a continuidade do projeto ES e parceria. Esta posição deve ser colocada bem claramente pelas instituições.

- Boneco - Presidente ASGM - Entende ser melhor parar o projeto agora do que continuar sem muita certeza/clareza do futuro.

- Paulo - Liderança da OSR - Não foram gastos os U$ 70,000 previstos para Rondônia.

- Luciano - Liderança ASGM - Esta questão dos recursos deve ser revista.

- Brent Millikan - Consultor ES - Sugere que se analise cada linha de ação do projeto ES em Rondônia e se avalie a continuidade ou não do mesmo. Nao se trata de fazer um novo projeto, detalhado, porque as demandas já estão claras, mas definir prioridades para a continuação.

- Coordenação - Cazuza, consultor ES - A coordenação do seminário propôs que os consultores fizessem uma exposição das ações desenvolvidas e apoiadas pelo projeto Ecoscambio, em 1995, considerando as diversas linhas de ação estabelecidas como prioritárias, no no início do projeto: Educação (Bete e Nilson); Plano de Utilização (Brent Millikan); Criação de Reservas Extrativistas (Mário e Cazuza) e Organização Comunitária (Cazuza).

Acervo ISA

EXPOSIçÃO DO CONSULTORES

1. Educação

Consultores: Nilson Santos e Elisabete Christofoletti

Objetivo da Consultoria: Contribuir com o estabelecimento de um modelo educativo adequado à realidade das reservas extrativistas, no Estado de Rondônia. Apresentamos, em anexo, o primeiro relatório referente à esta consultoria. Anexo VI - Relatório Diagnóstico para Elaboração da Proposta Educacional das Reservas Extrativistas de Rondônia.

Observações:

1.1. O trabalho desenvolvido pelos consultores prevê o desenvolvimento de duas etapas complementares: a) sistematização de dados secundários e visitas às reservas extrativistas do Estado (etapa em execução) e b) definição de 09 ações a serem discutidas com as associações e lideranças seringueiras, quais sejam: a) local para implantação das escolas; b) reforma e construções; c) critérios para a contratação de professores; d) adptação curricular; e) formação de professores; f) elaboração de material didático; g) suporte para educação de adultos; h) definição de calendário e horários apropriados às condições locais; i) implantação de uma escola de 5° a 8° série como experiência piloto.

1.2. A partir da sistematização dos dados secundários levantados, chegou-se a um percentual de 70% de analfabetismo dentro das áreas de reservas extrativistas.

1.3. Os consultores consideram que se tiverem condições de finalizar o trabalho até o final deste ano, em 1996 poderiam implementar o programa. Observação: Nesta ocasião os consultores solicitaram um apoio complementar para o Projeto Ecoscambio, ainda no corrente ano. Trata-se de um novo contato com o Instituto Sócio-Ambiental/ISA, de São Paulo, para complementação e fechamento do trabalho iniciado. Anexo VII: Correspondência dos consultores à direção do Projeto Ecoscambio.

1.4. Centro do Imaginário Social - Grupo de trabalho dentro da Universidade de Rondonia/UNIR que tem possibilidade de envolvimento com o trabalho educativo nas reservas extrativistas. A UNIR tem, ainda, uma proposta/projeto que visa colocar os alunos do curso de pedagogia no trabalho de formação de professores para as reservas extrativistas. Esta proposta será avaliada dentro de pouco tempo pela universidade.
1.5. Durante o seminário, estabeleceu-se a articulação entre os consultores e as lideranças da ASGM com vistas ao trabalho conjunto, na área de educação, na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Como dito anteriormente, o PPG7 prevê recursos para o setor educacional.

2. Plano de Utilização

Consultor: Brent Millikan

Objetivo da Consultoria: Complementação do levantamento populacional realizado na Reserva Estadual Extrativista do Rio Pacaas Novo e elaboração preliminar do Plano de

Acervo ISA

Utilização desta reserva. Em anexo apresentamos o primeiro relatório de atividades desta consultoria. Anexo VIII - Relatório de Atividades.

Observações:

2.1. O levantamento populacional e sócio-econômico do Rio Pacaas Novo foi feito há dois anos atrás. Estes dados serão tabulados pelo IPHAE e analisados, pelo consultor, nos moldes do relatório de pesquisa da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Da tabulação depende a elaboração do relatório, bem como a do Plano de Utilização.

2.2. Sistema de Informaçoes Geográficas/SIG - O consultor vem prestando uma consultoria ao CNPT com vistas à elaboração de um SIG para as Reservas Extrativistas. O Projeto Ecoscambio não viabilizou recursos para esta área, neste ano.

2.3. Será realizada uma visita à Reserva do Pacaas Novos, em novembro (no momento o rio está seco e não permite o acesso), com vistas a atualizar as informações levantadas quando do diagnóstico sócio-econômico. Ainda que não se conheça o processo de regulamentação de uma reserva extrativista estadual, trabalha-se com o pressuposto de que os procedimentos para a elaboração do Plano de Utilização sejam os mesmos para as reservas extrativistas federais.

3. Criação de Reservas Extrativistas

Consultor: Mário Menezes

Objetivo da Consultoria: Assessorar a OSR no que diz respeiro à política desta entidade na área de criação de reservas extrativistas no Estado de Rondônia. Apresentamos, em anexo, o relatório final desta consultoria. Anexo IX - Relatório de Atividades.

Observações:

3.1. Rondônia é um estado que já dispõe de muitas áreas prontas (29) para a criação de reservas extrativistas. A OSR vinha trabalhando com o IBAMA e o INCRA no sentido da criação das novas áreas, entretanto, não encontrou respaldo do IBAMA neste sentido: as reservas criadas o foram pelo Estado de Rondônia - Reservas Extrativistas Estaduais. O consultor questiona o IBAMA no sentido deste não incluir aquelas áreas (29) no elenco das áreas destinadas às reservas extrativistas, em 1996. Indaga sobre qual o critério do IBAMA para a criação de novas reservas extrativistas?

3.2. Os técnicos do IBAMA presentes no seminário argumentam que não existe no IBAMA um processo, sequer, que reivindique a criação de áreas naquele estado e que as reservas são criadas a partir de demandas que chegam até lá.

4. Organização Comunitária - Formação de Lideranças

Consultores: Djanira Fialho e Frances Hansford

Objetivo da Consultoria: Fortalecer a ASGM em métodos e técnicas de organização para tornar efetivo e eficaz o gerenciamento. Anexo X: Relatório de Atividades de Djanira Fialho e Frances Hansford.

Acervo ISA

Observações:

4.1. O treinamento realizado foi muito elogiado pelas lideranças presentes que o consideraram muito importante para o desenvolvimento da ASGM e outras associaçoes locais. O programa prevê a realização de um novo treinamento dentro de 06 meses.

4.2. José Avilhaneda - Primeiro Secretário da ASGM - Comenta que algumas propostas surgidas durante o treinamento já estão sendo praticadas pela associação, por exemplo: o pagamento de "jóia", o pagamento de uma taxa, pelos não sócios para a utilização do programa de rádio, dentre outras. Salienta a necessidade de se realizar a segunda etapa prevista. Comenta também que o treinamento tem permitido que as próprias comunidades elaborem seus pequenos projetos (projetos comunitários).

FINAL DAS EXPOSIÇÕES

- Observação: As lideranças presentes voltaram a discutir o Projeto Ecoscambio, apresentando vantagens (pontos positivos) e desvantagens (pontos negativos) do mesmo.

- Iannuzze - CNPT de Brasília - Salienta que um dos componentes do PPG7 - Projeto RESEX, é a organização comunitária e, neste sentido, entende que o projeto pode somar esforços ao trabalho que o CNPT deve desenvolver quanto ao treinamento de lideranças. Entretanto, cabe à ASGM, avaliar a pertinência ou não da continuidade do Projeto Ecoscambio na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, bem como a forma que ele deverá ser implementado e gestionado.

- Luciano - Liderança da ASGM - Considera que o projeto já foi o suficientemente discutido nas bases e que o relatório do consultor Mário Menezes reflete as demandas principais existentes por parte das comunidades e asssociação. Acha que a associação deve colocar a sua proposta, pois a diretoria tem condições de dizer o que quer e o que precisa. O problema do projeto deve ser resolvido agora.

- Paulo - Liderança da OSR - Comenta que as lideranças ficaram mal com as bases porque muitas atividades não foram desenvolvidas na comunidades: micro-projetos e projetos econômicos.

- Luciano - Liderança da ASGM - Entende que o projeto não pode suprir 100% das necessidades existentes e havendo necessidade de se priorizar, é preciso priorizar a área da organizaçao social.

02 de setembro de 1995

- José de Avilhaneda - Primeiro Secretário da ASGM - Chegaram à conclusão que querem a continuidade do Projeto Ecoscambio, mas não da forma que vem sendo executado. O apoio efetivo que a ASGM recebeu foi bem pequeno perto das suas demandas emergenciais. Basicamente este apoio foi para a realização da Assembléia Geral de Associados (R$ 2,000.00) e para o pagamento dos atrasados do Programa de Rádio "Bom Dia Seringueiro".

Acervo ISA

Observação: Neste ponto, a ASGM indagou sobre a possibilidade do Projeto ES assegurar, também, o pagamento do mês de setembro. Esta diretoria respondeu afirmativamente.

- Luciano - Liderança da ASGM - As demandas existentes já foram identificadas e estão no relatório do consultor Mário Menezes. O que querem agora é fazer o acompanhamento da execução do projeto, diretamente.

- José de Avilhaneda - Primeiro Secretário da ASGM - Como ficam as atividades neste período de transição, com a saída do IEA? Seria possível o Projeto cobrir algumas atividades de base? Como?

- Paulo - Liderança da OSR - Concorda que as demandas já foram identificadas. Os produtos apresentados no seminário são todos úteis para a Reserva Extrativista do Rio Pacaas Novos: educação, organização social, treinamento de lideranças. O Programa de Rádio poderia ser melhor aproveitado, pois algumas diretrizes já foram definidas no treinamento da Nira (Djanira Fialho). A ASGM e a OSR vão escrever um documento com o posicionamento oficial destas entidades frente ao Projeto Ecoscambio e também apresentarão os principais pontos (prioridades) para a elaboração de um projeto técnico que deverá nortear os trabalhos, com cronograma de execução física e financeira.

- Conteúdo do Documento a ser encaminhado à Direção italiana do Projeto Ecoscambio. Anexo XI: Correspondência da ASGM para a direção do Projeto Ecoscambio.

a) Aspectos Gerais - esperava-se um apoio mais direto do Projeto Ecoscambio: pagamento das pendências da ASGM, ajuda de custo para as lideranças, apoio institucional, dentre outros;

b) Prioridades de Ação:

1. Organização Comunitária

1.1. Encontros comunitários (rancho e combustível) para o Rio Pacaas Novo e Rio Novo.
1.2. Treinamento de lideranças - II Etapa.
1.3. Visitas de intercâmbio e conhecimento entre as áreas.
1.4. Programa de rádio.

2. Alternativas Econômicas

2.1. Agricultura de subsistência (extensão e diversificação).
2.2. Abertura de novas colocações.
2.3. Apoio à produção de artesanatos (móveis, brinquedos etc).
2.4. Treinamento para produção de couro vegetal.
2.5. Pesquisa de mercado para produtos extrativos.
3. Educação

3.1. Término das atividades iniciadas pelos consultores: Machadinho e Pacaas Novos.

Acervo ISA

3.2. Assessoria do ISA para o fechamento da primeira etapa da proposta (pedido adicional) - Esta direção se responsabilizou de encaminhar o pedido à Direção do Projeto na Itália, visto não dispor de recursos para tanto no orçamento atual.
3.3. Seminário para discussão da proposta com lideranças.
3.4. Fundo de recursos para a continuidade dos trabalhos.

4. Criação de Reservas Extrativistas

4.1. Assessoria Jurídica especializada para tratar da regulamentação das reservas extrativistas estaduais criadas. Serão necessárias, possivelmente, dois profissionais: a) área jurídica propriamente dita e b) área político-institucional.

5. Plano de Utilização - Pacaas Novos

5.1. Tabulação dos dados.
5.2. Mapeamento das colocações - SIG
5.3. Reuniões comunitárias para discussão do Plano de Utilização.

6. Apoio Institucional

6.1. Despesas operacionais: fone, fax, correio, luz, água etc.
6.2. Material de consumo.
6.3. Combustível
6.4. Manutenção (de equipamentos)
6.5. Ajuda de custo: despesas gerais para o trabalho das lideranças.

7. Saúde

7.1. Treinamento de agentes comunitários.

Porto Velho, 04/09/95

1. IPHAE - Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia

No IPHAE esta diretoria fechou o Contrato de Prestaçao de Serviços para realização da tabulação dos dados sócios-econômicos da Reserva Extrativista Estadual do Rio Pacaas Novos.
2. SEDAM - Secretaria do Desenvolvimento Ambiental

Esta entidade está, em articulação com o consultor Brent Millikan, trabalhando um mapa da Reserva Extrativista do Rio Pacaas Novo. As colocações já foram plotadas no mapa, em conjunto com as lideranças locais e o mesmo encontra-se em fase de finalização. O mapa finalizado será levado de volta às comunidades com o objetivo de se checar e atualizar as informações.

Na SEDAM tomamos conhecimento de que , neste período de seca no Estado de Rondônia, são queimados cerca de 40 a 50.000 hectares/dia!

Acervo ISA

3. Fórum de ONGs de Rondônia

Foram tratadas algumas pendências relacionadas à participação do IEA no Conselho Deliberativo do Planafloro, bem como nas Comissões Normativas dos Programas: Política Fundiária e Zoneamento, Ambiental e Administração.

4. Organização dos Seringueiros de Rondônia - OSR

Antes de retornar à Salvador, esta diretoria encontrou-se, novamente, com a diretoria da OSR, com o objetivo de repassar, aos que não estavam presentes na primeira reunião e no seminário realizado, dias antes, em Guajará-Mirim, as informações sobre a situação institucional do IEA, bem como sobre o Projeto Ecoscambio.

Uma vez mais foi levantado pela diretoria presente (Chico Leonel, Maranhão e Manduca), a necessidade do Projeto Ecoscambio assegurar a continuidade e o término dos trabalhos na área de educação, através da articulação OSR/UNIR, bem como apoiar a contratação de uma assessoria jurídica que possa tratar da regulamentação das novas reservas extrativistas criadas.

A OSR levantou, ainda, a necessidade de formalizar sua posição, à exemplo da ASGM, com relação ao Projeto Ecoscambio. Como o Presidente José Maria encontrava-se fora, a OSR ficou de encaminhar para Salvador, até o dia 15 de setembro, um documeto contendo a posição da entidade quanto ao Projeto Ecoscambio.

AVALIAçÃO

Com base no seminário de avaliação, conversas com membros da diretoria e lideranças da ASGM e OSR, consultores do projeto e ténicos do CNPT/IBAMA, a avaliação desta diretoria quanto ao trabalho que o Projeto Ecoscambio vem desenvolvendo em Rondônia, é a que segue:

1. Pontos Positivos

- As atividades desenvolvidas com o apoio do Projeto Ecoscambio, nas áreas de organização social, educação, criação de reservas extrativistas e plano de utilização, expressam claramente demandas locais das organizações de trabalhadores extrativistas: ASGM e OSR. Ainda que este apoio tenha se dado de forma pontual e não orgânica, dificultando, para as lideranças, a percepção de sua importância no conjunto das demandas existentes, as atividades desenvolvidas contribuiram e, se assegurada a continuidade requerida, contribuirão, seguramente, para o processo de consolidação e desenvolvimento das reservas extrativistas no Estado de Rondônia.

- O envolvimento, no Projeto, de profissionais experientes, tanto do ponto de vista técnico estrito senso, como do ponto de vista da experiência com a realidade das reservas extrativistas, permitiu que as atividades estabelecidas como prioritárias, no I seminário de planejamento, fossem desenvolvidas e concluidas, em quase sua totalidade, apesar da distância da sede e da não criação de um núcleo local do projeto.

Acervo ISA

2. Pontos Negativos

- Inexistência de um projeto técnico, ou mesmo de um Termo de Cooperação, formalmente estabelecido entre o Projeto Ecoscambio e as entidades locais, elaborado a partir das demandas da ASGM e OSR, apontando claramente os objetivos, metas, cronograma de execução, orçamento anual, planos de aplicação e cronogramas de desembolso.

- Gestão do Projeto- A gestão do Projeto se deu de fora para dentro e de cima para baixo, sem a participação direta da ASGM e OSR na execução do mesmo. A inexistência de um núcleo local do Projeto, em Guajará-Mirim ou em Porto Velho, conforme previsto originalmente pelo Projeto, acabou determinando um tipo de gestão incompatível com as espectativas das organizações locais.

- Inexistência de um coordenador local que além de atender as demandas geradas pela sede do projeto, em Salvador, pudesse assessorar diretamente a ASGM e OSR na gestão do projeto, considerando sua execução, acompanhamento e avaliação.

- Inexistência de atividades que viessem beneficiar diretamente as comunidades locais, conforme espectativa gerada antes da implementação do projeto: micro projetos e projetos econômicos (projetos de intervenção).

Maria Raquel Mattoso Mattedi
Setembro, 1995

Acervo ISA

ANEXOS

Anexo I - Modêlo de Convênio estabelecido entre a USP e o CNPT.

Anexo II - Rede Cerrado - Entidades Coordenadoras.

Anexo III - PPG7 - Manual de Instruções e Formulário de Projetos.

não xerox

Anexo IV - Criação de Reservas Extrativistas - matéria de jornal

Anexo V - Lista de Presença do Seminário

Anexo VI - Relatório de Atividades - Nilson Santos e Elisabete Christofoletti

Anexo VII - Correspondência dos consultores à direção do projeto;

Anexo VIII - Relatório de Atividades - Brent Millikan

Anexo IX - Relatório de Atividades - Mário Menezes

Anexo X - Relatório de Atividades - Djanira Fialho e Frances Hansford

Anexo XI - Correspondência ASGM para Projeto Ecoscambio.

Capobianco,

Segue, ainda, os dois primeiros relatórios do Mario Menezes, consultor do projeto

146

Acervo ISA

RELATÓRIO DIAGNÓSTICO PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA EDUCACIONAL DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DE RONDÔNIA

Nilson Santos
Elisabete Christofoletti

1 - RESULTADO DOS CONTATOS REALIZADOS

CTA - ACRE

Na região Amazônica o CTA tem desenvolvido ao longo de aproximadamente dez anos, trabalhos na área de educação junto as reservas extrativistas de seu estado, contando em alguns momentos com a colaboração de assessoria de outros estados. Tendo em vista inclusive sua produção de material didático, entendemos que a busca de informações e parceria seria imprescindivel.

Durante a estada em Rio Branco, fomos recebidos e acompanhados pelo educador Pingo que, relatou-nos o processo pelo qual o CTA passou e o estágio em que se encontram, no momento, os trabalhos na área de educação.

Até este último ano, o CTA trabalhava com embasamento nos estudos de Paulo Freire, voltando-se recentemente para as descobertas do construtivismo com Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, o que significa um salto nos conceitos de aprendizagem.

A mudança em relação a metodologia faz-se importante porque significa uma revisão de conceitos anteriores. No início, há dez anos atrás, a alfabetização era voltada principalmente aos adultos, pois seria instrumento para a organização dos trabalhadores, dos seringueiros, a educação representava um papel secundário, não tendo um fim em si mesma. Hoje há uma mudança neste raciocínio, a educação ocupa papel singular, muito embora ela represente um apoio fundamental para a organização dos seringueiros, para sua autonomia econômica, e tem papel importante na fixação do seringueiro nas áreas; a educação passou a ser entendida como elemento de vida própria, cujos resultados respondem de maneira significativa ao ritual epistemológico da escola, não que independa da organização, das conquistas e das lutas, mas não é apenas instrumento, ou meio de um dado objetivo maior.

Apesar dos anos em que o trabalho tem sido realizado, o índice de analfabetismo continua muito alto, em torno de 80%, índice muito próximo aos

Acervo ISA

encontrados espontaneamente em áreas de miséria e desorganização social. Surpreendeu-nos estes dados, pois constitui-se de uma experiência voltada para uma população específica, com condições muito favoráveis, e tempo suficiente para se ter resultados muito próximos aos encontrados em regiões urbanas, mas que não teve o retorno esperado.

Uma das hipóteses levantadas é a de que o trabalho desenvolvido pelo CTA era realmente muito diferenciado, fora dos estereótipos muitas vezes necessários de serem mantidos para que o trabalho pudesse ter o reconhecimento dos seringueiros, já que normalmente espera-se que a escola, esteja onde estiver, para ser reconhecida e valorizada como escola, deva repetir exatamente o seu "ritual" sob quaisquer condições, assim deveriam realizar provas, ter livros, e como resultado final a aprovação ou reprovação.
Talvez uma educação diferenciada precise manter alguns conceitos ou valores aparentes para poder ser reconhecida, analisada e então, num processo de amadurecimento da própria comunidade expurgada em algumas práticas identificadas como desnecessárias.

Atualmente a formação de professores sob a assessoria do CTA, acontece em um ou dois grandes encontros ao ano, o que parece não ser suficiente diante da carência material das escolas, e da baixa qualificação dos professores.

O CTA no momento de nossa visita explicitou suas limitações em relação a parceria, devido ao pequeno número de assessores para educação, em número de cinco, diante da demanda interna que possuem. Porém, afirmaram que poderíamos contar com sua participação para discussões e avaliações, o que seria também de interesse deles, e nos colocaram à disposição e uso da gráfica que possuem, para impressão de material.

ISA - São Paulo

Das Organizações não-governamentais, o ISA aglutina hoje parte dos quadros que mais acumulou experiências, documentos e informações com a alfabetização, inclusive prestaram por determinado período assessoria ao CTA.

No contato estabelecido, ficou demonstrado interesse em participar na elaboração e desenvolvimento deste projeto para as RESEX, com possíveis vindas para Rondônia desde que fosse para trabalho de campo, no contato direto com os educadores e lideranças. O deslocamento de qualquer assessor do ISA até Porto Velho, aconteceria com muita dificuldade, pois estão envolvidos com outros projetos e a distância física de Porto Velho dificultaria, a vinda para cá, ocorreria para uma visita em loco quando o trabalho fosse implantado. Para discussão, elaboração de planos, de proposta curricular e discussões teóricas, o

Acervo ISA

ISA pede que aja um deslocamento para São Paulo, onde toda a equipe, poderia participar, sem deixar os compromissos já assumidos anteriormente, solicitam ainda, que seja esclarecido com quem este vínculo será mantido, se com a OSR, com Associação Local ou outros.

A parceria com o ISA é importante para a elaboração e realização deste projeto pelo seu acúmulo de experiência na educação não só de populações urbanas, rurais, mas com a população de seringueiros, além de estarem neste momento trabalhando na elaboração de um currículo alternativo que poderia em muito ajudar-nos na organização de um currículo adequado as necessidades dos seringueiros, sem perder as características necessárias para sua regulamentação e reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação.

EFA - Escola Família Agrícola

Este modelo de escola, traz colaborações muito interessantes. Sua estrutura permite e necessita da participação dos familiares, que assumem a escola para que ela possa existir.

A EFA funciona em regime de semi internato, as crianças passam quinze dias na escola e quinze dias em suas casas. Sempre que retornam a casa, levam tarefas que envolvem os pais, são questionamentos e dúvidas que os pais agricultores podem esclarecer. Esta postura trabalha com conceito amplo de saber, que está nos escritos e na sabedoria da prática, do trabalho desenvolvido no dia a dia do campo.

Enquanto uma turma vai para casa, ajudar no cultivo da terra e na sustentação da própria família, os professores continuam na escola e recebem outra turma de alunos.

Faz parte da proposta da escola não somente o estudo teórico, mas o trabalho na roça, que colabora na geração de recursos para a manutenção da escola, além de fornecer subsídio para o trabalho teórico de sala de aula.

Os professores mantém um relação íntima com a escola, o entrosamento, compromisso e respeito cria-se pelo tempo que se fica na escola, também em formação permanente.

Este sistema de escolas, permite uma rápida e eficiente forma de aprendizado de novas tecnologias dentro da proposta extrativista, além de garantir de maneira homogênea e pouco dispendiosa a introdução de formas alternativas e rentáveis de subsistência. Foi-nos relatado pelos educadores da EFA de Cacoal, que muito embora se saiba dos benefícios para a agricultura que representa a apicultura, os agricultores em Rondônia não acreditavam ser esta, uma alternativa séria. Encarada como matéria de estudos na escola, os filhos dos

Acervo ISA

agricultores rapidamente aprenderam a lidar com as abelhas, e foram eles os responsáveis pela sua introdução nos lotes. Hoje diversas famílias conseguem uma renda significativa oriunda da contribuição da escola e dos seus filhos.

O modelo da Escola Família Agrícola, pode ser um referencial bastante substancioso para a ampliação do sistema educacional, uma vez que poderia representar solução para alguns problemas da educação nas reservas como: necessidade de permanência das crianças nas áreas para o trabalho, custo elevado de uma escola de 5ª a 8ª séries, deslocamento das crianças para as escolas, currículo apropriado, divulgação de novas tecnologias para o incremento do extrativismo, diversificação da fonte de subsistência dos seringueiros com o aprendizado na escola por parte das crianças.

1.1 - NECESSIDADES

Para podermos finalizar a elaboração deste pré-projeto de Educação para as Reservas Extrativistas do Estado, precisamos realizar duas visitas a pelo menos duas RESEX, que podem nos dar uma imagem geral das RESEX de RO, além de possibilitar a confirmação junto as lideranças locais, das propostas levantadas neste relatório.

Escolhemos a RESEX que fica em Guajará Mirim, com características das áreas que tem seu acesso através do rio, e cujas vidas dos seringueiros está intimamente ligada ao "regime das águas", e a de Machadinho D'oeste, cujo acesso é por terra firme, caracterizando um modo diferenciado de produção.

Após estes dois contatos acreditamos ter informações suficientes para ratificar ou alterar este diagnóstico preliminar pautado basicamente em contatos em Porto Velho com algumas lideranças dos seringueiros e assessorias.

Caso seja definido a forma de contribuição do ISA, entendemos ser importante que até o mês de outubro, após a realização das duas visitas às RESEX, a Elisabete se dirija à São Paulo para então discutir os dados obtidos, as propostas e os possíveis desdobramentos.

2 - ASPECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DO ATUAL QUADRO EDUCACIONAL DAS RESEX

No final de 1.993 a Associação de Seringueiros de Guajará Mirim mobilizou-se para incrementar a educação no seringal.

Apresentando-se como a Reserva Extrativista do Estado mais bem organizada e servida em termos de Educação, isso não bastava.

Acervo ISA

A quantidade de escolas de 1ª a 4ª séries, já não significava muito para a aprendizagem das crianças e dos adultos no seringal. Fazia-se necessário conquistar pais e crianças para a escola, para poder não somente iniciar um trabalho, mas poder garantir continuidade e com isso permanência na escola, para não somente a aprendizagem da leitura e a escrita, mas seu domínio e consolidação.

A distância, não compreensão, o quotidiano eram alguns dos fatores que interferiram no processo, mas outros também importantes, como o currículo escolar, o material didático e a formação dos professores, dificultavam sobremaneira.

Com um currículo pouco adequado, justamente porque fora elaborado para uma população com um quotidiano muito diferente do seringal, para a cidade, e que não atendia e continua a não atender as necessidades desta população, com um material didático baseados em modelos tradicionais, e com professores que podem até realizar o trabalho com muita boa vontade, dando o máximo de si, mas não conseguindo suprir o que sua formação não possibilitou, parecia difícil continuar a valorizar a escolarização das crianças.

Tendo clareza de que não se faz necessário uma proposta de educação somente para a RESEX de Guajará Mirim, mas para as Reservas no Estado de Rondônia é que surgiu a proposta de elaboração de um projeto educacional para todos aqueles que sobrevivem do extrativismo, marcadamente a borracha, os povos da floresta.

2.1 - DIAGNÓSTICO

Este Projeto de Educação deve compreender as Reservas do Rio Ouro Preto, e a Reserva em Bloco de Machadinho, como pilotos para sua implantação.

A escolha destas RESEX não é ocasional, a Reserva do Rio Ouro Preto é atualmente a mais bem estruturada, precisando portanto de uma atuação que busque reorientar o trabalho já existente e incrementá-lo com novas iniciativas, tem como uma de suas característica o acesso por barco, que significa muito mais que somente o meio de transporte, mas a forma de sobrevivência e de organizar a vida individual e em comunidade.

A Reserva de Machadinho tem acesso por terra, de Ariquemes ou Jaru por estrada viscinal, que possibilita outras formas de relação entre os seringueiros e com a área urbana. Estas duas RESEX exemplificam as demais em sua

Acervo ISA

estruturação, o que nos possibilita a partir delas prever, projetar e organizar o projeto para as demais Reservas Extrativistas do Estado.

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto - Conta com 103 domicílios, 419 pessoas, sendo de 0 a 10 anos - 154 pessoas, 10 a 15 anos - 61 pessoas, de 15 anos em diante - 204 pessoas.

No período de inverno (jan/ mai) quando o trabalho no seringal fica mais difícil, 17% das famílias vão para Guajará Mirim, e o restante da população permanece na própria área mudando somente de colocação, para uma área, onde não haja o perigo das cheias.

A população da RESEX do Rio Ouro Preto tem sua subsistência garantida pela extração da borracha sendo que a maior parte dos seringueiros a comercializa prensada. Como forma alternativa 64,6% tem copaibeiras em sua área e a utiliza como forma de subsistência. Um montante menor de famílias de aproximadamente 46,7% tem castanheiras, além de 62,14% das famílias trabalhar na roça quando não estão no corte da seringueira, o excedente da roça é comercializado. Para consumo doméstico temos também a caça e a pesca.

Sendo a Resex mais bem organizada em termos educacionais, conta em sua área com 8 escolas, tendo como parceira a Secretaria Municipal de Educação de Guajará Mirim que contrata e paga os salário mensalmente dos professores.

Após levantamento realizado na área, encontramos 63% na faixa etária de 7-14 anos como analfabeta, de 14-21 anos 12% não tem domínio da leitura e da escrita.

Reserva Extrativista em Bloco do Rio Machado - Esta reserva condensa 18 áreas, em alguns casos composta por áreas descontínuas, entrecortada por fazendas ou lotes.

A população residente, gira em torno de 1.000 pessoas, dentre elas 40% tem de 0 a 10 anos, 20% tem de 10 a 15 anos, e 40% tem acima de 15 anos.

Como parte do quotidiano a coleta do látex é feita das 6:00 as 13:00 horas, o excedente agrícola cultivado é comercializado nas cidades vizinhas. A pesca e a caça representa muito pouco e a incidência de castanheiras é pequena, também há a extração de cobaíba e a criação de animais domésticos como galinha, mas somente para o próprio consumo. Geralmente as RESEX maiores garantem uma qualidade de vida também melhor.

Hoje, para poder freqüentar uma escola algumas crianças chegam a caminhar cinco km. Existem cinco escolas construídas (Angelim, Castanheira,

Acervo ISA

Aquariquara, Maracatiara - 2), sendo duas desativadas (Angelim e Castanheira). Algumas famílias com condições de vida um pouco melhor ou com parentes na cidade, acabam levando as crianças para estudar na cidade, o que invariavelmente desembocará no êxodo do seringal.

A população adulta carrega consigo o elevado índice de 80% de analfabetos.

3 - OBJETIVOS

GERAL

Possibilitar uma educação de qualidade e que atenda as necessidades da população das Reservas Extrativistas do Estado do Rondônia, preparando os educandos e educadores para a continuidade de seu trabalho na RESEX, atendendo assim as necessidades das populações extrativistas do estado, objetivando o fortalecimento econômico e organizacional dos seringueiros no estado de Rondônia, através de um Projeto de Educação específico para as Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir dentro da dinâmica educacional conteúdos que conciliem os padrões de desenvolvimento auto-sustentado, com o quotidiano vivenciado no seringal;

- Adequar o ensino, dentro das áreas, onde já existam escolas, onde o poder público não consegue realizá-lo de forma plenamente satisfatória;

- Constituir um grupo de trabalho, representado pela comunidade, pelas suas lideranças, pelos professores envolvidos e por assessores técnicos que elaborem, e executem um projeto de educação para as reservas extrativistas de seringueiros de Rondônia;

- Constituir um sistema educacional, que consiga responder aos problemas específicos da população-sujeito como: calendário escolar, material didático, definição do perfil didático-pedagógico, e treinamento permanente para professores;

- Garantir aos programas de educação formal e de adultos, relação íntima entre conteúdos de ensino e a valorização e resgate do modo de vida no seringal;

Acervo ISA

- Elaboração de um programa de educação de adultos, que concilie alfabetização, organização política-social, e a sobrevivência econômica da reserva extrativista;

- Garantir à escola como instância de aprendizado e amadurecimento de alternativas que envolvam a manutenção e o desenvolvimento de procedimentos produtivos, tornando-o acessível à crianças, jovens e adultos;

- Buscar efetivar na relação poder público - reservas extrativistas, no que tange ao processo de ensino uma relação de franca cooperação, garantindo a autonomia e a identidade dos parceiros envolvidos;

- Envolver as autoridades educacionais locais e estaduais na dinâmica e na necessidade do fomento de um sistema de ensino singular e não diferenciado;

4 - AÇÕES NECESSÁRIAS

A. Definição do local de construção das futuras novas escolas e respectivas infra-estruturas:

Construir escolas onde não existam, tendo como critério a proximidade para o maior número de famílias. Nos seringais onde já existem escolas adequa-las a nova metodologia de trabalho.

O CTA desenvolveu um modelo de escola que possibilita muitas atividades em seu espaço interno, desde momentos de aula, até momentos com grupos maiores. Além disso, a preocupação com ventilação e iluminação adequada, combinada com uso de materiais retirados das próprias redondezas da área, fazem do projeto do CTA, um dos mais adequados. Não raras vezes, encontramos muitas escolas com telha de amianto o que torna difícil q realização de qualquer trabalho pelo calor que se forma dentro da sala de aula.

B. Definição de critérios para a política de contratação de professores:

Não baste ter professores contratados e mantidos pela prefeitura e/ou estado, é necessário que seja feita uma seleção diferenciada, pois para ensinar no seringal é preciso que o professor tenha o mínimo de proximidade e identidade com esta população, reflexibilidade que será necessário não somente para a nova tarefa que irá desenvolver, como para sua nova forma de vida, dentro do seringal.

Acervo ISA

C. Elaboração de currículo próprio:

O currículo deve conter todas as disciplinas do currículo urbano, mas deve incluir conteúdos voltados para quem mora e trabalha no seringal, por isso ele deve ser diferenciado e não diferente.

D. Formação de professores:

A formação do professor deverá ser permanente, com encontros mensais onde o mesmo estudará, tirará suas dúvidas, elaborará seu material de trabalho, dentre outras atividades.

E. Elaboração de material didático (incluindo cartilha):

O material didático deverá ser produzido com professores. A cartilha elaborada após coleta de informações na reserva servirá de suporte para o material didático diário que o professor irá produzir. As cartilhas terão a papel de sinalizar a cada educando que ele ultrapassou o estágio anterior, isto é, que mudou de série.

F. Criar ou dar suporte aos grupos de Educação de Adultos:

A Educação de Adultos na reserva será feita pelos próprios professores que irão trabalhar com as crianças. O horário deverá ser combinado em cada escola, de forma a facilitar o ingresso e participação de cada adulto na escola.

O material utilizado terá com a mesma proposta pedagógica do utilizada com as crianças.

G. Definição de calendário escolar adequado:

O calendário escolar poderá ser diferenciado de criança para adulto e de 1ª a 4ª série para 5ª a 8ª séries. Este deverá levar em consideração o trabalho com a extração da borracha, os horários de maior trabalho, o período de cultivo na roça e os horários de trabalho doméstico. Cada reserva deverá criar seu próprio calendário, embora todos devam conter a carga horária mínima exigida.

Para os adultos, o calendário deverá ser mais flexível quanto aos dias de aula, poderá ocorrer em três vezes na semana, o que facilitara o desenvolvimento de outras tarefas que também são de sua responsabilidade em sua colocação.

H. Implantar pelo menos uma escola de 5ª a 8ª série:

O modelo que propomos é muito próximo da Escola Família Agrícola no que diz respeito ao regime de funcionamento de semi-internato.

Esta escola poderá receber as crianças para estudar por quinze dias e retornar para suas colocações por mais quinze dias, o calendário escolar também deverá ser pensado de forma que as crianças não fiquem muito tempo fora de suas casas em período de trabalho.

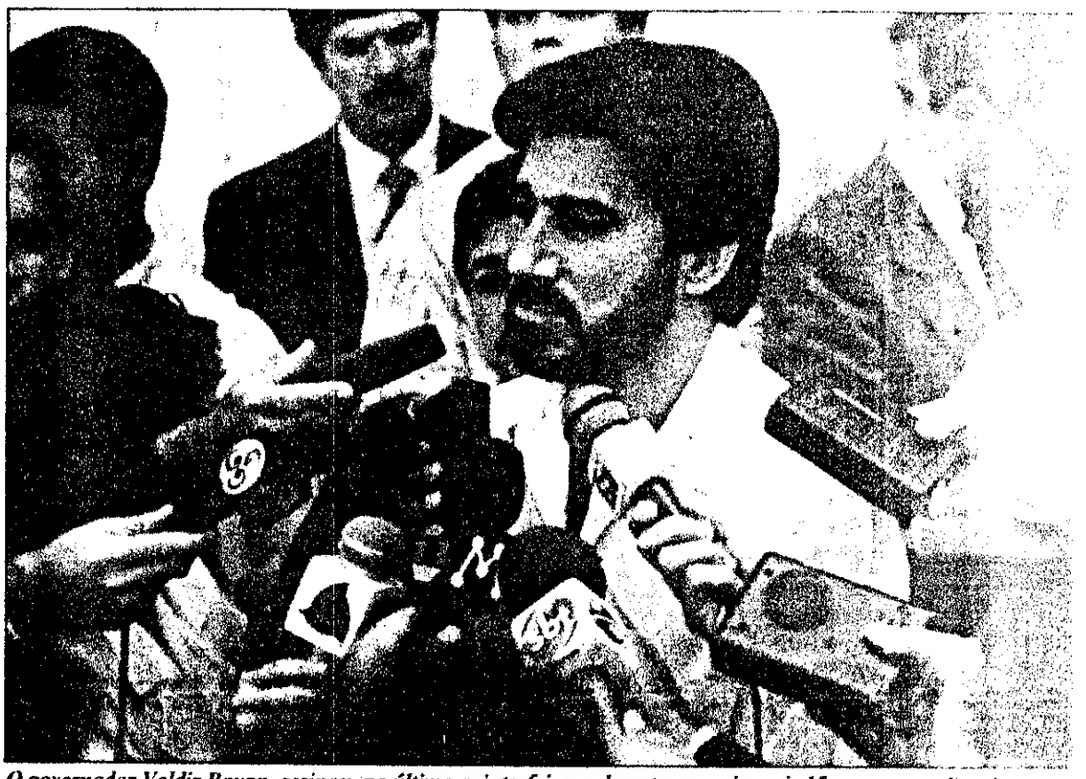
Governo cria mais 15 reservas extrativistas

O governador Valdir Raupp assinou, na última quinta-feira (31), os decretos de criação de mais 15 reservas extrativistas em Rondônia, ato que contou com as presenças do presidente do Iteron, Roque José de Oliveira e do diretor de Recursos Fundiários, engenheiro Sebastião Tenani.

As novas reservas fazem parte do Projeto Machadinho, que na fase de implantação do assentamento foram definidas como reservas em bloco, numa área de 65,9 mil hectares. A regularização da área e sua consequente transformação em reservas extrativistas, somente foi possível a partir de estudos sócioeconômicos e fundiários contratados pelo Iteron com recursos do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, Planafloro.

O diretor de Recursos Fundiários do Iteron, Sebastião Tenani, ao ressaltar a importância da medida, disse que tal fato representa um marco histórico pelo número de reservas criadas de uma só vez, pois finalmente a população extrativista dessas áreas poderá, a partir de agora, receber os benefícios diretos do Planafloro, como a construção de escolas, postos de saúde e sede administrativa local do próprio programa, possibilitando melhor assistência e implantação de novas técnicas de cultivo que proporcionarão o desenvolvimento de atividades extrativistas por parte das famílias que residem na região.

Uma outra vantagem é quanto às perspectivas de assentamento de novas famílias com tradição extrativista nessas áreas, que de acordo com Tenani, ajudará a resolver em parte os problemas sociais das cidades maiores, onde normalmente essas pessoas vivem dissociadas do processo de desenvolvimento urbano.



O governador Valdir Raupp, assinou, na última quinta-feira, o decreto que cria mais 15 reservas no Estado

Por solicitação do governador Valdir Raupp, o Iteron iniciará nos próximos dias os estudos para criação da reserva extrativista de Jacy-Paraná, cuja finalidade é a regularização e ordenamento das áreas contíguas à BR-421.

- Com a regularização dessas áreas de reservas extrativistas, o Governo do Estado poderá investir em programas educacionais, de saúde e transporte, permitindo às famílias que produzem nessas áreas melhores condições para escoamento de seus produtos e explorar legal e racionalmente os recursos naturais - afirmou Roque Oliveira.

Com a criação das 15 reservas extrativistas no Projeto Machadinho - Zona "4" do Zoneamento Agroecológico de Rondônia - o governador cumpre mais uma cláusula do contrato de financiamento do Estado com o Banco Mundial para execução das ações do Planafloro.

Esta decisão do Governo, no entanto, não tem qualquer relação com os estudos para a 2ª aproximação do Zoneamento Agroecológico do Estado, que será realizada por uma empresa especializada internacional, vencedora da concorrência pública do novo zoneamento. "Um item que está acertado com a empresa é o início dos estudos pelas regiões com maior incidência de problemas fundiários como as zonas rurais dos municípios das margens da BR-429 e Projeto Buritis", acrescentou Roque Oliveira.

Resex	Área
1) Roxinho	882.2141
2) Seringueira	537.4691
3) Garrote	802.5166
4) Mogno	2.450.1162
5) Piquiá	1.448.9203
6) Angelim	8.923.2090
7) Itaúba	1.758.0759
8) Ipê	815.4633
9) Jatobá	1.135.1793
10) Massaranduba	5.566.2166
11) Maracatiara	9.503.1294
12) Sucupira	3.188.0291
13) Castanheira	10.200.0000
14) Aquariquara	18.100.0000
15) Freijó	600.3607
	65 910.8996 ha

Obs. A reserva extrativista Jequitibá está inclusa na Resex Angelim.

Acervo ISA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 12/94

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS, TROCA DE INFORMAÇÕES E ASSESSORIA MÚTUA, NA FORMA SEGUINTE:

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, Autarquia Federal, de Regime Especial, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alterada pelas Leis nº 7.804, de 18 de julho de 1989, 7.957, de 20 de dezembro de 1989 e 8.028 de 12 de abril de 1990, vinculada ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL, criado pela Lei Nr. 8.746, de 09 de dezembro de 1993, CGC/MF nº 03.659.166/0001-02, com sede à Av. L-4 Norte, SAIN, Brasília/DF, e jurisdição em todo o território Nacional, doravante denominado IBAMA, neste ato representado pelo seu Presidente, SIMÃO MARRUL FILHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado à SQS 215 Bloco "G" Apt. 502, C.I. nº 381.504 - SSP/CE, inscrito no CPF/MF nº 031.647.053-87, nomeado pelo Decreto s/nº de 04.08.93, publicado no D.O.U. de 05.08.93, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, no art. 83, inciso x, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989, e a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Autarquia Estadual de regime especial, regida pelo seu Estatuto aprovado pela resolução Nr. 3641, de 07 de outubro de 1988, e pelo regimento geral aprovado pela resolução Nr. 3745, de 19 de outubro de 1990, com sede em São Paulo/Capital, CGC/MF Nr. 63.025.530/0001-04, doravante denominada USP, neste ato representado por seu Magnífico Reitor Professor Doutor Flávio Fava de Moraes, casado, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Visconde de Araruama, 36, Sumarézinho - SP/SP, inscrito no CPF/MF Nr. 004.953.448/34, C.I. Nr. 2.218.894 - SSP/SP, conforme os poderes que lhe são conferidos pela Comissão de Orçamento e Patrimônio em Sessão de 13/4/94, sujeitando-se aos termos da Lei Nr. 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, dos Decretos Nr. 93.872, de 23 de dezembro de 1986, 20, de 01 de fevereiro de 1991, e 499 de 17 de fevereiro de 1992, e das Instruções Normativas Nr. 03, de 27 de maio de 1991, e 10, de 02 de outubro de 1991, do Departamento do Tesouro Nacional, e 02, de 19 de abril de 1993, da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme processo Nr 02001.004000/93-21, protocolizado no IBAMA/SEDE, RESOLVEM celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

MOD. - 015

Acervo ISA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a Cooperação Técnica e Científica entre as partes, visando a realização de Estudos, Pesquisas, troca de Informações e Assessoria Mútua na execução de atividades necessárias à consolidação da Reserva Extrativista do Alto Juruá no Estado do Acre.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem Obrigações do IBAMA:

a) orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Termo;
b) acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos;
c) participar nas atividades de planejamento, monitoramento, avaliação e capacitação do presente Termo.
d) exercer a autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução do Termo.

II - Constituem obrigações da USP:

a) executar todas as atividades inerentes à implementação do presente Termo;
b) promover a divulgação das ações objeto deste Termo citando obrigatoriamente a participação do IBAMA nos trabalhos;
c) elaborar e submeter ao IBAMA, quando exigido, a relação dos recursos humanos e materiais necessários a consecução do objeto;
d) facilitar ao máximo, a atuação supervisionadora do IBAMA, facultando-lhe sempre que solicitado, o mais amplo acesso as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo;
e) colocar à disposição do IBAMA os resultados dos estudos, pesquisas, e quaisquer outras conclusões relacionadas ao presente Termo.
f) estabelecer uma base de pesquisa que servirá como Centro de treinamento e como base depositária dos resultados científicos dos projetos previamente aprovados pelo IBAMA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos envolvidos serão gerenciados pela USP e o IBAMA não se responsabilizará por nenhum encargo de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como por todos os onus que incidam ou venham a incidir sobre o presente Termo.

Acervo ISA

CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Fica designado representante do IBAMA para acompanhar a fiél execução do presente Termo, o Chefe do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será facultado ao IBAMA, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos projetos e/ou serviços, emitir parecer e propôr adoção de medidas que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e ainda por infração de quaisquer das cláusulas ou condições, estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E MODIFICAÇÕES

O presente Termo vigorará até 31 de dezembro de 1999, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado e/ou alterado mediante lavratura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O IBAMA providenciará à sua conta, a publicação deste Termo, em extrato, no Diário Oficial da União, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua assintura.

CLÁUSULA OITAVA - DO RELATÓRIO FINAL

O Relatório de Execução dos projetos previamente aprovados pelo IBAMA serão entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da vigência do presente Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO

É facultado ao IBAMA, no caso de paralisação parcial ou total das atividades inerentes ao objeto do presente Instrumento, assumir a execução destas, para evitar a descontinuidade da consolidação da Reserva Extrativista do Alto Juruá no Estado do Acre.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos, desenvolvimento ou inovações tecnológicas decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Termo poderão ser usados sem ônus pelo IBAMA, mediante lavratura de acordo, ressalvados os direitos de propriedade intelectual dos moradores da Reserva.

Acervo ISA

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a utilização das informações e produtos mencionados no caput desta Cláusula, em qualquer outro estudo ou projeto, sem prévio consentimento do IBAMA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O IBAMA providenciará à sua conta, a publicação deste Termo, em extrato, no Diário Oficial da União, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção judiciária do Distrito Federal, para dirimir litígios oriundos deste Termo.

E por estarem de acordo, os convenentes assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Brasília-DF, 13 de abril de 1994.

SIMÃO MARRUL FILHO
Presidente do IBAMA

Prof. Dr. FLÁVIO FAVA DE MORAES
Reitor da USP

Por Delegação do M. Reitor
Art. 42 do Estatuto da USP
MYRIAM KRASILCHIK
Vice-Reitora

TESTEMUNHAS:

CIC: _____ **CIC:** _____

RG: _____ **RG:** _____

PROCURADORIA GERAL
CONFERIDO
IBAMA